

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 30 de Novembro de 2006

Número 231

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL SUPLEMENTO

3. Diversos

Relatórios 27 798-(2)

4. Empresas — Registo comercial

Lisboa 27 798-(73)
Porto 27 798-(111)

3. Diversos

RELATÓRIOS

BANCO POPULAR ESPAÑOL, S. A.

Sede social: C/Velázquez, 34, 28001 Madrid, Espanha

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Aspectos relevantes

O exercício 2005 completa um período na estratégia do Banco, caracterizado pela procura de uma forte expansão na abertura de agências, no negócio e na base de clientes, como meio para conseguir a máxima potenciação dos resultados no médio prazo. A todo momento se compatibilizou este objectivo com a obtenção de uma elevada rentabilidade, uma excepcional eficiência e uma notável qualidade dos activos e minimização dos riscos.

O balanço consolidado do Popular apresentou um significativo aumento do 22,4% no ano impulsionado pelo excelente desenvolvimento do crédito. Salienta-se a lenta mas progressiva transformação da composição da carteira de riscos anunciada no último relatório trimestral, na procura de uma melhora das margens: o forte crescimento do 25,6% nos empréstimos hipotecários é, de novo, ligeiramente inferior ao do trimestre anterior. Os créditos e empréstimos não hipotecários cresceram a uma extraordinária taxa anual do 23,6%.

O importante aumento do crédito nos últimos anos concretizou-se com base em critérios de crescente exigência na qualidade creditícia, como é demonstrado pela redução anual do montante do crédito em incumprimento em 3,5%. O *ratio* de incumprimento diminuiu novamente de 0,98%, em 2004, para 0,78%, em 2005, valor este que baixa para 0,70% se for excluído o Banco Popular Portugal. O crescimento da provisão genérica por expansão do crédito fez com que, paralelamente à melhora do incumprimento, aumentasse a sua cobertura por provisões de 199%, em 2004, para 249%, no passado exercício.

Tão importante como o comportamento do crédito tem sido o dos recursos intermediados fora de balanço, os quais cresceram 19,1%. A importância da sua excelente evolução reside no facto de a sua contribuição para a conta de exploração não comportar requisitos de capital, pelo que a sua captação é um objectivo prioritário do Grupo Popular que se destaca claramente dos seus concorrentes neste terreno: os activos líquidos de fundos de investimento do Grupo em Espanha aumentaram 18,5% no ano, 20% a nível consolidado, face ao crescimento de 11,9% do sector, segundo Inverco, com um ganho de 0,22% na quota de mercado.

Todavia, na essência desta expansão que temos procurado como forma de construir hoje o futuro, está o ganho de clientes, que alcançou um *record*, incluindo para o Popular, que aumentou fortemente a sua base de clientes nos últimos anos: mais de 534 000 clientes novos em 2005, dos quais cerca de 32 000 foram novas empresas, fundamentalmente PMEs e comércio. Em trimestres futuros, a ênfase passará da captação à fidelização crescente destes novos clientes mediante a venda cruzada intensiva. Outro aspecto da expansão de 2005 foi a abertura de 74 balcões, acompanhado do encerramento de 19 balcões menos eficientes.

O forte crescimento do 34,8% do resultado líquido atribuível deriva de um excelente comportamento da margem de intermediação, que mantém um sólido ritmo anual de crescimento de 10,7%.

As comissões de serviços aumentam 7,9%, impulsionadas fundamentalmente pelas correspondentes à gestão de activos: cresceram 25% as comissões por gestão de carteiras, e 23,9% as procedentes de fundos de investimento.

O crescimento de 9,6% da margem ordinária permite absorver o aumento, de 8,3%, dos custos operacionais, devido às despesas relacionadas com a captação de clientes e ao lançamento de novos produtos, bem como os correspondentes à melhoria e ampliação da rede de balcões. Têm, portanto, um carácter produtivo e não necessariamente recorrente, o que nos permite garantir uma evolução mais moderada no ano 2006. A margem de exploração resultante apresenta um sólido crescimento de 10,4%.

O ROE registou um incremento anual, de acordo com a nova contabilidade, de 128 pontos base, para 21,02%, e o ROA aumentou

igualmente de 1,19%, em 2004, para 1,33%. Por último, a eficiência operativa melhora novamente, ascendendo a 33,52%, a melhor eficiência da banca espanhola e uma das melhores da banca europeia.

Após o esforço da expansão destes últimos anos, em antecipação a movimentos similares do resto da banca, chegou o momento de rentabilizar os ganhos conseguidos, especialmente a importante carteira de novos clientes e a rede ampliada e reforçada de balcões. Em 2006, a ênfase do Banco Popular vai centrar-se na maximização do rendimento destes activos com o objectivo de consolidar a liderança do Grupo em rentabilidade, qualidade de activos e eficiência. Esta estratégia vai permitir no próximo exercício uma melhoria crescente da rentabilidade com menores necessidades de volumes de negócio e de capital.

A evolução do negócio

A 31 de Dezembro de 2005, os activos totais do Grupo em balanço ascendem a 77 840 milhões de euros, com um aumento de 14 263 milhões de euros, o que significa uma taxa de crescimento anual de 22,4%.

Os activos sob gestão fora de balanço registam um aumento notável de 19,1%, com uma nova aceleração do crescimento no quarto trimestre, impulsionados pelo excelente comportamento dos fundos de investimento (+ 20%), planos de pensões (14%) e gestão de patrimónios (+ 27,5%). Estes últimos correspondem, em grande medida, às actividades de banca privada, que se estão desenvolvendo com um excelente dinamismo.

Em consequência, o volume total de negócios do Grupo a 31 de Dezembro eleva-se a 93 180 milhões de euros, com um incremento de 21,9% no ano.

Os créditos a clientes totalizam 66 323 milhões de euros, com um crescimento de 21,7% nos últimos 12 meses. Estes créditos a clientes representam 85,2% dos activos totais. O crédito ao sector privado, que ascende a 66 209 milhões de euros, cresceu 21,8% face a Dezembro do ano anterior. Por tipos de crédito, os empréstimos hipotecários, na sua maioria sobre habitações, cresceram 25,6%, os empréstimos e créditos pessoais (outros devedores a prazo) aumentaram 24,2% e as operações de *leasing* financeiro aumentaram 16,1%.

O financiamento do capital circulante das empresas mediante os diferentes instrumentos que denominamos desconto comercial cresce a uma taxa anual de 5,5%. Este ritmo é superior ao do 3.º trimestre do exercício, como consequência de uma recuperação da dinâmica deste instrumento creditício após o primeiro impacto das medidas de reforço das margens.

Os riscos contingentes, totalizam 9612 milhões de euros, crescem 24,4%, com avals e outras cauções prestadas a aumentarem 25,5% no último ano.

O total de recursos em balanço, que inclui os depósitos de clientes, as emissões de títulos negociáveis, os passivos subordinados e o capital com natureza de passivo financeiro, ascende a 58 023 milhões de euros a 31 de Dezembro, com um aumento de 23,4% nos últimos 12 meses.

O passivo originado em clientes da banca a retalho — depósitos à ordem, depósitos a prazo e notas promissórias —, com um crescimento de 14,2% no ano, continua a ser a principal fonte de financiamento do balanço com uma contribuição de 57%. Dentro desta epígrafe, destacam-se os depósitos à ordem do sector privado residente (+ 17,7%), que registaram uma forte aceleração no 4.º trimestre, e as notas promissórias (+ 36,6%). O financiamento da banca de investimento — obrigações, obrigações hipotecárias e mercado interbancário — representa 33% do financiamento total do balanço e é gerido com critérios de máxima prudência e de minimização de custos, alongando prazos e diversificando fontes das operações. O restante passivo — acções ordinárias, preferenciais e dívida subordinada e outros — cresceu 10%.

A 31 de Dezembro de 2005, o montante dos devedores de cobrança duvidosa ascende a 591 milhões de euros, com uma diminuição de 22 milhões de euros face ao mesmo período de 2004, 3,5%.

O *ratio* de incumprimento, percentagem do montante dos devedores de cobrança duvidosa sobre os riscos totais (soma do crédito a clientes e dos riscos contingentes), voltou a diminuir, situando-se nos 0,78%, com uma importante redução de 20 pontos base nos últimos 12 meses. Além do reduzido incumprimento, o Grupo conta com umas provisões que cobrem em 248,7% o montante dos activos de cobrança duvidosa e que se situam nos níveis máximos históricos. O *ratio* de insolvência, medido como percentagem das amortizações sobre os riscos totais, diminuiu, em mais de 40%, até 0,17%. Ambos os indicadores e a varia-

ção negativa do montante de activos de cobrança duvidosa manifestam a melhoria da qualidade dos activos do Grupo no ano de 2005 e a extrema prudência que tem regido a captação de negócio no passado.

Resultados consolidados

Em 31 de Dezembro, a margem de intermediação ascendeu a 1966 milhões de euros, com um aumento de 10,7% face ao ano de 2004. No 4.º trimestre foi de 507 milhões de euros, mais 11,2% face ao mesmo período do ano anterior.

As comissões líquidas tiveram um bom comportamento no ano de 2005 com o montante de 712 milhões de euros, o que significa um crescimento inter anual de 7,9%, sendo de 8,7% se considerarmos o quarto trimestre isoladamente. É importante destacar as correspondentes à gestão de activos financeiros de clientes (+ 21,5%) com as comissões de fundos de investimento e de carteira de valores a crescer às taxas de 23,9% e 25,0% respectivamente. Por último, as comissões por prestação de avales e outras garantias aumentaram 8,5% no ano.

Relativamente à actividade de seguros, o seu comportamento foi também muito positivo com uma variação de 42,1% no ano, apoiado pela compra dos restantes 50% da sociedade portuguesa Eurovida BNC pelo Grupo Banco Popular, passando a possuir, após esta aquisição, 100% da referida entidade. Esta operação foi realizada no passado dia 7 de Outubro de 2005.

A margem ordinária, que compreende os proveitos totais do negócio bancário, ascendeu a 2764 milhões de euros no ano de 2005, com um crescimento de 9,6% no ano, sendo de 11,2% relativamente ao 4.º trimestre de 2004.

Os custos de exploração relativos ao pessoal e de administração, líquidos das comissões compensatórias de custos, cresceram 8,3% face ao mesmo período do ano anterior. Os custos de pessoal aumentaram 4,1%, ligeiramente acima da taxa de inflação, e os gastos gerais aumen-

taram 18,3%. Durante 2005, a evolução dos gastos gerais foi determinada pelos custos de publicidade e comercialização correspondentes ao lançamento de novos produtos e à captação de novos clientes, assim como à abertura de novos balcões. Trata-se de iniciativas cujo retorno, em forma de novo negócio que se irá materializar ao longo dos próximos exercícios, podendo-se considerar como uma forma de investimento produtiva, que não tem carácter recorrente para o ano de 2006.

O *ratio* de eficiência, definido como a parte da margem ordinária que é absorvida pelos custos de exploração, situou-se em 33,52%, com uma melhoria de 40 pontos base face à registada em 2004.

No final de 2005, o resultado operativo ou margem de exploração ascendeu a 1726 milhões de euros, valor que supera, em 10,4%, o gerado em 2004.

As perdas por imparidade dos activos somam 352 milhões de euros, o que equivale a um prémio de risco implícito de 0,58% anual sobre o saldo médio do crédito a clientes. No final de 2005, as provisões genéricas ascendiam a 1245 milhões de euros, o que praticamente corresponde ao limite máximo contemplado na nova normativa.

O resultado antes de impostos ascendeu a 1414 milhões de euros no período Janeiro-Dezembro, com um crescimento anual de 35,2%.

O resultado atribuído ao Grupo Banco Popular totaliza 878 milhões de euros em 31 de Dezembro, com um aumento de 34,8% face ao ano de 2004.

O resultado por acção ascendeu a 0,732 euros no ano de 2005, 27,7% superior ao registado em 2004.

Em 31 de Dezembro, a rentabilidade dos recursos próprios médios (ROE) situou-se em 21,02% com uma importante melhoria de 128 p. b. face a 2004. A rentabilidade dos activos totais médios (ROA) cresceu para 1,33% com um aumento de 14 p. b. face ao ano anterior.

(Assinatura ilegível.)

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	530 498	478 956
Carteira de negociação	1 502 171	1 172 433
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	102 685	115 126
Outros instrumentos de capital	1 025 671	799 066
Derivados de negociação	373 815	258 241
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	62 338	—
Outros activos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros instrumentos de capital	—	—
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	2 406 846	1 974 179
Títulos representativos de dívida	2 361 829	1 960 143
Outros instrumentos de capital	45 017	14 036
Extrapatrimoniais: garantias prestadas ou compromissos assumidos	945 828	—
Crédito concedido	52 499 265	41 075 181
Depósitos em instituições de crédito	16 405 739	11 206 697
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	100 056
Crédito a clientes	35 793 026	29 466 777
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros activos financeiros	300 500	301 651
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	3 153 905	—
Carteira de investimento a vencimento	455	—
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	—	—

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Ajustamentos a activos financeiros por macro-coberturas	—	—
Derivados de cobertura	349 060	159 762
Activos não correntes detidos para venda	29 824	27 434
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	—	—
Instrumentos de capital	—	—
Activos tangíveis	29 824	27 434
Outros activos	—	—
Participações	1 271 181	1 223 301
Entidades associadas	8 101	3 211
Entidades multigrupo	8 933	10 952
Entidades do grupo	1 254 147	1 209 138
Contratos de seguros vinculados a pensões	127 478	151 740
Activos tangíveis	354 919	355 851
De uso próprio	352 240	354 315
Propriedades de investimento	2 679	1 536
Outros activos cedidos em <i>leasing</i> operativo	—	—
Pró-memória: adquirido em <i>leasing</i> financeiro	—	—
Activos intangíveis	9 334	10 484
<i>Goodwill</i>	—	—
Outros activos intangíveis	9 334	10 484
Activos por impostos	403 551	587 444
Correntes	15 467	40 414
Diferidos	388 084	547 030
Acréscimos e diferimentos	36 383	15 671
Outros activos	56 279	30 672
<i>Total do activo</i>	59 577 244	47 263 108

PASSIVO

	2005	2004
Carteira de negociação	476 256	554 807
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Derivados de negociação	375 355	448 048
Posições curtas de títulos	100 901	106 759
Outros passivos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	—	—
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a custo amortizado	55 139 900	43 600 177
Depósitos de bancos centrais	900 981	—
Depósitos de instituições de crédito	11 118 923	9 063 963
Operações de mercado monetário através de contrapartes	10 661	426 112
Depósitos de clientes	33 994 799	28 574 056
Débitos representados por títulos negociáveis	6 933 397	3,233 922
Passivos subordinados	1 531 434	1 507 074
Outros passivos financeiros	649 705	795 050
Ajustamentos a passivos financeiros por macro-coberturas	—	—
Derivados de cobertura	209 842	111 717

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Passivos associados a activos não correntes detidos para venda	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Outros passivos	—	—
Provisões	268 933	295 919
Fundos para pensões e obrigações similares	162 903	195 395
Provisões para impostos	22 637	19 206
Provisões para riscos e compromissos contingentes	80 489	75 785
Outras provisões	2 904	5 533
Passivos por impostos	81 760	223 879
Correntes	60 275	61 950
Diferidos	21 485	161 929
Acréscimos e diferimentos	168 160	152 928
Outros passivos	53 632	113 147
Capital com natureza de passivo financeiro	—	—
<i>Total do passivo</i>	<u>56 398 483</u>	<u>45 052 574</u>

CAPITAL PRÓPRIO

	2005	2004
Ajustamentos de valorização	1 267	2 185
Activos financeiros disponíveis para venda	2 133	2 165
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	—	—
Coberturas dos fluxos de caixa	(866)	—
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	—	—
Diferenças de câmbio	—	20
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular	3 177 494	2 208 349
Capital ou fundo de dotação	121 543	113 693
Subscrito	121 543	113 693
Subscrito não realizado (—)	—	—
Prémio de emissão	1 216 291	428 720
Reservas	1 453 301	1 389 346
Reservas	1 453 301	1 389 346
Resultados transitados	—	—
Outros instrumentos de capital	—	—
De instrumentos financeiros compostos	—	—
Outros	—	—
Menos: acções próprias	—	(4 599)
Resultado do exercício	605 866	477 878
Menos: dividendos e retribuições	(219 507)	(196 689)
<i>Total do capital próprio</i>	<u>3 178 761</u>	<u>2 210 534</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>59 577 244</u>	<u>47 263 108</u>

Pró-memória:

Riscos contingentes	19 234 210	14 538 887
Garantias financeiras	19 056 108	14 347 007
Activos afectos a outras obrigações de terceiros	404	479
Outros riscos contingentes	177 698	191 401
Compromissos contingentes	10 283 991	8 061 399
Linhas autorizadas não utilizadas por terceiros	9 143 626	7 140 822
Outros compromissos	1 140 365	920 577

(Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados individuais em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e rendimentos similares	1 971 389	1 614 331
Juros e encargos similares	901 073	645 988
Remuneração de capital com natureza de passivo financeiro	—	—
Outros	901 073	645 988
Rendimento de instrumentos de capital	129 514	118 636
Participações em entidades associadas	87	87
Participações em entidades multigrupo	5 565	—
Participações em entidades do grupo	107 577	106 265
Outros instrumentos de capital	16 285	12 284
Margem de intermediação	1 199 830	1 086 979
Comissões recebidas	539 703	496 592
Comissões pagas	138 001	118 018
Resultados de operações financeiras (líquido)	12 840	34 951
Carteira de negociação	185 719	1 629
Outros instrumentos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	(261)	28 439
Crédito concedido	—	—
Outros	(172 618)	4 883
Diferenças de câmbio (líquido)	31 905	24 077
Margem ordinária	1 646 277	1 524 581
Outros proveitos de exploração	31 784	29 936
Custos com pessoal	381 742	368 602
Outros gastos gerais e administrativos	166 473	137 531
Amortizações	59 331	60 334
Activos tangíveis	52 498	51 763
Activos intangíveis	6 833	8 571
Outros custos de exploração	24 059	22 836
Margem de exploração	1 046 456	965 214
Perdas por imparidade de activos (líquido)	186 595	249 838
Activos financeiros disponíveis para venda	3 861	—
Crédito concedido	179 643	248 689
Carteira de títulos a vencimento	—	—
Activos não correntes detidos para venda	1 170	510
Participações	—	639
Activos tangíveis	1 862	—
Goodwill	—	—
Outros activos intangíveis	59	—
Outros activos	—	—
Dotações para provisões (líquido)	9 076	64 573
Outros ganhos	20 220	27 174
Ganhos em venda de activos tangíveis	11 303	9 805
Ganhos em venda de participações	—	2 476
Outras rubricas	8 917	14 893
Outras perdas	9 665	20 008
Perdas em venda de activos tangíveis	954	573
Perdas em venda de participações	36	2 309
Outras rubricas	8 675	17 126
Resultado antes de impostos	861 340	657 969
Imposto sobre os lucros	255 474	180 091
Resultado da actividade ordinária	605 866	477 878
Resultado de operações descontinuadas (líquido)	—	—
Resultado do exercício	605 866	477 878

(Assinatura ilegível.)

Demonstrações individuais das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Proveitos líquidos reconhecidos directamente no capital próprio	(918)	(4 488)
Activos financeiros disponíveis para venda	(32)	(4 488)
Ganhos/perdas de valorização	(49)	(6 905)
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	17	2 417
Reclassificações	—	—
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	—	—
Ganhos/perdas de valorização	—	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	—	—
Reclassificações	—	—
Coberturas dos fluxos de caixa	(866)	—
Ganhos/perdas de valorização	(1 332)	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Valores transferidos ao valor contabilístico inicial das rubricas cobertas	—	—
Imposto sobre os lucros	466	—
Reclassificações	—	—
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	—	—
Ganhos/perdas de valorização	—	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	—	—
Reclassificações	—	—
Diferenças de câmbio	(20)	—
Ganhos/perdas de valorização	(31)	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	11	—
Reclassificações	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Ganhos/perdas de valorização	—	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	—	—
Reclassificações	—	—
Resultado do exercício	605 866	477 878
Resultado publicado	605 866	477 878
Ajustamentos por alterações de políticas contabilísticas	—	—
Ajustamentos por erros	—	—
Proveitos e custos totais do exercício	604 948	473 390
Pró-memória: ajustamentos no capital próprio imputáveis a exercícios anteriores	—	—
Por alterações de políticas contabilísticas	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular	—	—
Ajustamentos de valorização	—	—
Por erros	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular	—	—
Ajustamentos de valorização	—	—

(Assinatura ilegível.)

Demonstrações individuais dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa das actividades de exploração:		
Resultado do exercício	605 866	477 878
Ajustamentos ao resultado	312 651	648 409
Amortizações de activos tangíveis	52 498	51 763
Amortizações de activos intangíveis	6 833	8 571

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Perdas por imparidade de activos (líquido)	186 595	249 838
Dotações para provisões (líquido)	9 076	64 573
Ganhos/perdas por venda de activos tangíveis	(10 349)	(9 232)
Ganhos/perdas por venda de participações	36	(167)
Impostos	255 474	180 091
Outras rubricas não monetárias	(187 512)	102 972
Resultado ajustado — subtotal	918 517	1 126 287
Aumento/diminuição líquida nos activos de exploração	12 229 728	8 947 000
Carteira de negociação	214 164	589 914
Depósitos em instituição de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	(12 441)	63 001
Outros instrumentos de capital	226 605	526 913
Derivados de negociação	—	—
Outros activos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos da dívida	—	—
Outros instrumentos de capital	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	436 560	1 649 966
Títulos representativos da dívida	404 471	1 689 930
Outros instrumentos de capital	32 089	(39 964)
Crédito concedido	11 602 606	6 585 377
Depósitos em instituições de crédito	5 176 252	409 868
Operações de mercado monetário através das contrapartes	(100 005)	(150 000)
Crédito a clientes	6 525 382	6 307 715
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros activos financeiros	977	17 794
Outros activos de exploração	(23 602)	121 743
Aumento/diminuição líquida nos passivos de exploração	7 655 202	5 483 890
Carteira de negociação	(5 858)	44 980
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Derivados de negociação	—	—
Posições curtas de títulos	(5 858)	44 980
Outros passivos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a custo amortizado	8 000 428	5 763 502
Depósitos de bancos centrais	900 799	—
Depósito em instituições de crédito	2 034 154	298 348
Operações de mercado monetário através das contrapartes	(415 203)	14 810
Depósitos de clientes	1 909 419	3 958 574
Débitos representados por títulos negociáveis	3 727 567	1 100 268
Outros passivos financeiros	(156 308)	391 502
Outros passivos de exploração	(339 368)	(324 592)
Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de exploração	(3 656 009)	(2 336 823)

(Em milhares de euros)

Fluxos de caixa das actividades de investimento:

	2005	2004
Investimentos (—)	(119 664)	(167 445)
Empresas do grupo e associadas	64 359	74 555
Activos tangíveis	49 108	86 168
Activos intangíveis	5 742	6 722
Carteira de títulos a vencimento	455	—
Outros activos financeiros	—	—
Outros activos	—	—
Desinvestimentos (+)	41 052	96 750
Empresas do grupo, multigrupo e associadas	16 443	64 633
Activos tangíveis	24 609	32 117
Activos intangíveis	—	—
Carteira de títulos a vencimento	—	—
Outros activos financeiros	—	—
Outros activos	—	—
<i>Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i>	<i>(78 612)</i>	<i>(70 695)</i>

Fluxos de caixa das actividades de financiamento:

Emissão/amortizações de capital	795 421	—
Aquisição de instrumentos de capital próprio (—)	27 048	33 895
Alienação de instrumentos de capital próprio (+)	31 976	29 719
Emissão/amortizações de quotas	—	—
Emissão/amortizações de outros instrumentos de capital	—	—
Emissão/amortizações de capital com natureza de passivo financeiro	—	—
Emissão/amortizações de passivos subordinados	26 144	338 953
Emissão/amortizações de outros passivos a longo prazo	3 385 498	2 297 758
Aumento/diminuição de interesses minoritários	—	—
Dividendos/juros pagos (—)	426 107	374 058
Outras rubricas relacionadas com as actividades de financiamento	—	—
<i>Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>	<i>3 785 884</i>	<i>2 258 477</i>

Efeito das variações cambiais em caixa ou equivalentes

Aumento/diminuição líquida de caixa ou equivalentes	51 263	(149 041)
Caixa ou equivalentes no início do exercício	478 343	627 384
Caixa ou equivalentes no final do exercício	529 606	478 343

(Assinatura ilegível.)

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (nota n.º 22)	959 545	894 219
Carteira de negociação (nota n.º 23)	1 385 503	1 018 473
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	110 811	115 127
Outros instrumentos de capital	1 037 002	799 840
Derivados de negociação	237 690	103 506
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	1 894	—
Outros activos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos (nota n.º 24)	311 467	50 788
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	187 155	—
Outros instrumentos de capital	124 312	50 788
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda (nota n.º 25)	890 521	565 430
Títulos representativos de dívida	802 289	519 486
Outros instrumentos de capital	88 232	45 944
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	380 650	251

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Crédito concedido (nota n.º 26)	71 425 197	58 368 252
Depósitos em instituições de crédito	5 994 171	4 434 532
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	100 056
Crédito a clientes	65 000 869	53 408 744
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros activos financeiros	430 157	424 920
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	418 800	418 800
Carteira de títulos a vencimento (nota n.º 27)	455	—
Pró-memória: garantias prestadas ou compromissos assumidos	455	—
Ajustamentos a activos financeiros por macro-coberturas (nota n.º 28)	—	—
Derivados de cobertura (nota n.º 29)	442 221	303 375
Activos não correntes detidos para venda (nota n.º 30)	98 646	61 349
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	—	—
Instrumentos de capital	—	—
Activos tangíveis	98 646	61 349
Outros activos	—	—
Participações (nota n.º 31)	22 007	27 161
Entidades associadas	22 007	27 161
Entidades multigrupo	—	—
Entidades do grupo	—	—
Contratos de seguros vinculados a pensões (nota n.º 32)	240 556	247 630
Activos por resseguros (nota n.º 33)	4 010	1 702
Activos tangíveis (nota n.º 34)	724 616	665 135
De uso próprio	626 107	624 990
Propriedades de investimento	72 574	25 982
Outros activos cedidos em <i>leasing</i> operacional	25 935	14 163
Pró-memória: adquirido em <i>leasing</i> financeiro	—	—
Activos intangíveis (nota n.º 35)	362 548	355 557
<i>Goodwill</i>	341 562	341 562
Outros activos intangíveis	20 986	13 995
Activos por impostos (nota n.º 36)	660 596	867 586
Correntes	47 030	87 910
Diferidos	613 566	779 676
Acréscimos e diferimentos (nota n.º 37)	45 515	26 550
Outros activos (nota n.º 38)	124 345	122 878
Existências	—	—
Outros	124 345	122 878
<i>Total do activo</i>	77 697 748	63 576 085

PASSIVO

	2005	2004
Carteira de negociação (nota n.º 23)	340 869	401 958
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de contrapartes	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Derivados de negociação	239 968	295 199
Posições curtas de títulos	100 901	106 759
Outros passivos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos (nota n.º 24)	—	—
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio (nota n.º 39)	—	—
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a custo amortizado (nota n.º 40)	69 224 559	56 432 482
Depósitos de bancos centrais	900 981	—
Depósitos de instituições de crédito	10 357 157	8 834 881
Operações de mercado monetário através de contrapartes	10 661	426 112
Depósitos de clientes	34 882 497	31 281 299
Débitos representados por títulos negociáveis	21 621 592	14 296 374
Passivos subordinados	579 685	555 758
Outros passivos financeiros	871 986	1 038 058
Ajustamentos a passivos financeiros por macro-coberturas (nota n.º 28)	—	—
Derivados de cobertura (nota n.º 29)	166 561	130 955
Passivos associados a activos não correntes detidos para venda	—	—
Depósitos de bancos centrais	—	—
Depósitos de instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Outros passivos	—	—
Passivos por contratos de seguro (nota n.º 41)	618 364	300 471
Provisões (nota n.º 42)	501 435	540 379
Fundos para pensões e obrigações similares	334 175	359 030
Provisões para impostos	29 262	25 140
Provisões para riscos e compromissos contingentes	124 473	115 133
Outras provisões	13 525	41 076
Passivos por impostos (nota n.º 36)	175 436	316 326
Correntes	134 081	135 912
Diferidos	41 355	180 414
Acréscimos e diferimentos (nota n.º 37)	271 020	236 425
Outros passivos (nota n.º 38)	71 286	159 606
Capital com natureza de passivo financeira (nota n.º 43)	981 199	980 893
<i>Total do passivo</i>	<i>72 350 729</i>	<i>59 499 495</i>

CAPITAL PRÓPRIO

	2005	2004
Interesses minoritários (nota n.º 44)	342 455	309 973
Ajustamentos de valorização (nota n.º 45)	14 785	8 873
Activos financeiros disponíveis para venda	31 154	23 345
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	(15 510)	(14 521)
Coberturas dos fluxos de caixa	(866)	—
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	—	—
Diferenças de câmbio	7	49
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular (nota n.º 46)	4 989 779	3 757 744
Capital ou fundo de dotação	121 543	113 693
Subscrito	121 543	113 693
Subscrito não realizado (—)	—	—
Prémio de emissão	1 216 291	428 720
Reservas	2 993 703	2 765 250
Reservas	2 995 335	2 761 730
Resultados transitados	—	—
Reservas em entidades valorizadas pelo método da equivalência patrimonial	(1 632)	3 520
Entidades associadas	(1 632)	3 520
Entidades multigrupo	—	—
Entidades dependentes	—	—

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Outros instrumentos de capital	—	—
De instrumentos financeiros compostos	—	—
Outros	—	—
Menos: acções próprias	—	(4 599)
Resultado atribuído ao grupo	877 749	651 369
Menos: dividendos e retribuições	(219 507)	(196 689)
<i>Total do capital próprio</i>	<i>5 347 019</i>	<i>4 076 590</i>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<i>77 697 748</i>	<i>63 576 085</i>
Pró-memória:	—	—
Riscos contingentes (nota n.º 50)	9 611 758	7 723 744
Garantias financeiras	9 539 515	7 645 297
Activos afectos a outras obrigações de terceiros	417	492
Outros riscos contingentes	71 826	77 955
Compromissos contingentes (nota n.º 51)	18 659 159	15 039 622
Linhas autorizadas não utilizadas por terceiros	17 083 871	13 712 709
Outros compromissos	1 575 288	1 326 913

(Assinatura ilegível.)

Demonstrações dos resultados consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e rendimentos similares (nota n.º 52)	3 037 619	2 617 953
Juros e encargos similares (nota n.º 53)	1 089 681	855 683
Remuneração de capital com natureza de passivo financeiro	26 420	23 144
Outros	1 063 261	832 539
Rendimentos de instrumentos de capital (nota n.º 54)	18 561	14 033
Margem de intermediação	1 966 499	1 776 303
Resultados de entidades valorizadas pelo método da equivalência patrimonial (nota n.º 55)	1 458	2 094
Entidades associadas	1 458	2 094
Entidades multigrupo	—	—
Entidades do grupo	—	—
Comissões recebidas (nota n.º 56)	914 855	831 614
Comissões pagas (nota n.º 56)	202 934	171 880
Actividade de seguros (nota n.º 57)	26 083	18 356
Prémios de seguros e resseguros cobrados	110 216	56 302
Prémios de resseguros pagos	3 840	(2 194)
Prestações pagas e outros gastos relacionados com seguros	57 892	(43 335)
Proveitos de resseguros	2 182	1 521
Dotações líquidas de passivos por contratos de seguros	50 726	(10 515)
Proveitos financeiros	26 640	16 985
Gastos financeiros	497	(408)
Resultados de operações financeiras (líquido) (nota n.º 58)	16 290	35 013
Carteira de negociação (nota n.º 23)	190 566	14 157
Outros instrumentos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos (nota n.º 24)	(863)	2 412
Activos financeiros disponíveis para venda (nota n.º 25)	9 559	32 245
Crédito concedido	—	—
Outros	(182 972)	(13 801)
Diferenças de câmbio (líquido) (nota n.º 59)	42 195	30 888
Margem ordinária	2 764 446	2 522 388
Vendas e proveitos por prestação de serviços não financeiros (nota n.º 60)	33 721	33 773
Custo das vendas (nota n.º 61)	3 780	2 454
Outros proveitos de exploração (nota n.º 62)	54 403	50 636

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Custos com pessoal (nota n.º 63)	664 521	638 649
Outros gastos gerais e administrativos (nota n.º 64)	316 482	267 491
Amortizações (nota n.º 65)	100 208	94 382
Activos tangíveis	89 186	84 148
Activos intangíveis	11 022	10 234
Outros custos de exploração (nota n.º 66)	41 790	40 688
Margem de exploração	1 725 789	1 563 133
Perdas por imparidade de activos (líquido) (nota n.º 67)	352 149	431 610
Activos financeiros disponíveis para venda (nota n.º 25)	6 149	(1 036)
Crédito concedido (nota n.º 26)	338 326	427 895
Carteira de títulos a vencimento	—	—
Activos não correntes detidos para venda (nota n.º 30)	3 152	3 701
Participações	—	1 054
Activos tangíveis (nota n.º 34)	4 463	(4)
Goodwill	—	—
Outros activos intangíveis	59	—
Outros activos	—	—
Dotações para provisões (líquido) (nota n.º 68)	(2 975)	101 810
Proveitos financeiros de actividades não financeiras (nota n.º 69)	1 974	1 319
Gastos financeiros de actividades não financeiras (nota n.º 69)	79	104
Outros ganhos (nota n.º 70)	52 633	44 859
Ganhos na venda de activos tangíveis	31 223	20 501
Ganhos na venda de participações	552	2 766
Outras rubricas	20 858	21 592
Outras perdas (nota n.º 70)	16 660	29 946
Perdas na venda de activos tangíveis	1 700	1 086
Perdas na venda de participações	24	2 367
Outras rubricas	14 936	26 493
Resultado antes de impostos	1 414 483	1 045 841
Imposto sobre os lucros (nota n.º 47)	476 878	346 598
Resultado da actividade ordinária	937 605	699 243
Resultado de operações descontinuadas (líquido) (nota n.º 71)	—	—
Resultado consolidado do exercício	937 605	699 243
Resultado atribuído aos interesses minoritários (nota n.º 72)	59 856	47 874
Resultado atribuído ao grupo (nota n.º 46)	877 749	651 369

(Assinatura ilegível.)

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Proveitos líquidos reconhecidos directamente no capital próprio	16 481	(1 577)
Activos financeiros disponíveis para venda	7 809	3 424
Ganhos/perdas de revalorização	21 573	37 513
Valores transferidos para a conta de resultados	(9 559)	(32 245)
Imposto sobre os lucros	(4 205)	(1 844)
Reclassificações	—	—
Outros passivos financeiros a justo valor	(989)	(4 992)
Ganhos/perdas de revalorização	(1 522)	(7 680)
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	533	2 688
Reclassificações	—	—

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Coberturas dos fluxos de caixa	(866)	—
Ganhos/perdas de revalorização	(1 332)	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Valores transferidos ao valor contabilístico inicial das rubricas cobertas	—	—
Imposto sobre os lucros	466	—
Reclassificações	—	—
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	—	—
Ganhos/perdas de revalorização	—	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	—	—
Reclassificações	—	—
Diferenças de câmbio	(42)	(9)
Ganhos/perdas de revalorização	(65)	(14)
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	23	5
Reclassificações	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Ganhos/perdas de revalorização	—	—
Valores transferidos para a conta de resultados	—	—
Imposto sobre os lucros	—	—
Reclassificações	—	—
Resultado consolidado do exercício	937 605	699 243
Resultado consolidado publicado	937 605	699 243
Ajustamentos por alterações de políticas contabilísticas	—	—
Ajustamentos por erros	—	—
Proveitos e custos totais do exercício	943 517	697 666
Entidade dominante	751 965	649 504
Interesses minoritários	60 295	48 162
Pró-memória: ajustamentos no capital próprio imputáveis a exercícios anteriores	—	—
Por alterações de políticas contabilísticas	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular	—	—
Ajustamentos de valorização	—	—
Interesses minoritários	—	—
Por erros	—	—
Fundos atribuíveis aos detentores de capital próprio do Popular	—	—
Ajustamentos de valorização	—	—
Interesses minoritários	—	—

(Assinatura ilegível.)

Demonstrações consolidadas de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa das actividades de exploração:		
Resultado consolidado do exercício (líquido)	937 605	699 243
Ajustamentos ao resultado	997 571	1 077 417
Amortizações de activos tangíveis	89 186	84 148
Amortizações de activos intangíveis	11 022	10 234
Perdas por imparidade de activos (líquido)	352 149	431 610
Dotações líquidas para passivos por contratos de seguro	50 726	10 515
Dotações para provisões (líquido)	(2 975)	101 810
Ganhos/perdas na venda de activos tangíveis	(29 523)	(19 415)
Ganhos/perdas na venda de participações	(528)	(399)

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Resultados de sociedades registadas pelo método da equivalência patrimonial (líquido de dividendos)	(1 458)	(2 094)
Impostos	476 878	346 598
Outras rubricas não monetárias	52 094	114 410
Resultado ajustado — subtotal	1 935 176	1 776 660
Aumento/diminuição líquida nos activos de exploração	13 876 937	10 694 059
Carteira de negociação	7 825	488 985
Depósitos em instituição de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	(4 316)	63 002
Outros instrumentos de capital	237 162	526 977
Derivados de negociação	(225 021)	(100 994)
Outros activos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	(8 098)
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Crédito a clientes	—	—
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros instrumentos de capital	—	(8 098)
Activos financeiros disponíveis para venda	323 182	(305 668)
Títulos representativos de dívida	285 458	(264 511)
Outros instrumentos de capital	37 724	(41 157)
Crédito concedido	13 581 206	10 455 134
Depósitos em instituições de crédito	1 565 725	(154 514)
Operações de mercado monetário através das contrapartes	(99 999)	(150 000)
Crédito a clientes	12 114 344	10 779 963
Títulos representativos de dívida	—	—
Outros activos financeiros	1 136	(20 315)
Outros activos de exploração	(35 276)	63 706
Aumento/diminuição líquida nos passivos de exploração	5 748 820	4 449 223
Carteira de negociação	(411 644)	(12 161)
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através das contrapartes	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Derivados de negociação	(405 786)	(57 141)
Posições curtas de títulos	(5 858)	44 980
Outros passivos financeiros a justo valor com variações em perdas e ganhos	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Depósitos dos clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a justo valor com variações no capital próprio	—	—
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por títulos negociáveis	—	—
Passivos financeiros a custo amortizado	6 728 922	4 971 294
Depósitos de bancos centrais	900 799	—
Depósito em instituições de crédito	1 508 636	365 466
Operações de mercado monetário através das contrapartes	(415 203)	14 810
Depósitos de clientes	3 518 269	2 619 045
Débitos representados por títulos negociáveis	1 393 493	1 689 691
Outros passivos financeiros	(177 072)	282 282
Outros passivos de exploração	(568 458)	(509 910)
Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de exploração	(6 192 941)	(4 468 176)

(Em milhares de euros)

Fluxos de caixa das actividades de investimento:

	2005	2004
Investimentos (—)	(174 641)	(118 787)
Empresas do grupo e associadas	14 677	17 832
Activos tangíveis	153 130	93 075
Activos intangíveis	6 379	7 880
Carteira de títulos a vencimento	455	—
Outros activos financeiros	—	—
Outros activos	—	—
Desinvestimentos (+)	171 776	39 658
Empresas do grupo, multigrupo e associadas	1 498	18 131
Activos tangíveis	170 278	21 527
Activos intangíveis	—	—
Carteira de títulos a vencimento	—	—
Outros activos financeiros	—	—
Outros activos	—	—
<i>Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i>	<i>(2 865)</i>	<i>(79 129)</i>

Fluxos de caixa das actividades de financiamento:

Emissão/amortização de capital	795 421	—
Aquisição de instrumentos de capital próprio (—)	27 048	33 895
Alienação de instrumentos de capital próprio (+)	31 976	29 719
Emissão/amortização de quotas	—	—
Emissão/amortização de outros instrumentos de capital	—	—
Emissão/amortização de capital com natureza de passivo financeiro	—	245 000
Emissão/amortização de passivos subordinados	25 841	100 000
Emissão/amortização de outros passivos a longo prazo	5 885 639	4 417 129
Aumento/diminuição de interesses minoritários	—	—
Dividendos/juros pagos (—)	451 051	397 594
Outras rubricas relacionadas com as actividades de financiamento	—	—
<i>Total de fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>	<i>6 260 778</i>	<i>4 360 359</i>

Efeito das variações cambiais em caixa ou equivalentes	—	—
Aumento/diminuição líquida de caixa ou equivalentes	64 972	(186 946)
Caixa ou equivalentes no início do exercício	893 344	1 080 290
Caixa ou equivalentes no final do exercício	958 316	893 344

(Assinatura ilegível.)

Relatório dos auditores independentes

Auditámos as demonstrações financeiras anuais consolidadas do Banco Popular Español, S. A., e do Grupo consolidado que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, a demonstração de alterações do capital próprio consolidado e as notas explicativas às demonstrações financeiras anuais consolidadas correspondentes ao exercício anual findo na referida data, cuja preparação é da responsabilidade dos administradores do Banco. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras anuais consolidadas no seu conjunto, baseadas no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que requerem o exame, mediante a realização de testes selectivos, da evidência justificada das demonstrações financeiras anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.

As demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005 em anexo, são as primeiras que os administradores do Banco preparam aplicando as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (NIRF-UE), que requerem, de um modo geral, que as demonstrações financeiras apresentem informação comparativa. Neste sentido, e de acordo com a legislação comercial, os administradores do Banco apresentam para efeitos comparativos, para cada uma das rubricas do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, da demonstração de fluxos de caixa consolidada, da demonstração de alterações no capital próprio consolidada e das notas explicativas às demonstrações financeiras anuais além dos montantes consolidados do exercício de 2005, os correspondentes ao exercício anterior, que também foram obtidos mediante a aplicação

das NIRF-EU em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Consequentemente, os montantes correspondentes ao exercício anterior diferem nos contidos nas demonstrações financeiras anuais consolidadas aprovadas no exercício de 2004 que foram apresentados de acordo com os princípios e normas contabilísticas em vigor nesse exercício, detalhando-se na nota n.º 4 das notas explicativas às demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo, as diferenças que resultam da aplicação das NIRF-EU sobre os capitais próprios consolidados a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro de 2004 e sobre os resultados consolidados do exercício de 2004. A nossa opinião refere-se unicamente às demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005. Com data de 26 de Janeiro de 2005 emitimos o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2004, apresentadas de acordo com os princípios e normas contabilísticos em vigor nesse exercício, no qual expressámos uma opinião que incluía uma menção à falta de uniformização no tratamento contabilístico das pré-reformas no exercício de 2004, por parte do Banco Popular Español e das suas filiais, os Bancos da Andalucía, Castilla, Crédito Balear, Galicia e Vasconia, efectuado de acordo com o normativo do Banco de Espanha, o qual se encontra adequadamente contabilizado nas demonstrações financeiras comparativas de 2004 que se apresentam em anexo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005 em anexo expressam, em todos os seus aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada do Banco Popular Español, S. A., e do Grupo consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e dos resultados consolidados das suas operações, das alterações no capital próprio consolidado e dos seus fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual findo na referida data e contém a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequadas,

em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia que contemplam a uniformidade com as aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais consolidadas correspondentes ao exercício anterior, as quais foram incorporadas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005 para efeitos comparativos.

O relatório de gestão consolidado do exercício de 2005 em anexo, contém as explicações que os administradores consideram oportunas sobre a situação do Banco Popular Español, S. A., e do Grupo consolidado, a evolução dos seus negócios e outros assuntos e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras anuais consolidadas. Verificámos que a informação contabilística incluída no referido relatório de gestão é concorrente com a das demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação distinta da que é obtida a partir dos registos contabilísticos do Banco Popular Español, S. A., e do seu Grupo consolidado.

O Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers Auditores, S. L., representada por *Antonio Greño Hidalgo*. 3000214678

DEUTSCHE BANK (PORTUGAL), S. A.

Sede social: Rua Castilho, 20, Apartado 21103, 1128-801 Lisboa.
Capital social: 79 619 730 euros.
Pessoa colectiva n.º 502349620.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1383.

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais e auditores

Conselho geral:

Frank Helmut Krings, presidente.
António Rodriguez-Pina.
David Victor Fass.
Andreas Arndt.
Werner Helmut Steinmuller.
António Linares Rodriguez.
Fernando Olalla Merlo.

Direcção:

Homero Coutinho, presidente.
Joaquim Baptista.
Filipe Crisóstomo Silva.
Bernardo Meyrelles do Souto.
Gert Spennemann.

Mesa da assembleia geral:

Vasco Vieira de Almeida, presidente.
Pedro Cassiano Santos, secretário.

Revisor oficial de contas e auditores internacionais:

KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	Banco		Grupo	
	2005	2004	2005	2004
Total do balanço	4 751	5 710	4 889	5 701
Crédito sobre clientes	1 087	1 434	1 236	1 434
Recursos de instituições financeiras	1 000	1 580	1 000	1 580
Empréstimos por obrigações	—	—	—	—
Depósitos de clientes	3 561	3 900	3 548	3 890
Situação líquida	97	96	99	97
Cash-flow	—	5	1	5
Resultado do exercício	2	—4	2	—5
Número médio de trabalhadores	179	191	182	191
Cash-flow/total do balanço (percentagem)	—	0,09	0,02	0,09
Cash-flow/situação líquida (percentagem)	—	5,0	1,0	5,0
Resultado do exercício/situação líquida (percentagem)	2,0	—4,0	2,0	—5,0

Relatório da direcção

1 — O meio económico envolvente

A actividade económica e o comércio mundiais mantiveram crescimentos robustos em 2005 — superiores aos valores médios das últimas décadas — ainda que tenham registado um abrandamento face ao ano anterior. O ano foi marcado por uma nova subida dos preços internacionais das matérias-primas, particularmente acentuada no caso do petróleo que atingiu novos máximos históricos. Nos mercados cambiais, verificou-se uma inversão da tendência de depreciação do dólar observada nos últimos anos, não obstante um novo agravamento dos desequilíbrios globais. O PIB mundial terá crescido 4,5% em 2005, menos 0,4 p. p. que no ano anterior. A expansão mundial continuou a ser liderada pelo EUA e pelos países asiáticos, com destaque para a China. Nos EUA, a actividade económica continuou a expandir-se a um ritmo elevado em 2005, com o PIB a crescer 3,5%, reflectindo o dinamismo do consumo e do investimento privados. No Japão, a recuperação económica prosseguiu em 2005, com o PIB real a crescer 2,7%, 0,4 p. p. acima do observado no ano anterior. O crescimento das exportações manteve-se relativamente elevado — sustentado pela forte procura interna para o crescimento reforçou-se significativamente, reflectindo o aumento do emprego e a melhoria dos lucros empresariais. A área do euro continuou a apresentar o pior desempenho entre as principais economias avançadas. O crescimento real do PIB situou-se em 1,4%, 0,4 p. p. abaixo do registado no ano anterior.

Durante 2005, a evolução da economia portuguesa foi marcada pelo reduzido crescimento da actividade e o aumento da taxa de desemprego. Simultaneamente assistiu-se a um aumento do défice estrutural das contas públicas. Segundo o Banco de Portugal o Produto Interno Bruto (PIB) foi inferior em 0,8 p. p. ao crescimento observado em 2004. O aumento do preço das matérias-primas e da energia e a manutenção de um crescimento sustentado dos custos de trabalho, num contexto em que a deterioração das condições no mercado de trabalho parece não se traduzir num ajustamento significativo dos salários reais, terão afectado negativamente a produção nacional. Apesar da procura externa ter mantido um ritmo de crescimento significativo em 2005, a deterioração da capacidade competitiva da economia nacional continuou a afectar negativamente o desempenho das exportações. O consumo privado manteve-se relativamente sustentado em termos médios anuais. Os níveis reduzidos das taxas de juro, a contracção das margens por parte dos bancos e o alargamento dos prazos de amortização dos empréstimos terão continuado a conter o crescimento das prestações associadas ao serviço da dívida e a sustentar a expansão do crédito aos particulares. O aumento da receita fiscal não foi suficiente para impedir um novo agravamento das contas públicas. Com efeito, a despesa corrente primária continuou a crescer a taxas muito elevadas — na ordem de 7% — reflectindo sobretudo o crescimento das transferências sociais, com destaque para as despesas com pensões. O acréscimo da taxa normal do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e o aumento acentuado dos preços dos bens energéticos não impediram que a taxa de inflação média continuasse a reduzir-se, tendo contudo determinado uma aceleração dos preços na segunda

metade do ano. A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) situou-se em 2,1%, o que compara com 2,5% do ano anterior.

2 — As principais áreas de actividade

Banca de retalho

O exercício de 2005 ficou marcado, na área do retalho (*private & business clients*), como o ponto de viragem na estratégia. A partir de Setembro, a área de retalho autonomizou-se da gestão de Espanha, tendo-se convertido numa unidade de negócio independente.

Em consequência, foi revista a estratégia de distribuição, tendo-se optado por investir no desenvolvimento de uma rede de distribuição própria de Balcões, a ser complementada pela já existente rede de Promotores. Nesse sentido, foram abertos três novos balcões, Almançil, Campo Alegre e Estoril e procedeu-se igualmente a reestruturação da rede de Promotores com o objectivo de uma maior eficiência e produtividade. Para o efeito, reviu-se o modelo de comissionamento, os modelos de apoio ao investimento e o modelo de apoio a este canal, tendo resultado na redução de 42 agências para cerca de 36, mas com maior produtividade e crescimento de negócio.

Também os canais de crédito ao consumo e de *private banking* mereceram uma maior atenção, tendo-se optado por reforçar as equipas.

Ao nível global da estratégia, reforçaram-se as campanhas de habitação e de produtos de valor acrescentado (estruturados), para as quais se reviu as condições da oferta de produtos, tornando-a mais consistente e alinhada com o mercado, e deu-se mais enfoque ao *marketing* e à comunicação.

Com vista a preparar o futuro foi desenhado um Plano de Negócio Estratégico para o triénio 2006-2008, que deverá ser implementado ao longo desse mesmo período e que basicamente assenta no desenvolvimento da rede de balcões, no *private banking*, no crédito ao consumo e na rede de promotores.

Em paralelo, foi igualmente concebido um plano tático, com um conjunto de medidas correctivas de curto prazo, que visaram melhorar o funcionamento imediato e incrementar os resultados esperados para o final do exercício em 0,5 milhões de euros. Este objectivo foi concretizado tendo-se conseguido, no último trimestre do exercício, obter o maior resultado trimestral de sempre alcançado no PBC o que possibilitou a obtenção do maior resultado anual, com receitas superiores a 13 milhões de euros.

Igualmente importante foi o esforço que se encetou com vista à mobilização das equipas e dos colaboradores no sentido de lhes transmitir a realidade única de pela primeira vez sermos uma unidade de negócio independente e da responsabilidade, mas também oportunidade, que isso representa na esfera do PBC Global.

O próximo exercício, será marcado pelo início da implementação de um ambicioso plano trienal de investimento e crescimento na área de retalho em Portugal, que se antevê como um processo exigente mas optimista quanto ao resultado.

Banca de empresas

No exercício de 2005, na área de banca de empresas deu-se continuidade à estratégia seguida em anos anteriores, assente num modelo de relacionamento com um grupo muito restrito de clientes, no desenvolvimento de soluções específicas e estruturadas de acordo com as suas necessidades. Para isso contamos com o sofisticado *know-how* nos vários produtos que compõem a área de banca corporativa e de investimento, do Grupo Deutsche Bank a nível global.

Os resultados desta política foram, mais uma vez, muito positivos, merecendo destaque as seguintes operações:

Lead manager, na 2.ª tranche da titularização de *corporate receivables* para o cliente INAPA;

Sole lead manager, na operação de *private placement* para o cliente Parpublica;

Lead manager, no programa de titularização para o cliente *multirent* (Grupo SAG);

Sole lead manager, em operações de *private placement* para entidades pertencentes à Região Autónoma da Madeira;

Lead manager, na emissão de *eurobonds* para a EDP;

Execução de operações estruturadas de *hedging* de *commodities*; Operações estruturadas de cobertura de risco de taxa de juro e de risco cambial.

Investment banking

O *investment banking* em Portugal abarca os produtos tradicionais da área de *corporate finance* (assessoria financeira em fusões e aquisições e emissões de acções em mercado primário), assim como alguns dos produtos de *structured finance*, nomeadamente, a estruturação de financiamentos em *leveraged finance* e com o recurso a estruturas de *equity derivatives*. Em Portugal, a equipa de *investment banking* mantém uma estreita ligação funcional com as estruturas de Londres, tendo prosseguido durante 2005 a sua actuação como ponto de contacto privilegiado com os principais clientes, fornecendo suporte local na originação e execução das transacções.

3 — Recursos financeiros

Durante o ano de 2005, os fundos necessários ao desenvolvimento da actividade do Banco foram assegurados de acordo com as disposições legalmente estabelecidas para o sector.

Na continuação do ocorrido no ano anterior e num critério de cobertura do risco dos seus activos, o Deutsche Bank (Portugal), S. A., recorreu fundamentalmente aos mercados de curto prazo.

Foram as seguintes as fontes utilizadas para o efeito:

Recursos do mercado interbancário: o saldo no fim do ano era de 1 bilhão de euros. Esta rubrica registou uma variação negativa de 36,7%;

Depósitos e outros recursos de clientes: o saldo do fim do ano era de 3,5 biliões de euros, esta rubrica teve uma diminuição de 8,7%.

4 — Recursos humanos

O quadro de pessoal do Banco e Grupo era, no final de 2005, de 185 funcionários (182 em 2004), sendo o número médio de funcionários, no Banco e Grupo durante 2005, de 182 funcionários (em 2004 de 191 funcionários). A idade média dos funcionários no Grupo DBP foi de 34,16 anos.

O nível de qualificações exigido continua a ser muito elevado, pois só assim é possível que o Banco se mantenha numa posição relevante nas diversas áreas onde actua. Consequentemente, 101 funcionários possuem, pelo menos, um grau de bacharelato ou licenciatura, o que corresponde a cerca de 54,60% do quadro de pessoal.

5 — Os resultados de gestão

O exercício de 2005

Apesar da continuação das adversas condições de mercado, a actividade do Deutsche Bank em Portugal manteve-se em níveis elevados, com as duas áreas de actividade (*corporate and investment banking* e *private and business clients*) a obterem resultados operacionais que, no contexto de um fraco crescimento económico, se consideram satisfatórios. No entanto, o forte investimento efectuado com a abertura de novas agências (três no total do ano), penalizou as contas do exercício em termos de resultado líquido embora, ao nível do produto bancário, se tenha verificado um assinalável crescimento quando comparado com o ano anterior.

Os resultados

O resultado do Banco antes de provisões e amortizações (*cash-flow*) foi de 34 000 euros (5,7 milhões de euros em 2004). O resultado líquido de 1,522 milhões de euros (— 4,380 milhões em 2004) resultou da reposição de provisões para riscos de crédito e outros riscos no montante de 1,9 milhões de euros (sendo que em 2004 houve uma constituição de 8,8 milhões de euros).

Em termos consolidados, o resultado antes de provisões e amortizações (*cash-flow*) foi 963 000 euros (5,6 milhões de euros em 2004). O resultado líquido foi de 1,563 milhões de euros (— 4,7 milhões de euros em 2004).

As amortizações em 2005, foram de 498 000 euros (632 000 euros em 2004).

Durante 2005, o Banco procedeu a uma contribuição de 273 000 euros (275 000 euros em 2004) para o fundo de pensões, pelo que as responsabilidades para complementos de reforma estão totalmente cobertas.

O balanço

O activo do Banco atingiu 4,7 biliões de euros em 2005 (5,7 biliões de euros em 2004), representando uma variação negativa de 17,5% relativamente ao final do ano anterior. O activo consolidado foi de 4,9 biliões de euros (5,7 biliões de euros em 2004).

Os créditos sobre clientes atingiram 1,087 biliões de euros (1,434 biliões de euros em 2004) tendo-se verificado uma variação negativa de 347 milhões de euros. Os créditos sobre instituições de crédito atin-

giram 3,5 biliões de euros (3938 biliões de euros em 2004) tendo-se verificado também nesta rubrica uma variação negativa de 438 milhões de euros. Em termos agregados, estas duas rubricas registam um decréscimo absoluto de 785 milhões de euros.

No lado dos recursos, os débitos para com instituições de crédito, atingiram 1 bilião de euros (1,6 biliões de euros em 2004), correspondendo a uma variação negativa de 600 milhões de euros. Os depósitos para com clientes atingiram os 3,561 biliões (3,9 biliões de euros em 2004).

6 — Ratio de solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2005, o ratio de solvabilidade do Banco, resultante da aplicação das regras do Banco de Portugal, numa base não consolidada, era de 10,3% e, em termos consolidados, foi de 11,2%, valores bem acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras.

7 — Perspectivas para 2006

Para 2006, o Deutsche Bank deverá manter em patamares elevados o seu nível de actividade na área de *corporate and investment banking*, bem como, a sua posição de liderança entre os bancos de investimento internacionais presentes em Portugal.

Paralelamente e a exemplo do exercício anterior, prosseguir-se-á à consolidação da rede de retalho (*private and business clients*), nomeadamente através da expansão da rede de agências próprias com vista a um maior equilíbrio da força de vendas e dos respectivos canais de distribuição. A este respeito, perspectivamos que até ao final do corrente ano o número de agências próprias em funcionamento atinja as vinte (contra cinco em 2005) o que diz bem do esforço de crescimento orgânico empreendido e que estamos confiantes em dar continuidade em anos futuros. A este propósito, importa sublinhar que este esforço de investimento só terá retorno visível a médio prazo.

Neste contexto, e apesar de a economia portuguesa e europeia continuarem a dar sinais de grande debilidade, é expectável uma significativa melhoria do produto bancário e uma ligeira subida dos resultados líquidos, face ao ano anterior.

8 — Proposta de aplicação de resultados a submeter pela direcção ao conselho geral

Uma vez que, no exercício de 2005, foi apurado um resultado líquido positivo de 1 522 098,54 euros propõe-se a seguinte distribuição de resultados.

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 1 522 098,54 euros, é seguinte (em euros):

Para reserva legal (10%)	152 209,85
Para reservas estatutárias (5%)	76 104,93
Para reservas livres	—
Para resultados transitados	1 293 783,76
	<u>1 522 098,54</u>

9 — Actividade das sociedades participadas

Navigator — SGFTC, S. A.

Resultados da actividade:

Durante o exercício de 2005, a actividade da sociedade continuou a reflectir a liderança do grupo Deutsche Bank no mercado português de titularização de créditos. Aos 14 fundos de titularização de crédito sob gestão, em 31 de Dezembro de 2004, no ano de 2005 constituiu-se mais um fundo, perfazendo o total de activos sob gestão, no fim do exercício, o montante de 11 404 830 930,79 euros.

Principais indicadores

(Em euros)

	2005	2004
Total do balanço	12 831 074	10 766 390
Activos sob gestão	11 404 830 931	9 590 649 282
Situação líquida	12 656 936	10 601 008
Proveitos totais	1 175 341	1 017 735
Despesas operacionais	254 926	119 811
Cash-flow	939 672	912 677
Resultados líquidos	655 928	673 365

Tagus — STC, S. A.

Actividade:

A empresa no período em análise iniciou a sua actividade no âmbito do seu objecto social, nomeadamente realização e gestão de operações de titularização de créditos. Destaca-se no período em causa a operação de titularização Pérola.

A Operação Pérola consistiu na aquisição em 12 de Dezembro de 2005 da reestruturação de dívidas do Governo Regional da Madeira a fornecedores, cujo valor de aquisição foi de 150 000 000 de euros e pela emissão de obrigações titularizadas por um valor de 150 000 000 de euros.

Não se encontra prevista a admissão das obrigações titularizadas à negociação em mercado regulamentado, tendo contudo estas obrigações sido registadas junto da CMVM.

Os activos cumprem os requisitos de que a lei da titularização de créditos faz depender a possibilidade de cessão para titularização.

Principais indicadores

(Em euros)

	2005
Total do balanço	150 661 134
Investimentos financeiros	150 000 000
Situação líquida	454 602
Proveitos totais	207 009
Despesas operacionais	16 807
Resultados líquidos	<u>(15 398)</u>

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal.

Anexo ao relatório da direcção

Informação exigida pelo artigo 447.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais:

Ações da sociedade detidas em 31 de Dezembro de 2005:

	Acções adquiridas em 2005	Acções vendidas em 2005	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Membros do conselho geral:			
Frank Helmut Krings	1	—	1
Andreas Amdt	1	—	1
António Rodriguez-Pina	1	—	1
Fernando Olalla	—	—	1
David Victor Fass	1	—	1
Werner Helmut Steinmuller	—	134	1
Antonio Linares Rodriguez	—	134	1
Thomas Gam	—	135	—
Josep Sanromá Celma	—	135	—
Juan Carlos Garay Ibargaray	—	135	—
Christian Vontz	—	135	—
Membros da direcção:			
Homero José de Pinho Coutinho	—	—	—
Filipe Crisóstomo Silva	—	—	—
Joaquim Baptista	—	—	—
Bernardo Meyrelles do Souto	—	—	—
Gert Spennemann	—	—	—

Membros da direcção:

Homero José de Pinho Coutinho	—	—	—
Filipe Crisóstomo Silva	—	—	—
Joaquim Baptista	—	—	—
Bernardo Meyrelles do Souto	—	—	—
Gert Spennemann	—	—	—

Informação exigida pelo artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

Accionistas titulares de, pelo menos, metade do capital em 31 de Dezembro de 2005: Deutsche Bank AG, titular de 99,99% do capital e respectivos direitos de voto.

Lisboa, 27 de Maio de 2006. — A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal.

Relatório do conselho geral

Compete ao conselho geral elaborar um relatório sobre a sua actividade e apresentá-lo à assembleia geral, em conformidade com o disposto no artigo 441.º, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais. Este relatório tem, portanto, como objectivo o dar cumprimento à referida obrigação legal.

Durante o ano de 2005, o conselho geral realizou cinco reuniões (em 18 de Março, 31 de Maio, 30 de Setembro, 4 de Novembro e 29 de Dezembro de 2005).

Na reunião havida em 31 de Maio de 2005 o conselho geral analisou e aprovou o relatório da direcção e as contas individuais e consolidadas da sociedade relativos ao exercício de 2004, tendo elaborado uma proposta de aplicação de resultados que mereceu a aprovação da assembleia geral anual.

Ao longo do exercício de 2005, o conselho geral acompanhou a evolução dos negócios do Banco com base nas informações que foi recebendo regularmente da direcção.

A actividade desenvolvida pelo Banco esteve em linha com os objectivos traçados, tendo as duas principais áreas de actividade *corporate and investment banking* e *private and business clients* obtido resultados operacionais que, no contexto de um fraco crescimento económico, se consideram satisfatórios.

Aprovação de contas

No exercício das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 441.º, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais e artigo 113.º, alínea a)

do contrato de sociedade, o conselho geral, tendo em conta a certificação legal das contas bem como a opinião dos auditores internacionais, aprovou sem reservas, em reunião de 3 de Agosto de 2006, o relatório da direcção e as contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2005.

Proposta de aplicação de resultados submetida pela direcção ao conselho geral

Uma vez que, no exercício de 2005, foi apurado um resultado líquido positivo de 1 522 098,54 euros propõe-se a seguinte distribuição de resultados:

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 1 522 098,54 euros, é seguinte (em euros):

Para reserva legal (10%)	152 209,85
Para reservas estatutárias (5%)	76 104,93
Para reservas livres	—
Para resultados transitados	1 293 783,76
	<u>1 522 098,54</u>

Lisboa, 3 de Agosto de 2006. — O Conselho Geral: *Frank Helmut Krings — Andreas Arndt — Werner Helmut Steinmüller — David Victor Fass — Antonio Linares Rodriguez — Antonio Rodriguez Pina — Fernando Olalla Merlo.*

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	54 816	160 438
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	21 568	5 779
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	3 499 598	3 938 327
Créditos sobre clientes	5	1 086 731	1 434 113
Obrigações, acções e outros títulos	6	28 550	78 369
Participações financeiras	7	10 207	10 207
Imobilizações incorpóreas	8	320	245
Imobilizações corpóreas	9	2 697	2 859
Outros activos	10	16 503	8 612
Contas de regularização	11	30 532	66 895
<i>Total do activo</i>		<u>4 751 522</u>	<u>5 705 844</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		13 062	3 370
A prazo	12	987 289	1 576 413
Débitos para com clientes:			
À vista		157 451	184 977
A prazo	13	3 403 632	3 715 696
Outros passivos	15	3 842	3 396
Contas de regularização	16	31 207	68 492
Provisão para outros riscos e encargos	17	12 607	12 590
Passivos subordinados	18	45 000	45 000
<i>Total do passivo</i>		<u>4 654 090</u>	<u>5 609 934</u>
Situação líquida:			
Capital	19	79 620	79 620
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	16 290	20 670
Resultado líquido		1 522	(4 380)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>97 432</u>	<u>95 910</u>
		<u>4 751 522</u>	<u>5 705 844</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	22	154 820	228 269
Juros e custos equiparados	23	139 794	211 943
Margem financeira		15 026	16 326
Provisão para riscos de crédito	5 e 17	1 318	8 270
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		13 708	8 056
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		634	148
Comissões	24	10 028	8 638
Lucros em operações financeiras	25	1 258	2 906
Outros proveitos de exploração	26	3 881	4 378
		15 801	16 070
Outros custos:			
Comissões	24	3 421	2 549
Prejuízos em operações financeiras	25	1 092	920
Custos com pessoal	27	12 638	10 681
Outros gastos administrativos	28	11 310	10 263
Amortizações do exercício	8 e 9	498	632
Outras provisões	29	(3 304)	559
Outros custos de exploração	30	2 332	2 277
		27 987	27 881
Resultado antes de impostos		1 522	(3 755)
Provisão para impostos sobre lucros	31	—	625
Resultado líquido do exercício		1 522	(4 380)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Margem financeira	15 026	16 326
Provisões para riscos de crédito	1 318	8 270
Margem financeira líquida	13 708	8 056
Comissões líquidas	6 607	6 089
Outros resultados de exploração líquidos	1 549	2 101
Margem de serviços	21 864	16 246
Resultados de operações financeiras	800	2 134
Resultado operacional antes dos custos de transformação	22 664	18 380
Custos com pessoal	12 638	10 681
Outros custos administrativos	11 310	10 263
Amortizações	498	632
Custos de transformação	24 446	21 576
Resultado operacional	(1 782)	(3 196)
Outras provisões	3 304	(559)
Resultados antes de impostos	1 522	(3 755)
Impostos sobre lucros	—	625
Resultado líquido	1 522	(4 380)
Resultado por acção	0,096	(0,275)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	206 009	246 140
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(186 163)	(221 401)
Outros resultados operacionais	1 549	743
Pagamento de impostos	—	(23)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(21 398)	(19 243)
Bónus a empregados	—	(2 163)
	(3)	4 053
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Variação em aplicações sobre outras instituições de crédito	544 054	(1 107 195)
(Aquisições)/alienações de títulos	49 880	2 645
(Aquisições)/alienações de participações financeiras	—	2 257
Créditos sobre clientes	357 618	586 509
Diminuição de capital de locação	885	452
Concessão de crédito hipotecário	(8 066)	(82 212)
(Aquisições)/alienações de imobilizado	(338)	(147)
Aumento/(diminuição) em outras contas de activo	(9 274)	(10)
	934 759	(597 701)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Aumento/(diminuição) em:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	9 692	2 814
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(589 124)	(300 852)
Débitos para com clientes — à vista	(27 526)	(8 008)
Débitos para com clientes — a prazo	(312 064)	857 945
Emissão/(reembolso) de empréstimos subordinados	—	12 506
Emissão/(reembolso) de empréstimos obrigacionistas	—	(9 976)
Aumento de capital	—	30 000
Dividendos	—	(1 000)
Outras contas de passivo	(242)	(3 907)
	(919 264)	579 522
Variação líquida em caixa e equivalentes	15 492	(14 126)
Caixa e equivalentes no início do período	6 672	20 798
Caixa e equivalentes no fim do período	22 164	6 672

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Mapa das alterações na situação líquida em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	73 453	49 620	7 856	15 977
Constituição de reservas:				
Reserva legal	—	—	474	(474)
Reserva estatutária	—	—	237	(237)
Distribuição aos empregados	(2 163)	—	—	(2 163)
Dividendos	(1 000)	—	—	(1 000)
Aumento de capital	30 000	30 000	—	—
Resultado do exercício	(4 380)	—	—	(4 380)
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	95 910	79 620	8 567	7 723
Resultado do exercício	1 522	—	—	1 522
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	97 432	79 620	8 567	9 245

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54 816	—	54 816	160 438
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	21 568	—	21 568	5 779
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	3 499 598	—	3 499 598	3 938 327
4 — Créditos sobre clientes	1 098 390	11 659	1 086 731	1 434 113
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	28 910	360	28 550	78 369
a) De emissores públicos	27 963	—	27 963	77 825
b) De outros emissores	947	360	587	544
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	2 457	—	2 457	2 457
8 — Partes de capital em empresas coligadas	7 750	—	7 750	7 750
9 — Imobilizações incorpóreas	8 512	8 192	320	245
10 — Imobilizações corpóreas	9 403	6 706	2 697	2 859
(Dos quais: imóveis)	(2 530)	(685)	(1 845)	(1 865)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	17 677	1 174	16 503	8 612
15 — Contas de regularização	30 532	—	30 532	66 895
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	4 380
<i>Total do activo</i>	4 779 613	28 091	4 751 522	5 710 224

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 000 351	1 579 783
a) À vista	13 062	3 370
b) A prazo ou com pré-aviso	987 289	1 576 413
2 — Débitos para com clientes	3 561 083	3 900 673
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	3 561 083	3 900 673
ba) À vista	157 451	184 977
bb) A prazo	3 403 632	3 715 696
3 — Débitos representados por títulos	—	—
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	3 842	3 396
5 — Contas de regularização	31 207	68 492
6 — Provisão para riscos e encargos	12 607	12 590
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	12 607	12 590
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	45 000	45 000
9 — Capital subscrito	79 620	79 620
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	15 870	15 870
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	420	4 800
14 — Lucro do exercício	1 522	—
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	4 751 522	5 710 224

Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	82 944	76 292
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avales	82 884	76 184
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
1.4 — Outros	60	108
2 — Compromissos	76 028	106 679
Dos quais:		
2.1 — Compromissos resultantes de operações de venda com opções de recompra	—	—
	158 972	182 971

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro 2005 e 2004

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	139 794	211 943
2 — Comissões	3 421	2 549
3 — Prejuízos em operações financeiras	1 092	920
4 — Gastos gerais administrativos	23 948	20 944
a) Custos com o pessoal	12 638	10 681
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(9 430)	(8 344)
(— encargos sociais)	(1 536)	(1 490)
Dos quais:		
(— com pensões)	(375)	(289)
b) Outros gastos administrativos	11 310	10 263
5 — Amortizações do exercício	498	632
6 — Outros custos de exploração	1 106	642
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	6 176	12 842
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	1 284	(5 247)
11 — Perdas extraordinárias	1 152	1 449
13 — Impostos sobre lucros	—	625
14 — Outros impostos	74	186
15 — Lucro do exercício	1 522	—
Total	178 783	252 732

CRÉDITO

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	154 820	228 269
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(3 330)	(8 427)
2 — Rendimentos de títulos	634	148
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	32
b) Rendimento de participações	34	116
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	600	—
3 — Comissões	10 028	8 638
4 — Lucros em operações financeiras	1 258	2 906
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	8 162	4 013

(Em milhares de euros)

	2005	2004
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	2 417	1 251
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	1 464	3 127
11 — Prejuízo do exercício	—	4 380
Total	178 783	252 732

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

Natureza dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação					—
B) Títulos — investimento					28 909 584
De rendimento fixo — de emissores públicos					27 963 070
De dívida pública portuguesa					27 963 070
A médio e a longo prazos					27 963 070
Obrigações do Tesouro — Fevereiro 96/06	2 493 989 485	0,01	0,01	100,85	24 939 895
Obrigações do Tesouro — 3,25% — 15 de Julho de 2008 ...	300 000 000	0,01	0,01	101,20	3 023 175
De rendimento fixo — de outros emissores					946 514
Emitidos por residentes					946 514
A médio e a longo prazos					946 514
Obrigações EDP — 25.ª emissão — 1998	39 783 621	0,01	0,01	99,98	397 836
Obrigações HLC — Eng. Proj. Gest./03	250 000	2,19	2,19	—	548 678
D) Imobilizações financeiras					14 458 679
Participações					2 456 679
Em outras empresas no País					2 456 679
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	20 000	5,00	122,83	—	2 456 679
Partes de capital em empresas coligadas					7 750 000
Em outras empresas no País					7 750 000
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	1 500 000	5,00	5,00	—	7 500 000
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	50 000	5,00	5,00	—	250 000
Outras imobilizações financeiras					4 252 000
Prestações suplementares					4 252 000
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	—	—	4 052 000

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As diferenças entre o valor dos títulos de investimento apresentados no balanço e os valores de mercado são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2005, estão apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo e o Banco não detêm obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vençam no ano que se segue à data do encerramento do balanço.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer créditos, sobre empresas com ligação de participação, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e participações financeiras do Grupo à data de 31 de Dezembro de 2005 é apresentado conjuntamente com os mapas contabilísticos.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 8 e 9, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo e o Banco não detêm activos subordinados.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer activos cedidos com acordo de recompra. A 31 de Dezembro de 2004, os activos cedidos com acordo de recompra totalizavam o montante de 132 045 000 euros.

14 — A decomposição dos créditos por prazos residuais encontra-se nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — O Grupo e o Banco não efectuaram reavaliações de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — As despesas de estabelecimento são apresentadas na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem no Grupo situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras.

19 — A decomposição dos débitos representados por títulos consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Grupo e do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2005, os débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Grupo e do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de coligação, são analisados como segue (em milhares de euros):

Débitos para com clientes:

Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	12 728
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	426
	<u>13 154</u>

22 — Os passivos subordinados no Grupo e do Banco, são apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

24 — Os movimentos das contas de provisões estão desenvolvidos nas notas n.ºs 5, 6, 10 e 17 às demonstrações financeiras.

25 — O critério utilizado para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1, alínea h) às demonstrações financeiras.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detém títulos a vencimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28 — Os montantes ainda não imputados a resultados são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

29 — Não se registou qualquer subscrição de acções no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras, respectivamente.

32 — Não existem fundos administrados pelo Grupo e pelo Banco por conta de outrem.

33 — As operações a prazo não vencidas para o Grupo e para o Banco, estão apresentadas na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco durante o exercício de 2005, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 27 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de direcção e fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, está referido na nota n.º 27 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — A decomposição dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue (em milhares de euros):

Activos	86 457
Passivos	84 078

38 — Os proveitos realizados relativamente às rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração dos resultados durante o exercício de 2004 foram obtidos com clientes e/ou com operações realizadas em Portugal e na sucursal financeira exterior (SFE) na Madeira e apresentam-se da forma como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	Actividade em Portugal	Actividade na SFE
Juros e proveitos equiparados	69 036	85 990
Rendimento de títulos	34	—
Comissões	11 018	126
Lucros em operações financeiras	390	868
Outros proveitos de exploração	2 390	27
	Banco	
	Actividade em Portugal	Actividade na SFE
Juros e proveitos equiparados	68 830	85 990
Rendimento de títulos	634	—
Comissões	9 902	126
Lucros em operações financeiras	390	868
Outros proveitos de exploração	2 390	27

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
A) Custos:		
6 — Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	106	106
Menos-valias em bens de locação financeira	5	5
Outros	995	995
	<u>1 106</u>	<u>1 106</u>
11 — Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	101	60
Outras perdas extraordinárias	1 092	1 092
	<u>1 193</u>	<u>1 152</u>
B) Proveitos:		
7 — Outros proveitos de exploração:		
Recuperação de créditos incobráveis	228	228
Reembolso de despesas	559	559
Rendimento de imóveis	25	25
Proveitos de prestação de serviços	121	121
Outros	1 464	1 464
	<u>2 417</u>	<u>2 417</u>
9 — Ganhos extraordinários:		
Indemnizações por incumprimento de contratos	9	9
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 237	1 237
Outros ganhos extraordinários	218	218
	<u>1 464</u>	<u>1 464</u>

40 — Os encargos com passivos subordinados estão apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença para o Grupo entre a carga fiscal imputada ao exercício e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a este exercício está apresentada na nota n.º 31 às demonstrações financeiras.

42 — A distribuição da incidência do imposto sobre o rendimento é apresentada como segue:

	Percentagem	
	Grupo	Banco
Sobre resultados correntes	100	100
Sobre resultados extraordinários	—	—

43 — As contas do Deutsche Bank (Portugal), S. A., são consolidadas nas contas do Deutsche Bank AG, com sede na Alemanha, D 6000 Frankfurt am Main, Taunusanlage 12.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — As operações de locação financeira na óptica do locatário estão expressas na nota n.º 9 às demonstrações financeiras.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — normas e princípios contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Grupo provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, ou que também sejam filiais da mesma empresa-mãe, são analisados como segue (em milhares de euros):

Grupo DB AG:

Custos:

Comissões por serviços prestados	427
Outros custos	3 198
	<u>3 625</u>

Proveitos:

Comissões por serviços prestados	5 366
Comissões de operações de titularização	394
	<u>5 760</u>

48 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detém operações de titularização na óptica do cedente.

49 — As informações sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência são apresentadas na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

50 — O detalhe das participações financeiras, bem como a aplicação do regime do aviso n.º 4/2002 e aviso n.º 3/95 encontra-se na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Grupo.

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54 816	—	54 816	160 438
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	21 568	—	21 568	5 779
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	3 499 598	—	3 499 598	3 938 327
4 — Créditos sobre clientes	1 248 390	11 659	1 236 731	1 434 113
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	28 910	360	28 550	78 369
a) De emissores públicos	27 963	—	27 963	77 825
b) De outros emissores	947	360	587	544
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	2 457	—	2 457	2 457
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	8 603	8 252	351	252
10 — Imobilizações corpóreas	9 403	6 706	2 697	2 859
(Dos quais: imóveis)	(2 530)	(685)	(1 845)	(1 865)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	13 405	1 174	12 231	6 560
15 — Contas de regularização	30 550	—	30 550	66 924
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	4 720
<i>Total do activo</i>	<i>4 944 080</i>	<i>28 151</i>	<i>4 889 549</i>	<i>5 700 798</i>

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 000 351	1 579 783
a) À vista	13 062	3 370
b) A prazo ou com pré-aviso	987 289	1 576 413
2 — Débitos para com clientes	3 547 929	3 889 752
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	3 547 929	3 889 752
ba) À vista	144 297	174 056
bb) A prazo	3 403 632	3 715 696
3 — Débitos representados por títulos	150 000	—
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	150 000	—
4 — Outros passivos	3 903	3 502
5 — Contas de regularização	31 237	68 492
6 — Provisão para riscos e encargos	12 607	12 590
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	12 607	12 590
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	45 000	45 000
9 — Capital subscrito	79 620	79 620
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	16 313	17 259
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	1 026	4 800
14 — Lucro do exercício	1 563	—
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>4 889 549</i>	<i>5 700 798</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	82 944	76 292
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avals	82 884	79 162
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
1.4 — Outros	60	(2 870)
2 — Compromissos	76 028	106 679
Dos quais:		
1.1 — Compromissos resultantes de operações de venda com opções de recompra	—	—
	158 972	182 971

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro 2005 e 2004**DÉBITO**

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	140 000	211 943
2 — Comissões	3 421	2 549
3 — Prejuízos em operações financeiras	1 092	920
4 — Gastos gerais administrativos	24 096	20 989
a) Custos com o pessoal	12 707	10 681
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(9 485)	(8 344)
(— encargos sociais)	(1 550)	(1 490)
Dos quais:		
(— com pensões)	(376)	(289)
b) Outros gastos administrativos	11 389	10 308
5 — Amortizações do exercício	520	647
6 — Outros custos de exploração	1 106	642
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	6 176	12 842
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	1 630	(4 349)
11 — Perdas extraordinárias	1 193	1 449
13 — Impostos sobre lucros	264	850
14 — Outros impostos	74	186
15 — Lucro do exercício	1 563	—
<i>Total</i>	179 505	253 017

CRÉDITO

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	155 026	228 269
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(3 330)	(8 427)
2 — Rendimento de títulos	34	148
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	32
b) Rendimento de participações	34	116
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	11 144	9 596
4 — Lucros em operações financeiras	1 258	2 906
5 — Reposições e anulações de provisões	8 162	4 013
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	2 417	1 251
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	1 464	2 114
11 — Prejuízo do exercício	—	4 720
<i>Total</i>	179 505	253 017

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	54 816	160 438
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	21 568	5 779
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	3 499 598	3 938 327
Créditos sobre clientes	5	1 236 731	1 434 113
Obrigações, acções e outros títulos	6	28 550	78 369
Participações financeiras	7	2 457	2 457
Imobilizações incorpóreas	8	351	252

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Imobilizações corpóreas	9	2 697	2 859
Outros activos	10	12 231	6 560
Contas de regularização	11	30 550	66 924
		<u>4 889 549</u>	<u>5 696 078</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		13 062	3 370
A prazo	12	987 289	1 576 413
Débitos para com clientes:			
À vista		144 297	174 056
A prazo	13	3 403 632	3 715 696
Débitos representados por títulos	14	150 000	—
Outros passivos	15	3 903	3 502
Contas de regularização	16	31 237	68 492
Provisão para outros riscos e encargos	17	12 607	12 590
Passivos subordinados	18	45 000	45 000
<i>Total do passivo</i>		<u>4 791 027</u>	<u>5 599 119</u>
Situação líquida:			
Capital	19	79 620	79 620
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	17 339	22 059
Resultado líquido		1 563	(4 720)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>98 522</u>	<u>96 959</u>
		<u>4 889 549</u>	<u>5 696 078</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	22	155 026	228 269
Juros e custos equiparados	23	140 000	211 943
Margem financeira		15 026	16 326
Provisão para riscos de crédito	5 e 17	1 318	8 270
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>13 708</u>	<u>8 056</u>
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		34	148
Comissões	24	11 144	9 596
Lucros em operações financeiras	25	1 258	2 906
Outros proveitos de exploração	26	3 881	3 365
		<u>16 317</u>	<u>16 015</u>
Outros custos:			
Comissões	24	3 421	2 549
Prejuízos em operações financeiras	25	1 092	920
Custos com pessoal	27	12 707	10 681
Outros gastos administrativos	28	11 389	10 308
Amortizações do exercício	8 e 9	520	647
Outras provisões	29	(3 304)	559
Outros custos de exploração	30	2 373	2 277
		<u>28 198</u>	<u>27 941</u>
Resultado antes de impostos		1 827	(3 870)
Provisão para impostos sobre lucros	31	264	850
Resultado líquido do exercício		<u>1 563</u>	<u>(4 720)</u>

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Margem financeira	15 026	16 326
Provisões para riscos de crédito	1 318	8 270
Margem financeira líquida	13 708	8 056
Comissões líquidas	7 723	7 047
Outros resultados de exploração líquidos	1 508	1 088
Margem de serviços	22 939	16 191
Resultados de operações financeiras	200	2 134
Resultado operacional antes dos custos de transformação	23 139	18 325
Custos com pessoal	12 707	10 681
Outros custos administrativos	11 389	10 308
Amortizações	520	647
Custos de transformação	24 616	21 636
Resultado operacional	(1 477)	(3 311)
Outras provisões	3 304	(559)
Resultados antes de impostos	1 827	(3 870)
Impostos sobre lucros	264	850
Resultado líquido	1 563	(4 720)
Resultado por acção	0,098	(0,296)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	205 349	247 229
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(185 998)	(221 401)
Outros resultados operacionais	1 508	684
Pagamento de impostos	(879)	(157)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(20 493)	(19 289)
Distribuição aos empregados	—	(2 163)
	(513)	4 903
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Variação em aplicações sobre outras instituições de crédito	544 054	(1 107 195)
(Aquisições)/alienações de títulos	49 880	2 645
Créditos sobre clientes	207 618	586 509
Diminuição de capital de locação	885	452
Concessão de crédito hipotecário	(8 066)	(82 212)
(Aquisições)/alienações de imobilizado	(384)	(147)
Aumento/(diminuição) em outras contas de activo	(7 055)	2 048
	786 932	(597 900)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Aumento/diminuição em:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	9 692	2 814
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(589 124)	(300 852)
Débitos para com clientes — à vista	(29 759)	(11 994)
Débitos para com clientes — a prazo	(312 064)	857 945
Emissão/(reembolsos) de empréstimos subordinados	—	12 506
Emissão/(reembolso) de empréstimos obrigacionistas	150 000	(9 976)

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Aumento de capital	—	30 000
Dividendos	—	(1 000)
Outras contas de passivo	328	(572)
	(770 927)	578 871
Varição líquida em caixa e equivalentes	15 492	(14 126)
Caixa e equivalentes no início do período	6 672	20 798
Caixa e equivalentes no fim do período	22 164	6 672

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Mapa das alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	74 836	49 620	7 856	17 360
Constituição de reservas:				
Reserva legal	—	—	474	(474)
Reserva estatutária	—	—	237	(237)
Distribuição aos empregados	(2 163)	—	—	(2 163)
Dividendos	(1 000)	—	—	(1 000)
Aumento de Capital	30 000	30 000	—	—
Resultado do exercício	(4 720)	—	—	(4 720)
Outros movimentos em reservas	6	—	—	6
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	96 959	79 620	8 567	8 772
Resultado do exercício	1 563	—	—	1 563
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	98 522	79 620	8 567	10 335

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — O Deutsche Bank (Portugal), S. A. (Banco), é um Banco de capitais privados, constituído em 2 de Julho de 1990.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, operações nos mercados monetários, serviços especializados de consultoria e operações de crédito e de locação financeira.

Indirectamente, através das suas subsidiárias Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A. e Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., o Banco efectua operações de gestão de fundos de titularização de créditos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), tal como definido na nota n.º 7. As demonstrações financeiras do Deutsche Bank (Portugal), S. A., e das suas subsidiárias foram elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

b) *Princípios de consolidação.* — As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 7, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março.

As participações financeiras em empresas subsidiárias, que representam 50%, ou a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral. Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro.

e) *Provisão para outras aplicações.* — De acordo com as instruções do Banco de Portugal, as diferenças positivas entre o valor do capital vincendo dos bens recuperados e o respectivo valor de mercado, são

provisionados na sua totalidade, com base no disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, no aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e no aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal.

f) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, o aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal.

g) *Provisão para risco-país.* — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do *Boletim de Normas e Instruções* do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

h) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos em carteira encontram-se classificados como títulos de investimento.

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, sendo apresentada como dedução à respectiva carteira de títulos, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

i) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos:*

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de derivativos de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação ou os juros devidos à contraparte são periodificados até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

Operações de derivativos de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

j) *Participações.* — As participações financeiras inferiores a 20%, não são objecto de consolidação e encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, deduzidas de provisões constituídas no âmbito dos avisos n.ºs 3/95 e 4/2002 do Banco de Portugal.

O aviso n.º 4/2002 entrou em vigor em 30 de Junho de 2002 e estabelece as seguintes regras de provisionamento das participações financeiras:

São constituídas provisões para as menos-valias latentes em participações financeiras quando estas ultrapassam 15% do respectivo custo de aquisição. O valor a provisionar corresponde a 40% da menos-valia latente que exceder os referidos 15% do valor investido;

Para as participações em carteira em 31 de Dezembro de 2001 foi estabelecido um regime transitório que permite o diferimento da constituição das provisões apuradas à data da entrada em vigor do aviso, da seguinte forma:

Empresas financeiras e seguradoras: 10% ao ano durante 10 anos;

Empresas não financeiras: 25% ao ano nos três primeiros anos, 15% no quarto ano e 10% no quinto ano.

O aumento das menos-valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, será absorvido durante este período.

Da diminuição das menos-valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, não podem resultar reduções dos níveis de provisões a constituir no âmbito do regime transitório, excepto nos casos em que o valor provisionados ultrapasse o que seria necessário caso este regime não fosse aplicado.

k) *Imobilizações incorpóreas.* — O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes para um período de três anos.

l) *Custos plurianuais.* — Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projectos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos todos os critérios seguintes:

i) O produto ou processo esteja claramente definido e os custos atribuíveis ao produto ou processo possam ser identificados separadamente;

ii) Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

iii) Exista a intenção de comercializar ou utilizar o produto ou processo;

iv) Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

v) Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

m) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Equipamentos	5 a 10
Viaturas	4
Outras imobilizações	3 a 6

n) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade

locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vindas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

o) Pensões de reforma. — Em conformidade com os contratos negociados com os seus trabalhadores, o Grupo assumiu voluntariamente a responsabilidade relativa a complementos de pensões de reforma em relação ao valor da pensão de reforma assegurado pela segurança social.

O Grupo constituiu numa entidade seguradora um seguro com vista a cobrir integralmente o valor das responsabilidades assumidas. Desta forma, as dotações para o seguro de complemento de reforma são efectuadas com base num estudo actuarial efectuado pela entidade seguradora.

p) Fiscalidade. — O Banco está sujeito ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos diferidos sobre os lucros são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

De acordo com a legislação portuguesa as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Caixa	596	893	596	893
Banco de Portugal	54 220	159 545	54 220	159 545
	54 816	160 438	54 816	160 438

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Portugal inclui o valor numerário para satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante de depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Em instituições de crédito no país	223	318	223	313
Em instituições de crédito no estrangeiro	18 790	4 172	18 790	4 172
Cheques a cobrar	2 555	1 289	2 555	1 289
	21 568	5 779	21 568	5 779

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	3 499 598	3 938 327	3 499 598	3 938 327

O saldo da rubrica de aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro é referente a aplicações de curto prazo efectuadas junto do Deutsche Bank AG.

A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	3 128 698	2 848 293	3 128 698	2 848 293
De três meses a um ano	347 300	1 058 334	347 300	1 058 334
De um ano a cinco anos	23 600	30 600	23 600	30 600
Mais de cinco anos	—	1 100	—	1 100
	3 499 598	3 938 327	3 499 598	3 938 327

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Crédito interno:				
Operações de securitização	611 217	695 722	461 217	695 722
Crédito hipotecário	340 342	332 311	340 342	332 311
Crédito automóvel	32 774	36 614	32 774	36 614
Capital em locação	33 167	34 014	33 167	34 014
Outros créditos concedidos:				
Empresas	186 019	307 645	186 019	307 645
Particulares	30 580	30 648	30 580	30 648
	<u>1 234 099</u>	<u>1 436 954</u>	<u>1 084 099</u>	<u>1 436 954</u>
Crédito vencido:				
A menos de 90 dias	1 401	1 111	1 401	1 111
A mais de 90 dias	12 890	11 781	12 890	11 781
	<u>14 291</u>	<u>12 892</u>	<u>14 291</u>	<u>12 892</u>
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>
Provisão específica para crédito concedido	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>
	<u>1 236 731</u>	<u>1 434 113</u>	<u>1 086 731</u>	<u>1 434 113</u>

A rubrica de operações de securitização inclui activos titularizados por instituições de crédito referentes essencialmente a operações de crédito hipotecário, locação financeira, crédito ao consumo e aluguer de longa duração. Encontram-se igualmente registados na rubrica de crédito sobre clientes as operações de créditos titularizados sobre títulos.

As operações de titularização sobre créditos consistem na compra por parte do Banco da componente de juros dos créditos titularizados a diversas instituições de crédito, enquanto o veículo adquire a respectiva componente de capital dos créditos titularizados. Nas operações de titularização sobre títulos o Banco adquire a carteira de títulos nacionais objecto de titularização.

A 31 de Dezembro de 2005, os créditos titularizados sobre títulos e créditos ascendem a 6 884 000 euros (2004: 21 245 000 euros) e 454 333 000 euros (2004: 674 477 000 euros), respectivamente.

Estas operações de titularização têm data de maturidade compreendida entre Janeiro de 2007 e Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de outros créditos concedidos a empresas inclui o montante de 132 045 000 euros, referente a operações de crédito com acordo de recompra.

A análise da rubrica de crédito sobre clientes à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	96 727	81 030	96 727	81 030
De três meses a um ano	7 240	26 872	7 240	26 872
De um ano a cinco anos	322 611	297 277	322 611	297 277
Mais de cinco anos	807 521	1 031 775	657 521	1 031 775
Duração indeterminada	14 291	12 892	14 291	12 892
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>

A análise do crédito sobre clientes por sector de actividade é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Alimentação, bebidas e tabaco	2 666	1 868	2 666	1 868
Têxteis	120	203	120	203
Madeira e cortiça	26	12	26	12
Papel e celulose	—	6 320	—	6 320
Químicas	905	7 612	905	7 612
Máquinas e equipamento	642	5 692	642	5 692
Electricidade, água e gás	19 802	17 730	19 802	17 730
Construção	1 917	1 688	1 917	1 688
Comércio	6 524	5 507	6 524	5 507
Transportes e comunicações	4 835	6 065	4 835	6 065
Serviços	186 322	292 830	186 322	292 830
Serviços financeiros	461 866	696 522	461 866	696 522
Minerais não metálicos	270	61	270	61
Outras actividades	562 495	407 736	412 495	407 736
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>
Provisão específica para crédito concedido	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>
	<u>1 236 731</u>	<u>1 434 113</u>	<u>1 086 731</u>	<u>1 434 113</u>

Os movimentos da provisão específica do Grupo e do Banco para crédito concedido são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	15 733	8 973	15 733	8 973
Provisão do exercício	3 909	9 373	3 909	9 373
Reposições	(1 787)	(1 307)	(1 787)	(1 307)
Utilização de provisões	(1 057)	(1 306)	(1 057)	(1 306)
Transferências	(5 139)	—	(5 139)	—
Saldo em 31 de Dezembro	11 659	15 733	11 659	15 733

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irre recuperável numa óptica económica. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	27 963	77 852	27 963	77 852
Outros emissores	398	398	398	398
Provisão para títulos	—	78 250 (27)	—	78 250 (27)
Títulos vencidos	28 361	78 223	28 361	78 223
Provisão para títulos vencidos	549	549	549	549
	28 910	78 772	28 910	78 772
	(360)	(403)	(360)	(403)
	28 550	78 369	28 550	78 369

O valor dos títulos de rendimento fixo, para o Grupo e para o Banco, com vencimento no decurso dos anos de 2006 e 2005 são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	24 940	49 880	24 940	49 880

No decorrer do exercício de 2005, ocorreu o reembolso das Obrigações do Tesouro — emissão FEV 95/05 no montante de 49 879 790 euros. À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam títulos contabilizados na carteira de negociação e a vencimento do Banco.

Os títulos de investimento são provisionados, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea h).

Os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado para os títulos de investimento, à data de 31 de Dezembro de 2005, são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	27 963	28 188	27 963	28 188
Obrigações de outros emissores:				
Entidades nacionais	398	398	398	398
Entidades nacionais — títulos vencidos	189	189	189	189
	28 550	28 775	28 550	28 775

À data de 31 de Dezembro de 2005, o valor de mercado dos títulos de investimento do Banco era superior ao seu valor contabilístico em 225 000 euros (2004: 2 135 000 euros). À data de 31 de Dezembro de 2005, as mais-valias potenciais nos títulos incluídos nas operações de *asset swap* atingem o montante de 212 000 euros (2004: 2 564 000 euros). Estas mais-valias encontram-se compensadas com menos-valias potenciais nos derivativos de cobertura destes títulos. À data de 31 de Dezembro de 2005 a mais-valia líquida destas operações é de 13 000 euros (2004: 554 000 euros).

De acordo com o disposto no artigo 20.º, alínea *a*) do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *h*), as menos-valias nestes títulos, se existentes, encontram-se totalmente provisionadas.

À data de 31 de Dezembro de 2005, os montantes ainda não imputados a resultados relativamente aos títulos de investimento eram os seguintes:

(Em milhares de euros)		
	Grupo	Banco
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso	23	23

Os movimentos nas provisões para títulos de investimento do Grupo e Banco são analisados como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	430	478	430	478
Provisão do exercício	—	29	—	29
Reposições	(70)	(77)	(70)	(77)
Saldo em 31 de Dezembro	360	430	360	430

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Participações:				
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	2 457	2 457	2 457	2 457
Participações em empresas subsidiárias:				
Navegator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	7 500	7 500
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	250	250
	2 457	2 457	10 207	10 207

A participação na SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., é de 20 000 acções representativas de 0,408% do capital social desta sociedade. Com base na carta-circular n.º 8/2003/DSB, de 31 de Janeiro de 2003, o Banco não constituiu provisões para a participação na SIBS no âmbito do aviso n.º 4/2002.

Em Novembro de 2004 foi constituída a sociedade Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., com um capital de 250 000 euros.

Em Dezembro de 2004 foi realizado o aumento de capital da Navegator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A., no montante de 1 000 000 de euros, subscrito pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias era a seguinte:

Subsidiárias	Actividade	Porcentagem detida pelo Banco	Método de consolidação	Observações
Navegator	Gestão de fundos de titularização de créditos	100	Integral	(a)
Tagus	Titularização de créditos	100	Integral	(b)

(a) Sociedade constituída em Agosto de 2002 tendo iniciado a sua actividade em 2 de Dezembro de 2002.

(b) Sociedade constituída em Novembro de 2004 tendo iniciado a sua actividade em 21 de Janeiro de 2005.

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo de aquisição:				
Despesas de estabelecimento	663	663	626	626
Software	6 901	6 855	6 849	6 848

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custos plurianuais	763	763	763	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	4	4	4
Imobilizado em curso	271	82	270	82
	<u>8 602</u>	<u>8 367</u>	<u>8 512</u>	<u>8 323</u>
Amortizações acumuladas:				
Do exercício	(136)	(157)	(114)	(142)
De exercícios anteriores	(8 115)	(7 958)	(8 078)	(7 936)
	<u>(8 251)</u>	<u>(8 115)</u>	<u>(8 192)</u>	<u>(8 078)</u>
	351	252	320	245

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2005, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Despesas de estabelecimento	663	—	663
Software	6 855	46	6 901
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
Imobilizado em curso	82	189	271
	<u>8 367</u>	<u>235</u>	<u>8 602</u>
Amortizações acumuladas:			
Despesas de estabelecimento	655	8	663
Software	6 693	128	6 821
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
	<u>8 115</u>	<u>136</u>	<u>8 251</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2005, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Despesas de estabelecimento	626	—	626
Software	6 848	1	6 849
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
Imobilizado em curso	82	188	270
	<u>8 323</u>	<u>189</u>	<u>8 512</u>
Amortizações acumuladas:			
Despesas de estabelecimento	626	—	626
Software	6 685	114	6 799
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
	<u>8 078</u>	<u>114</u>	<u>8 192</u>

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo de aquisição:				
Terrenos e edifícios	2 530	2 497	2 530	2 497
Mobiliário	1 225	1 216	1 225	1 216

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Equipamento	368	344	368	344
Equipamento informático	3 908	3 784	3 908	3 784
Instalações interiores	898	890	898	890
Viaturas	4	4	4	4
Equipamento de segurança	50	38	50	38
Outras imobilizações corpóreas	421	409	421	409
	<u>9 404</u>	<u>9 182</u>	<u>9 404</u>	<u>9 182</u>
Amortizações acumuladas:				
Do exercício	(384)	(490)	(384)	(490)
De exercícios anteriores	(6 323)	(5 833)	(6 323)	(5 833)
	<u>(6 707)</u>	<u>(6 323)</u>	<u>(6 707)</u>	<u>(6 323)</u>
	<u>2 697</u>	<u>2 859</u>	<u>2 697</u>	<u>2 859</u>

Os imóveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo Sisa e outros encargos.

A rubrica de terrenos e edifícios inclui o montante de 2 145 000 euros (2004: 2 145 000 euros) relativo a imóveis para os quais existe um contrato de promessa de compra e venda no montante de 2 484 000 euros (2004: 2 484 000 euros). À data de 31 de Dezembro de 2005 o valor líquido contabilístico destes imóveis é de 1 585 000 euros (2004: 1 623 000 euros).

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2005, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Terrenos e edifícios	2 497	33	2 530
Mobiliário	1 216	9	1 225
Equipamento	344	24	368
Equipamento informático	3 784	124	3 908
Instalações interiores	890	8	898
Viaturas	4	—	4
Equipamento de segurança	38	12	50
Outras imobilizações corpóreas	409	12	421
	<u>9 182</u>	<u>222</u>	<u>9 404</u>
Amortizações acumuladas:			
Terrenos e edifícios	632	53	685
Mobiliário	1 133	26	1 159
Equipamento	320	21	341
Equipamento informático	3 275	231	3 506
Instalações interiores	678	44	722
Viaturas	4	—	4
Equipamento de segurança	34	1	35
Outras imobilizações corpóreas	247	8	255
	<u>6 323</u>	<u>384</u>	<u>6 707</u>

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações por recuperação de créditos	5 482	178	5 482	178
Outros impostos a recuperar	4 092	4 039	4 092	4 039
FVA a recuperar	1 809	1 153	1 809	1 153
Devedores	459	262	459	262
Contas diversas	1 563	1 106	1 563	1 106
Prestações suplementares:				
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	4 052	2 052
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	220	—
	<u>13 405</u>	<u>6 738</u>	<u>17 677</u>	<u>8 790</u>
Provisão para equipamento recuperado e aplicações por recuperação de crédito	<u>(1 174)</u>	<u>(178)</u>	<u>(1 174)</u>	<u>(178)</u>
	<u>12 231</u>	<u>6 560</u>	<u>16 503</u>	<u>8 612</u>

A rubrica de aplicações por recuperação de crédito no montante de 5 482 000 euros (2004: 178 000 euros) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos. O montante desta rubrica representa o capital vencendo dos contratos, cujos bens foram recuperados.

A rubrica de outros impostos a recuperar regista os pagamentos de IRC e de imposto do selo efectuados em anos anteriores, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

A rubrica de imposto sobre o valor acrescentado a receber representa o IVA a recuperar decorrente da actividade do Banco, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

Em Dezembro de 2005 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A., no montante de 2 000 000 de euros (2004: 2 052 000 euros) pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Em Dezembro de 2005 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., no montante de 220 000 euros pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Os movimentos da provisão para equipamento recuperado e para aplicações por recuperação de créditos, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	178	190	178	190
Provisão do exercício	5	—	5	—
Reposições	(4 122)	(12)	(4 122)	(12)
Utilização de provisões	(26)	—	(26)	—
Transferências	5 139	—	5 139	—
Saldo em 31 de Dezembro	1 174	178	1 174	178

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Proveitos a receber	22 989	60 879	22 972	60 850
Despesas antecipadas	4 865	4 207	4 865	4 207
Flutuação de valores	310	277	310	277
Despesas com custo diferido	53	—	52	—
Outras contas de regularização	2 333	1 561	2 333	1 561
	30 550	66 924	30 532	66 895

A rubrica de despesas antecipadas inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 1 442 000 euros (2004: 988 000 euros) relativo a comissões pagas de produtos estruturados comercializados pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

A rubrica de despesas com custo diferido refere-se à diferença de cobertura do Fundo de Pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea o). Este montante é imputado a resultados durante um período de 10 anos. O corredor no montante de 310 000 euros (2004: 277 000 euros) e 310 000 euros (2004: 277 000 euros) encontra-se registado na rubrica de flutuação de valores, para o Grupo e para o Banco, respectivamente.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	378 072	263 396	378 072	263 396
De três meses até seis meses	145 000	309 072	145 000	309 072
De seis meses até um ano	—	169 178	—	169 178
Mais de um ano	464 217	834 767	464 217	834 767
	987 289	1 576 413	987 289	1 576 413

Na rubrica de débitos para com instituições de crédito a mais de 12 meses encontram-se incluídos os depósitos a prazo do Deutsche Bank Frankfurt no montante total de 461 217 000 euros (2004: 695 722 000 euros) referentes à cobertura das operações de titularização, conforme mencionado na nota n.º 5.

13 — Débitos para com clientes a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	3 028 759	2 628 786	3 028 759	2 628 786
De três meses até seis meses	39 339	591 270	39 339	591 270
De seis meses até um ano	215 769	343 403	215 769	343 403
Mais de um ano	119 765	152 237	119 765	152 237
	3 403 632	3 715 696	3 403 632	3 715 696

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro de 1994, foi constituído o Fundo de Garantia Depósito, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações titularizadas Pérola n.º 1	150 000	—	—	—

A rubrica de débitos representados por títulos, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Mais de cinco anos	150 000	—	—	—

A rubrica de débitos representados por títulos do Grupo é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Montante (euros)	Taxa de juro (percentagem)	Taxa de juro em 31 de Dezembro de 2005 (percentagem)
Pérola n.º 1 <i>securitization notes</i>	Dezembro de 2005	Dezembro de 2012	150 000 000	Euribor 6M + 0,50	2,584

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Sector público administrativo	1 207	1 165	1 126	1 074
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	116	43	116	43
Adiantamentos	1 138	1 078	1 138	1 078
Fornecedores de bens para locação	468	430	468	430
Outros credores	974	786	994	771
	3 903	3 502	3 842	3 396

A rubrica de sector público administrativo, para o Grupo, inclui 78 000 euros (2004: 693 000 euros), relativos ao imposto sobre o rendimento a pagar, conforme mencionado na nota n.º 31.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de sector público administrativo, para o Banco, inclui 602 000 euros relativos ao imposto sobre o rendimento a pagar.

A rubrica de adiantamentos no montante de 1 138 000 euros (2004: 1 078 000 euros) é referente a adiantamentos efectuados por terceiros pela aquisição de imóveis, conforme mencionado na nota n.º 9.

A rubrica de fornecedores de bens para locação inclui o montante de 468 000 euros (2004: 430 000 euros) refere-se a credores diversos do negócio de locação financeira.

A rubrica de outros credores inclui o montante de 111 000 euros relativos a contribuições adicionais a entregar à companhia seguradora responsável pela gestão do seguro de pensões em 2006, para o Grupo e para o Banco, conforme referido na nota n.º 32.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros a pagar	15 818	58 703	15 818	58 703
Custos a pagar	10 621	6 363	10 591	6 363
Receitas antecipadas	4 302	2 911	4 302	2 911
Outras contas de regularização	496	515	496	515
	31 237	68 492	31 207	68 492

A rubrica de custos a pagar inclui, para o Grupo e Banco, o montante de 936 000 euros (2004: 888 000 euros) relativo à provisão para férias e subsídio de férias.

A rubrica de custos a pagar inclui ainda o montante de 3 200 000 euros (2004: 2 228 000 euros) relativo a prémios extraordinários a pagar aos colaboradores, conforme referido na nota n.º 27.

A rubrica de receitas antecipadas inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 4 189 000 euros (2004: 2 897 000 euros) relativo a comissões recebidas de produtos estruturados comercializados pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

17 — Provisão para outros riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para riscos gerais de crédito	4 732	5 588	4 732	5 588
Provisão para outros riscos e encargos	7 875	7 002	7 875	7 002
	12 607	12 590	12 607	12 590

A provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	5 588	5 384	5 588	5 384
Provisão do exercício	1 178	2 821	1 178	2 821
Reposições	(1 982)	(2 617)	(1 982)	(2 617)
Utilizações de provisões	(52)	—	(52)	—
Saldo em 31 de Dezembro	4 732	5 588	4 732	5 588

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, o aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea f).

A provisão para outros riscos e encargos é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	7 002	6 383	7 002	6 383
Provisão do exercício	1 084	619	1 084	619
Reposições	(201)	—	(201)	—
Utilizações de provisões	(10)	—	(10)	—
Saldo em 31 de Dezembro	7 875	7 002	7 875	7 002

A provisão para outros riscos e encargos no montante de 7 875 000 euros (2004: 7 002 000 euros) foi constituída para fazer face a outros riscos decorrentes da actividade do Grupo.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos subordinados	45 000	45 000	45 000	45 000

Os passivos subordinados são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	2005 (euros)	Moeda
DB Luxemburgo	14-8-2002	14-8-2012	Euribor 3m + 0,65	30 000 000	EUR
DB Frankfurt	19-7-2004	19-7-2014	Euribor 3m + 0,44	15 000 000	EUR

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais postecipados, com taxas compreendidas entre 2,63% e 3%.

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Encargos imputados	1 249	1 049	1 249	1 049
Encargos pagos	1 239	1 005	1 239	1 005

19 — Capital:

O capital social de 79 619 730 euros (2004: 79 619 730 euros), representado por 15 923 946 acções com o valor nominal de cinco euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A data de 31 de Dezembro de 2005, o capital social do Deutsche Bank (Portugal), S. A., é detido a 99,99% pelo Deutsche Bank AG.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Adicionalmente deverá ser constituída uma reserva estatutária com pelo menos 5% dos lucros anuais.

Em função dos resultados líquidos do Deutsche Bank (Portugal), S. A., do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, deverá ser afecto à reserva legal o montante de 152 210 euros e à reserva estatutária o montante de 76 105 euros.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Reservas legais	5 724	5 724	5 724	5 724
Reservas estatutárias	2 843	2 843	2 843	2 843
Outras reservas e resultados transitados	8 772	13 492	7 723	12 103
	17 339	22 059	16 290	20 670

22 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros de depósitos	93 700	97 489	93 700	97 489
Juros de operações de derivativos	36 100	96 589	36 100	96 589
Juros de crédito	21 600	25 691	21 565	25 691
Juros de títulos	3 330	8 427	3 330	8 427
Outros proveitos	296	73	125	73
	155 026	228 269	154 820	228 269

23 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros de depósitos de clientes	83 433	89 397	83 433	89 397
Juros de operações de derivativos	41 213	105 245	41 213	105 245
Juros de depósitos de bancos	13 308	15 356	13 308	15 356
Juros de títulos emitidos	1 454	1 538	1 454	1 538
Outros custos	592	407	386	407
	140 000	211 943	139 794	211 943

24 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Proveitos de comissões:				
Por serviços bancários prestados	2 488	2 426	1 312	1 408
Compromissos perante terceiros	796	832	796	832

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Garantias prestadas	286	286	289	286
Por operações realizadas com títulos	95	84	95	84
Outras comissões	7 479	5 968	7 536	6 028
	<u>11 144</u>	<u>9 596</u>	<u>10 028</u>	<u>8 638</u>
Custos de comissões:				
Garantias recebidas	1	22	1	22
Por serviços bancários de terceiros	496	571	496	571
Outras comissões	2 924	1 956	2 924	1 956
	<u>3 421</u>	<u>2 549</u>	<u>3 421</u>	<u>2 549</u>
Lucro líquido de comissões	7 723	7 047	6 607	6 089

A rubrica de proveitos de comissões — outras comissões inclui um montante de 169 000 euros (2004: 269 000 euros) relativo a comissões recebidas pelas operações de titularização efectuadas. Esta rubrica inclui também o montante de 3 532 000 euros (2004: 1 761 000 euros) por serviços prestados ao Deutsche Bank London.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 37 500 euros (2004: 200 000 euros) referente a comissões recebidas de promotores do Banco, pela abertura de Centros de Promotores Deutsche Bank.

25 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Lucros em operações financeiras:				
Operações cambiais	1 258	901	1 258	901
Operações com títulos	—	2 005	—	2 005
	<u>1 258</u>	<u>2 906</u>	<u>1 258</u>	<u>2 906</u>
Prejuízos em operações financeiras:				
Operações cambiais	974	910	974	910
Operações com títulos	9	10	9	10
Outros prejuízos	109	—	109	—
	<u>1 092</u>	<u>920</u>	<u>1 092</u>	<u>920</u>
Lucro/(prejuízo) líquido de operações financeiras	166	1 986	166	1 986

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de lucros em operações com títulos refere-se à mais-valia obtida na alienação de 94 973 acções da Euronext.

26 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Produtos estruturados	850	—	854	—
Reembolso de despesas	559	451	559	451
Recuperação de créditos incobráveis	248	223	248	223
Proveitos de prestação de serviços	121	91	121	91
Rendas de imóveis	25	86	25	86
Mais-valias na alienação de participações	—	—	—	1 013
Mais-valias na alienação de bens imobilizados	—	35	—	35
Outros proveitos de exploração	2 078	2 479	2 074	2 479
	<u>3 881</u>	<u>3 365</u>	<u>3 881</u>	<u>4 378</u>

A rubrica de recuperação de crédito e juros representa os montantes relativos à recuperação de crédito e proveitos, anteriormente anulados por utilização de provisões, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

27 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Remunerações	9 485	8 347	9 430	8 347
Encargos sociais obrigatórios	1 311	1 248	1 298	1 248
Encargos sociais facultativos	239	242	238	242
Outros custos	1 672	844	1 672	844
	12 707	10 681	12 638	10 681

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de direcção e fiscalização, do Grupo e do Banco, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi de 528 000 euros e 464 000 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de remunerações inclui o montante de 3 200 000 euros (2004: 2 228 000 euros) relativo a prémios extraordinários atribuídos aos colaboradores, conforme referido na nota n.º 16.

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo e do Banco, nos exercícios de 2005 e 2004, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Directores (conselho)	3	2	3	2
Directores	16	15	16	15
Directores adjuntos	12	13	12	13
Subdirectores	15	14	15	14
Assistentes de direcção	11	7	10	7
Técnicos e específicos	72	73	72	73
Administrativos	51	65	49	65
Auxiliares	2	2	2	2
	182	191	179	191

28 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Água, energia e combustíveis	26	99	26	99
Material de consumo	109	123	109	123
Rendas e alugueres	1 826	1 640	1 826	1 640
Comunicação	829	995	829	995
Deslocações, estadias e representações	228	221	228	221
Publicidade	339	291	339	291
Avenças e honorários	153	172	153	172
Conservação e reparação	287	155	287	153
Seguros	184	188	184	188
Serviços especializados	7 026	5 821	6 966	5 786
Formação do pessoal	20	22	20	22
Outros fornecimentos e serviços	362	581	343	573
	11 389	10 308	11 310	10 263

A rubrica de rendas e alugueres inclui o montante de 1 382 000 euros (2004: 944 000 euros) referente a rendas pagas pelo Grupo e pelo Banco pelo arrendamento das instalações.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de serviços especializados inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 4 435 000 euros (2004: 3 296 000 euros), referente a custos incorridos com a casa-mãe.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros fornecimentos e serviços inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 273 000 euros (2004: 504 000 euros) referente a despesas judiciais, de contencioso e notariado.

29 — Dotação/(reposição) de outras provisões:

O valor desta rubrica, para o Grupo e Banco, é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisões para títulos	(70)	(48)	(70)	(48)
Provisões para participações e outros activos	(4 117)	(12)	(4 117)	(12)
Provisão para outros riscos e encargos	883	619	883	619
	(3 304)	559	(3 304)	559

O movimento desta rubrica, para o Grupo e para o Banco, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2005		
	Reforços	Anulações e reposições	Movimento líquido
Provisão para títulos	—	70	(70)
Provisão para participações e outros activos	5	4 122	(4 117)
Provisão para outros riscos e encargos	1 084	201	883
	1 089	4 393	(3 304)

	2004		
	Reforços	Anulações e reposições	Movimento líquido
Provisão para títulos	29	77	(48)
Provisão para outros activos	—	12	(12)
Provisão para outros riscos e encargos	619	—	619
	648	89	559

30 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Impostos	74	186	74	186
Perdas relativas a exercícios anteriores	60	929	60	929
Outros custos	2 239	1 162	2 198	1 162
	2 373	2 277	2 332	2 277

31 — Provisão para impostos sobre lucros:

A provisão para impostos sobre os lucros para o Grupo e para o Banco foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço. A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga, para o Grupo e para o Banco, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 2004	850	625
Exercício de 2005	264	—
Carga fiscal paga:		
Exercício de 2004	157	23
Exercício de 2005	186	—
Diferença:		
Exercício de 2004	693	602
Exercício de 2005	78	—

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se registada em outros passivos na rubrica de sector público administrativo, conforme mencionado na nota n.º 15.

32 — Pensões de reforma:

O Grupo constituiu um seguro de complemento de reforma, por período indeterminado, com o objectivo de permitir o pagamento de complementos ao valor de pensão de reforma da segurança social. Este seguro está colocado junto da Zurich que anualmente providencia um estudo actuarial, para assegurar que as contribuições anuais do Grupo são adequadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos por este seguro de reforma era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Número de participantes:				
Pessoal no activo	178	180	175	180

De acordo com a política contabilística descrita em 1, alínea o), a responsabilidade assumida pelo Grupo para o pagamento de pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2005, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades por benefícios projectados	(3 100)	(2 767)	(3 092)	(2 767)
Cobertura do seguro de complemento de reforma	2 989	2 767	2 981	2 767
(Défice)/excesso de cobertura	(111)	—	(111)	—
Responsabilidade com serviços futuros	8 683	9 234	8 621	9 234

De acordo com a política contabilística descrita em 1 alínea o), o Grupo e o Banco contabilizaram como custo do exercício o montante de 376 000 euros (2004: 290 000 euros) e 375 000 euros (2004: 290 000 euros), respectivamente, o qual pode ser analisado da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo dos serviços correntes	362	310	361	310
Custo dos juros	116	105	116	105
Rendimento esperado dos activos	(110)	(125)	(110)	(125)
Outros custos	8	—	8	—
	376	290	375	290

No exercício de 2005 o Grupo e o Banco efectuaram contribuições em dinheiro para a companhia seguradora referentes ao prémio de 2005 no montante de 274 000 euros (2004: 275 000 euros) e 273 000 euros (2004: 275 000 euros), respectivamente.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades por complementos de reforma são os seguintes:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Método actuarial	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>
Tábua de mortalidade	GRF 80	TV 73/77	GRF 80	TV 73/77
Tábua de <i>turnover</i>	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason
Taxa técnica (percentagem)	2,5	3,0	2,5	3,0
Taxa de crescimento salarial (percentagem)	2,5	2,5	2,5	2,5
Taxa de desconto (percentagem)	4,2	5,0	4,2	5,0
Taxa de rendimento do fundo (percentagem)	4,3	5,0	4,3	5,0
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	2,5	2,5	2,5	2,5

Os principais valores efectivamente verificados no exercício não diferem dos pressupostos utilizados no ano anterior à excepção da taxa de desconto.

As avaliações actuariais das responsabilidades por complementos de reforma são efectuadas anualmente, sendo as últimas efectuadas com a data de referência de 31 de Dezembro de 2005.

33 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Garantias e avales prestados	82 944	76 292	82 944	76 292
Garantias e avales recebidos	147 819	169 526	147 819	169 526
Compromissos assumidos perante terceiros	76 028	106 679	76 028	106 679
Operações cambiais à vista:				
Compras	1 603	39	1 603	39
Vendas	1 604	39	1 604	39
Operações cambiais a prazo:				
Compras	19 618	2 780	19 618	2 780
Vendas	19 610	2 780	19 610	2 780
Derivativos de taxa de juro:				
Compras	1 796 532	2 799 945	1 796 532	2 799 945
Vendas	1 796 532	2 799 945	1 796 532	2 799 945

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades por prestação de serviços	12 157 511	9 690 275	712 239	89 695
Serviços prestados por terceiros	33	117	33	117
Garantias reais	933 001	1 222 913	933 001	1 222 913
Outras contas extrapatrimoniais	53 321	52 633	53 321	52 633

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank (Portugal), S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 4 889 549 milhares de euros e um total de capital próprio de 98 522 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Deutsche Bank (Portugal), S. A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o Sector Bancário.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 421.º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento das funções de fiscal único do Deutsche Bank (Portugal), S. A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tomámos conhecimento dos actos da administração do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da lei e dos estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do relatório de gestão e à verificação da correcção, tanto das contas individuais do Banco, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e as respectivas notas anexas como ainda das demonstrações financeiras consolidadas. Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1) O relatório de gestão e as contas individuais da Deutsche Bank (Portugal), S. A., relativos a 2005, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;

2) Os actos da administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da lei e dos estatutos;

3) As contas consolidadas de 2005, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;

4) As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas notas.

Nos termos legais, tomámos conhecimento das certificações legais de contas individuais e consolidadas, com cujos teores concordámos. Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

a) O relatório de gestão e as contas individuais do exercício de 2005, apresentados pela direcção, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado relatório de gestão;

b) A gestão do Banco exercida em 2005 pela direcção;

c) As contas consolidadas de 2005, apresentadas pela direcção, bem como a parte correspondente do relatório de gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos à direcção o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — O Fiscal Único, KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada (contas individuais e consolidadas)

1 — O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal do Deutsche Bank (Portugal), S. A., incluindo os exames das suas contas tanto individuais como consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sistema Bancário. Os nossos exames foram realizados de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência dos exames efectuados,

emitimos nesta data as respectivas certificações legais de contas, ambas sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

a) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas da direcção e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

b) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência;

c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras individuais que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício então findo, bem como o anexo contendo as notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente os princípios contabilísticos do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal;

d) Verificação da conformidade das contas com os registos contabilísticos de suporte;

e) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco;
Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos dos saldos respectivos;

Revisão das participações financeiras detidas pelo Banco;

Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como as respectivas amortizações;

Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado com impostos sobre lucros;

Análise dos passivos, provisões e contas de regularização do balanço;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere;

Apreciação da informação divulgada nas notas anexas às contas.

Relativamente às contas consolidadas:

O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades subsidiárias detidas pelo Banco, a verificação da correcção do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidados e a apreciação da informação divulgada no anexo às demonstrações financeiras referente aos valores consolidados incluindo a referente às alterações nos capitais próprios consolidados e, finalmente a análise da demonstração consolidada de fluxos de caixa.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do relatório de gestão da direcção com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas directrizes técnicas de revisão de contas.

6 — Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jean-éric Gaign*, revisor oficial de contas. 3000215613

PDA — PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO, E. M.

Sede social: Estádio Municipal Mário Duarte, Taboeira, Esgueira, Aveiro.
Capital social: 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 505132478.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, e designadamente, à disposição do artigo 11.º, n.º 1, alínea r), dos estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2005.

A empresa municipal de capitais maioritariamente públicos PDA — Parque Desportivo de Aveiro, E. M. — tem um capital subscrito e totalmente realizado de 500 000 euros e a sua sede social sita no novo Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte, na localidade de Taboeira, freguesia de Esgueira, Aveiro, encontrando-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

I — Evolução da gestão

1 — Da actividade

A actividade da sociedade Parque Desportivo de Aveiro, E. M., durante o ano de 2005 foi essencialmente marcada pela concretização da abertura do capital a um parceiro estratégico privado.

Esta decisão tomada pela Câmara Municipal de Aveiro e ratificada pela assembleia municipal de Aveiro determinou que a sociedade passasse a ser uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, tendo até ao momento como únicos accionistas a Câmara Municipal de Aveiro (51%) e o Grupo Visabeira — SGPS, S. A. (49%), tendo a respectiva escritura sido outorgada em 28 de Junho de 2005.

Tal facto determinou ainda o aumento do capital social da empresa em 250 601 euros (de 249 399 euros para 500 000 euros), bem como um prémio de emissão no montante de 1 306 000 euros.

Em consequência, houve uma alteração substancial na estrutura de capitais próprios da sociedade, que de uma situação negativa de 170 031 euros passou para uma situação positiva de 1 287 144 euros.

Desta forma, foi possível liquidar o empréstimo bancário oportunamente contraído para o desenvolvimento da actividade da empresa, e que no final do ano transacto ascendia a 652 656 euros.

Os valores disponíveis à data do balanço, no montante de 592 560 euros vão permitir fazer face aos custos de funcionamento da empresa em 2006 e, também, financiar parte do investimento previsto realizar.

Se nesta vertente poderemos dizer que o ano de 2005 foi um ano marcante para o futuro da sociedade, tendo em conta o modelo de desenvolvimento escolhido, com base numa parceria publico-privada, já os restantes vectores da actividade não acompanharam a importância deste passo dado.

Assim, numa primeira fase (até à entrada do parceiro privado), e por falta de recursos financeiros, os investimentos feitos ficaram aquém do que se desejaria. A segunda fase (após aquele momento) teve um desenvolvimento irregular, por força de duas sucessivas alterações nos órgãos de gestão da sociedade, a primeira decorrente da própria entrada do accionista privado, a segunda como consequência das eleições autárquicas, que nos termos do enquadramento legal em vigor, determinou nova mudança.

De qualquer forma, devemos assinalar o arranque da execução da obra do Arruamento 4 (obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro), que como já se referia no relatório de 2004 é uma peça fundamental no acesso ao pólo do golfe, criando assim condições para acelerar a implementação desta parte do projecto, equipamento âncora que vai potenciar todo o desenvolvimento do parque.

Continuou o processo de tramitação do Plano de Pormenor, tendo-se obtido já a maioria dos pareceres positivos das entidades envolvidas na sua apreciação. No entanto, continuam por resolver algumas das exigências impostas em sede da Declaração de Impacto Ambiental, vector determinante para a tramitação do Plano na sua globalidade.

Nota ainda para as dificuldades encontradas no processo de aquisição de terrenos, atendendo à estrutura da propriedade na zona de intervenção do Parque Desportivo de Aveiro, e ao peso que nela também têm alguns grandes investidores.

Por isso mesmo, a parcela de terrenos propriedade da sociedade e do seu accionista maioritário, Câmara Municipal de Aveiro, actualmente atinge cerca de 30% da área de exploração, perspectivando-se, que em 2006 e decorrente dos investimentos a efectuar, alcance cerca de 60%.

2 — Investimentos

No exercício foram efectuados os seguintes investimentos:

Aquisição de terrenos no montante de 239 872 euros;
Equipamento informático no valor de 935 euros.

Foram ainda suportadas despesas relacionadas com o processo de abertura do capital social e consequente alteração dos estatutos no montante de 4531 euros.

3 — Custos e proveitos

Em 2005, a actividade exercida pela sociedade saldou-se numa diminuição do prejuízo registado face ao exercício anterior, o que se explica essencialmente pela diminuição dos custos com o pessoal (22 983 euros) e dos custos financeiros (13 331 euros), neste caso já que foi possível, após o accionista privado ter realizado a sua entrada, liquidar o empréstimo bancário anteriormente contraído.

4 — Resultados

No exercício de 2005, o resultado obtido foi negativo em 99 425,64 euros, conforme pode confirmar-se nas peças contabilísticas que em anexo apresentamos, e que se encontram à vossa disposição para consulta na sede social.

II — Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não houve qualquer facto ocorrido após o termo do exercício económico que mereça destaque.

III — Evolução previsível da sociedade

Conforme quantitativamente se procura expressar nos instrumentos de gestão previsionais para o triénio de 2006-2008, a prioridade estabelecida para o desenvolvimento do projecto passa pelo pólo 7, o do golfe, incluindo também a vertente turística e imobiliária que engloba.

Esta prioridade decorre da avaliação feita que considera este equipamento como âncora e estruturante de todo o desenvolvimento do Parque Desportivo de Aveiro.

Para que esta prioridade possa ser concretizada, e para além naturalmente da aquisição dos terrenos necessários para o efeito, será dada uma especial atenção ao desvio das infra-estruturas existentes, quer da Transgás, quer da EDP, bem como à elaboração da RECAP, no âmbito das recomendações impostas em sede da Declaração de Impacto Ambiental.

Todos estes são também vectores indispensáveis para o processo de tramitação do Plano de Pormenor.

Por último, mas não menos importante, deve-se proceder com a brevidade possível ao desenho do modelo financeiro para fazer face aos investimentos previstos.

De qualquer forma, são bastante elevadas as expectativas quanto ao desenvolvimento do projecto, pela qualidade intrínseca do mesmo, pelas potencialidades da Região onde se vai desenvolver e, muito principalmente, pelas virtualidades que pensamos ter este modelo de parceria público-privada.

IV — Operações com acções próprias

Durante o exercício não houve aquisição de acções próprias.

V — Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não houve autorização concedida a qualquer administrador para negociar directamente com a sociedade nem lhe foram concedidos empréstimos ou créditos, efectuados pagamentos por conta deles, prestadas garantias nem facultados adiantamentos de remunerações.

VI — Outras informações de carácter legal

Dando cumprimento ao estatuído no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos os accionistas de que não existem quaisquer débitos em mora à segurança social e, nem de resto, a qualquer outra instituição estatal.

VII — Proposta de distribuição de resultados

O conselho de administração da sociedade propõe que o resultado verificado no exercício seja transferido para a conta de resultados transitados.

VIII — Agradecimentos

Não obstante o conselho de administração responsável por este relatório ter sido apenas nomeado em 22 de Novembro de 2005, o que poderá originar alguma omissão nos agradecimentos devidos, gostaríamos em primeiro lugar, e por ser de toda a justiça, agradecer a permanente colaboração e disponibilidade dos accionistas Câmara Municipal de Aveiro e Grupo Visabeira, bem como a confiança demonstrada no futuro da sociedade.

Ao fiscal único, Prof. Domingos Cravo, à sociedade de revisores oficiais de contas, a sociedade Cravo, Fortes, Antão & Associado, ao gabinete de contabilidade, Santos & Gonçalves, L.da, o nosso agradecimento pela competência e disponibilidade sempre demonstradas.

Uma palavra também de agradecimento ao BPI, também pela confiança sempre expressa.

A todos os colaboradores da sociedade pelo empenho e dedicação demonstrados, bem como a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Aveiro e do Grupo Visabeira que têm dado apoio em inúmeras vertentes da vida da nossa empresa, sempre com uma atenção que nos cumpre realçar.

Uma palavra especial de apreço e reconhecimento aos administradores e colaboradores da EMA, E. M., empresa com a qual temos partilhado espaço, equipamentos e boas vontades.

Enfim, o nosso agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para o desenvolvimento do projecto do Parque Desportivo de Aveiro.

Aveiro, 15 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
CEE (a)	POC	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
C		Imobilizado:			
I		Imobilizações incorpóreas:			
1	431	Despesas de instalação	4 530,51	1 510,17	3 020,34
1	432	Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
5	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	—	—	—
		4 530,51	1 510,17	3 020,34	—
II		Imobilizações corpóreas:			
1	421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—
1	422	Edifícios e outras construções	—	—	—
2	423	Equipamento básico	—	—	—
2	424	Equipamento de transporte	—	—	—
3	425	Ferramentas e utensílios	—	—	—

(Em euros)

Código das contas			2005			2004
CEE (a)	POC		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
3	426	Equipamento administrativo	8 098,98	6 159,11	1 939,87	2 198,58
3	427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	1 557 108,27	—	1 557 108,27	944 663,02
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 478,70	—	27 478,70	400 051,98
			<u>1 592 685,95</u>	<u>6 159,11</u>	<u>1 586 526,84</u>	<u>1 346 913,58</u>
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
		<i>Total do activo imobilizado</i>	<u>1 597 216,46</u>	<u>7 669,28</u>	<u>1 589 547,18</u>	<u>1 346 913,58</u>
D		Circulante:				
I		Existências:				
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
3	34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
3	32	Mercadorias	—	—	—	—
4	37	Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos:				
		Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
		Cientes — cheques pré-datados	—	—	—	—
		Clientes — cheques devolvidos	—	—	—	—
		Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
		Empresas do grupo	—	—	—	—
		Outras empresas participantes e participadas	—	—	—	—
		(Restantes) accionistas (sócios)	—	—	—	—
		Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
		Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
		Outros devedores	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — a curto prazo:				
1	211	Clientes, c/c	—	—	—	2 069,48
1	212	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
1	214	Clientes — cheques pré-datados	—	—	—	—
1	217	Clientes — cheques devolvidos	—	—	—	—
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
2	252	Empresas do grupo	—	—	—	—
3	253+254	Outras empresas participantes e participadas	—	—	—	—
4	251+255	(Restantes) accionistas (sócios)	—	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
4	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	8 643,21	—	8 643,21	63 643,21
4	24	Estado e outros entes públicos	14 785,21	—	14 785,21	10 126,65
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	573,12	—	573,12	695,06
5	264	Subscritores de capital	—	—	—	—
			<u>24 001,54</u>	<u>—</u>	<u>24 001,54</u>	<u>76 534,40</u>

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
CEE (a)	POC	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
III		Títulos negociáveis:			
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—
3	1521	Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—
3	1522	Obrigações e títulos de participação em empresas associadas	—	—	—
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
		—	—	—	—
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	592 425,17	592 425,17	—
	11	Caixa	135,03	135,03	21,20
		592 560,20	593 560,20	21,20	
		<i>Total do activo circulante</i>	<i>616 561,74</i>	<i>616 561,74</i>	<i>76 555,60</i>
E		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimo de proveitos	—	—	—
	272	Custos diferidos	—	—	—
	2761	Activos por impostos diferidos	—	—	—
		—	—	—	—
		<i>Total de amortizações</i>	<i>7 669,28</i>		
		<i>Total de ajustamentos</i>	<i>—</i>		
		<i>Total do activo</i>	<i>2 213 778,20</i>	<i>2 206 108,92</i>	<i>1 423 469,18</i>

(a) Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005		2004
CEE (a)	POC			
A		Capital próprio:		
I	51	Capital	500 000,00	249 398,95
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	1 306 000,00	—
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
	56	Reservas de reavaliação	—	—
IV		Reservas:		
	1/2	Reservas legais	—	—
	3	Reservas estatutárias	—	—
	4	Reservas contratuais	—	—
	4	574 a 579 Outras reservas	—	—
V	59	Resultados transitados	— 419 430,38	— 292 002,56
		<i>Subtotal</i>	<i>1 386 569,62</i>	<i>— 42 603,61</i>
VI	88	Resultado líquido do exercício	— 99 425,64	— 127 427,82
	89	Dividendos antecipados	—	—
		<i>Total do capital próprio</i>	<i>1 287 143,98</i>	<i>— 170 031,43</i>
		Passivo:		
B		Provisões:		
	1	Provisões para pensões	—	—
	2	Provisões para impostos	—	—
	3	Outras provisões	—	—
		—	—	—

(Em euros)

Código das contas			2005	2004
CEE (a)	POC			
C		Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
		Empréstimos por obrigações:		
		Convertíveis	—	—
		Não convertíveis	—	—
		Empréstimos por títulos de participação	—	—
		Dívidas a instituições de crédito	—	—
		Fornecedores — títulos a pagar	—	—
		Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
		Empresas do grupo	—	—
		Outras empresas participantes e participadas	—	—
		(Restantes) accionistas (sócios)	—	—
		Outros empréstimos obtidos	—	—
		Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
		Estado e outros entes públicos	—	—
		Outros credores	—	—
			—	—
C		Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
1		Empréstimos por obrigações:		
	2321	Convertíveis	—	—
	2322	Não convertíveis	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	652 655,88
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	2 836,23	4 030,11
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
6	252	Empresas do grupo	—	—
7	253+254	Outras empresas participantes e participadas	—	—
8	251+255	(Restantes) accionistas (sócios)	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	43 421,77	57 193,44
8	24	Estado e outros entes públicos	4 680,57	5 783,08
8	262+263+264+ 265+267+268+211	Outros credores	9 875,45	9 871,15
			60 814,02	729 533,66
D		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimo de custos	8 150,92	13 966,95
	274	Proveitos diferidos	850 000,00	850 000,00
	2762	Passivos por impostos diferidos	—	—
			858 150,92	863 966,95
		Total do passivo	918 964,94	1 593 500,61
		Total do capital próprio + passivo	2 206 108,92	1 423 469,18

(a) Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2005**CUSTOS E PERDAS**

(Em euros)

Código das contas			2005	2004
CEE (1)	POC			
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
		Mercadorias	—	—
		Matérias	—	—

(Em euros)

Código das contas				
CEE (¹)	POC		2005	2004
2.b) 3	62	Fornecimentos e serviços externos	18 753,10	16 201,18
		Custos com pessoal:		
3.a) 3.b)	641+642	Remunerações	55 652,08	75 056,87
		Encargos sociais:		
	643+644 645/8	Pensões	—	—
		Outros	15 073,93	18 652,44
4.a)	66	Amortizações e ajustamentos do exercício	—	—
	662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 703,98	1 884,64
	66+667	Ajustamentos	—	—
4.b)	67	Provisões	—	—
			2 703,98	1 884,64
5	63	Impostos	41,19	15,00
5	65	Outros custos e perdas operacionais	—	—
			41,19	15,00
		(A)	92 224,28	111 810,13
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	—	—
6	683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investi- mentos financeiros	—	—
7	(²)	Juros e custos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	16 668,38	29 999,74
		(C)	108 892,66	141 809,87
10	69	Custos e perdas extraordinários	1 385,03	3 230,24
		(E)	110 277,69	145 040,11
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício	—	—
		(G)	110 277,69	145 040,11
13	88	Resultado líquido do exercício	— 99 425,64	— 127 427,82
			10 852,05	17 612,29

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas				
CEE (¹)	POC		2005	2004
1	71	Vendas:		
		Mercadorias	—	—
		Produtos	—	—
1	72	Prestações de serviços	7 335,06	14 634,36
2	(³)	Variação da produção	—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
4	73	Proveitos suplementares	—	—
4	74	Subsídios à exploração	—	—
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—
	77	Reversões de amortizações a ajustamentos	—	—
		(B)	7 335,06	14 634,36
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—
6	(⁴)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	—	—
7	(⁵)	Juros e proveitos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	—	66,11
		(D)	7 335,06	14 700,47
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 516,99	2 911,82
		(F)	10 852,05	17 612,29

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
CEE ⁽¹⁾	POC		
Resumo:			
Resultados operacionais: $(B) - (A) =$		— 84 889,22	— 97 175,77
Resultados financeiros: $(D - B) - (C - A) =$		— 16 668,38	— 29 933,63
Resultados correntes: $(D) - (C) =$		— 101 557,60	— 127 109,40
Resultados antes de impostos: $(F) - (E) =$		— 99 425,64	— 127 427,82
Resultado líquido do exercício: $(F) - (G) =$		— 99 425,64	— 127 427,82

⁽¹⁾ Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.⁽²⁾ 681+685+686+687+688.⁽³⁾ Diferença algébrica entre as existências iniciais e finais de produtos acabados e intermédios (C/33), subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (C/34) e, produtos em trabalhos em curso (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em regularização de existências (C/38).⁽⁴⁾ 7812+7815+7816+783.⁽⁵⁾ 7811+7813+7814+7816+785+786+787+788.O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que VV. Ex.^{as} nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora exercida durante o exercício de 2005 e o parecer sobre o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo conselho de administração da PDA — Parque Desportivo de Aveiro, E. M.

2 — Acompanhámos o desenvolvimento da actividade social através, nomeadamente, da informação e dos esclarecimentos recebidos do conselho de administração e dos serviços da empresa, os quais, sempre que solicitados, nos deram todo o apoio conveniente ao desempenho das nossas funções.

3 — No âmbito destas:

a) Verificámos os registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

b) Verificámos a existência e relevação contabilística dos activos e passivos pertencentes ou assumidos pela empresa, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, que se encontram suficientemente expressos no anexo às contas;

c) Não foi elaborado o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º dos estatutos;

d) Não tomámos conhecimento de quaisquer outras violações da lei ou do contrato de sociedade, nem de qualquer acto não conforme com as boas práticas de gestão;

e) Constatámos que o relatório do conselho de administração satisfaz os requisitos exigidos pela lei.

4 — Na sequência do desenvolvimento dos procedimentos considerados adequados nas circunstâncias, elaborámos, na qualidade de sociedade de revisores oficiais de contas, a certificação legal das contas e o relatório anual sobre a actividade que desenvolvemos, os quais, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, foram entregues à administração da sociedade, e que para todos os efeitos fazem parte integrante deste mesmo relatório e onde nos termos do n.º 3 do artigo 33.º dos estatutos emitimos opinião acerca da exactidão das contas.

5 — Ponderado o que antecede e a observância legal e estatutária emitimos o seguinte parecer:

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os demais documentos apresentados pela nossa sociedade de revisores oficiais de contas, somos de parecer que a assembleia geral anual da sociedade:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2005 apresentados pelo conselho de administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Aveiro, 17 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Cravo, Fortes, Antão & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Domingos José da Silva Cravo*, revisor oficial de contas.
1000300730

NORDESTE ACTIVO — EMPRESA MUNICIPAL DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E TURÍSTICAS, E. M.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e do pacto social o conselho de administração da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., apresenta à assembleia geral da sociedade o relatório de gestão referente ao exercício de 2005.

Actividade empresarial

A actividade da empresa em 2005 foi praticamente inexistente, resumindo-se à constituição da sociedade e pouco mais.

Recursos humanos

No que se refere à evolução dos efectivos, em 2005 a empresa não fez qualquer admissão de pessoal.

Comercial

Nada a referir.

Comunicação e imagem

Nada a referir.

Investimento

No decurso do exercício de 2005 a empresa investiu 24 500 euros, em acções de 1 euro cada na empresa Gedernor — Construção de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S. A.

Análise económica e financeira

Financiamento

Em 2005, a empresa mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Demonstração dos resultados

O exercício de 2005 foi influenciado pelo facto de, como já foi referido, não ter havido proveitos.

Somente custos e apenas um com relativo significado (amortizações e ajustamentos do exercício) no montante de 1383,94 euros. Os resultados operacionais e correntes, atingiram, respectivamente, — 1638,02 e — 1662,77 euros.

Balanço

Pela estrutura do balanço, pode observar-se que, o capital próprio foi reduzido em consequência do resultado negativo no valor de 1862,77 euros.

Proposta de aplicação de resultados

A gerência, propõe que o resultado líquido do exercício de 2005, no valor de — 1862,77 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados 1 862,77

Perspectivas futuras

Durante o ano de 2005, desenvolveram-se acções, para que o exercício corrente no âmbito da dinamização, seja o do arranque efectivo das actividades da sociedade.

Projecta-se o arrendamento de espaço para escritórios e a admissão de pessoal em regime de *part-time*.

Factos relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da empresa.

Nordeste, 21 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José Couto.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas POC		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	4 151,89	1 383,94	2 767,95	—
432	Despesas de investigação	—	—	—	—
433	Propriedade industrial	—	—	—	—
434	Trespases	—	—	—	—
441/6	Imobilizado em curso	—	—	—	—
449	Adiantamentos por contas de imobilizado incorpóreo	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>4 151,89</u>	<u>1 383,94</u>	<u>2 767,95</u>	<u>—</u>
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos	—	—	—	—
422	Edifícios	—	—	—	—
423	Equipamento básico	—	—	—	—
424	Equipamento de transporte	—	—	—	—
425	Ferramentas e utensílios	—	—	—	—
426	Equipamento administrativo	—	—	—	—
427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
448	Adiantamentos por contas de imobilizado corpóreo	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Investimentos financeiros:					
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—	—
4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	—	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	24 500,00	—	24 500,00	—
4123+4233	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
447	Adiantamentos por contas de investimentos financeiros	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>24 500,00</u>	<u>—</u>	<u>24 500,00</u>	<u>—</u>
Circulante:					
32 a 37	Existências	—	—	—	—
	Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos	—	—	—	—
Dívidas de terceiros — a curto prazo:					
211	Clientes, c/c	—	—	—	—
212	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas POC		2005		2004	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
24	Estado e outros entes públicos	606,89	—	606,89	—
262+266/268+221	Outros devedores	0,10	—	0,10	—
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>606,99</u>	<u>—</u>	<u>606,99</u>	<u>—</u>
	Títulos negociáveis:				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
13	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	20 262,29		20 262,29	—
11	Caixa	—		—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>20 262,29</u>		<u>20 262,29</u>	<u>—</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	—		—	—
272	Custos diferidos	—		—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>		<u>—</u>	<u>—</u>
	<i>Total de amortizações</i>		<u>1 383,94</u>		
	<i>Total de provisões</i>		<u>—</u>		
	<i>Total do activo</i>	<u>49 521,17</u>	<u>—</u>	<u>48 137,23</u>	<u>—</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas POC		2005		2004	
	Capital próprio:				
51	Capital		50 000,00	—	—
521	Acções (quotas) próprias (valor nominal)		—	—	—
522	Acções (quotas) próprias (descontos e prémios)		—	—	—
53	Prestações suplementares		—	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)		—	—	—
55	Ajustamentos de partes de capital		—	—	—
56	Reservas de reavaliação		—	—	—
	Reservas:				
571	Reservas legais		—	—	—
572	Reservas estatutárias		—	—	—
573	Reservas contratuais		—	—	—
574 a 579	Outras reservas		—	—	—
59	Resultados transitados		—	—	—
	<i>Subtotal</i>		<u>50 000,00</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
88	Resultado líquido do exercício		— 1 862,77	—	—
89	Dividendos antecipados		—	—	—
	<i>Total do capital próprio</i>		<u>48 137,23</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Passivo:				
29	Provisões para riscos e em cargos:				
291	Provisões para pensões		—	—	—
292	Provisões para impostos		—	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos		—	—	—
	<i>Subtotal</i>		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:				
231+12	Dívidas a instituições crédito		—	—	—
	<i>Subtotal</i>		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

		(Em euros)	
Código das contas POC		2005	2004
	Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
232	Empréstimos por obrigações	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições crédito	—	—
269	Adiantamentos para contas de vendas	—	—
221	Fornecedores, c/c	—	—
228	Fornecedores (facturas em recepção e confer.)	—	—
222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252	Empresas do Grupo	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
219	Adiantamentos de clientes	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
24	Estado e outros entes públicos	—	—
262/65+267+263+211	Outros credores	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
27	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	—	—
274	Proveitos diferidos	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	<i>Total do passivo</i>	—	—
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	48 137,23	—

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

		(Em euros)	
Código das contas POC		2005	2004
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	—	—
62	Fornecimento e serviços externos	208,93	208,93
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	—	—
	Encargos sociais:		
643+644	Pensões	—	—
645/8	Outros	—	—
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	1 383,94	—
67	Provisões	—	1 383,94
83	Impostos	45,15	—
65	Outros custos operacionais	—	45,15
	(A)	1 638,02	—
683+684	Amortizações e provisões de aplicação e investimentos financeiros:		
681+682+685+ 686-687+688	Juros e custos similares	24,75	—
	(C)	1 662,77	—
69	Custos perdas extraordinárias	200,00	—
	(E)	1 862,77	—
86	Imposto sobre o rendimento exercício	—	—
	(G)	1 862,77	—
88	Resultado líquido do exercício	— 1 862,77	—
		—	—

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Código das contas POC		2005		2004	
71+72	Vendas e prestações de serviços	—	—	—	—
75	Variação da produção	—	—	—	—
74	Trabalhos para a própria empresa	—	—	—	—
73+76	Subsídios à exploração	—	—	—	—
	Proveitos suplementares e outros	—	—	—	—
	(B)	—	—	—	—
784	Rendimentos de participações de capital:				
(1)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações finan- ceiras	—	—	—	—
(2)	Outros juros e proveitos similares	—	—	—	—
	(D)	—	—	—	—
79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—	—	—
	(F)	—	—	—	—

Resumo:

Resultados operacionais: (B) – (A) =	— 1 638,02	—
Resultados financeiros: (D – B) – (C – A) =	— 24,75	—
Resultados correntes: (D) – (C) =	— 1 662,77	—
Resultados antes de impostos: (F) – (E) =	— 1 862,77	—
Resultado líquido do exercício: (F) – (G) =	— 1 862,77	—

(1) 7812+7815+7816+782+783.

(2) 7811+7313+7814+7818+785+786+787+788.

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Parecer do fiscal único

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 18.º, alínea f), dos estatutos da empresa, apresentamos o nosso parecer sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício de 2005 da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 48 137 euros e um total de capital próprio de 48 137 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1863 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ponta Delgada, 24 de Maio de 2006. — O Fiscal Único, Duarte Giesta & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Duarte Félix Tavares Giesta, revisor oficial de contas. 1000305834

H. S. N. — EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DO NORDESTE, E. M.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e do pacto social, o conselho de administração da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do Nordeste, E. M., apresenta à assembleia geral da sociedade o relatório de gestão referente ao exercício de 2005.

Actividade empresarial

A actividade da empresa em 2005 foi praticamente inexistente, resumindo-se à constituição da sociedade e pouco mais.

Recursos humanos

No que se refere à evolução dos efectivos, em 2005 a empresa não fez qualquer admissão de pessoal.

Comercial

Nada a referir.

Comunicação e imagem

Nada a referir.

Investimento

Nada a referir.

Análise económica e financeira**Financiamento**

Em 2005 a empresa mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Demonstração dos resultados

O exercício de 2005 foi influenciado pelo facto de, como já foi referido, não ter havido proveitos. Somente custos e apenas um com relativo significado (amortizações e ajustamentos do exercício) no montante de 1357,17. Os resultados, operacional e corrente atingiram, respectivamente, — 1409,94 e — 1429,94 euros.

Balanço

Pela estrutura do balanço, pode observar-se que o capital próprio foi reduzido em consequência do resultado negativo no valor de 1529,94.

Proposta de aplicação de resultados

A gerência, propõe que o resultado líquido do exercício de 2005, no valor de — 1529,94 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados 1 529,94

Perspectivas futuras

Durante o ano de 2005, desenvolveram-se acções, para que o exercício corrente no âmbito da dinamização, seja o do arranque efectivo das actividades da sociedade.

Projecta-se o arrendamento de espaço para escritórios e a admissão de pessoal em regime de *part-time*.

Factos relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da empresa.

Nordeste, 20 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005**ACTIVO**

(Em euros)

Código das contas POC	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	4 071,50	1 357,17	2 714,33
432	Despesas de investigação	—	—	—
433	Propriedade industrial	—	—	—
434	Trespases	—	—	—
441/6	Imobilizado em curso	—	—	—
449	Adiantamentos por contas de imobilizado incorpóreo	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>4 071,50</u>	<u>1 357,17</u>	<u>2 714,33</u>
Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos	—	—	—
422	Edifícios	—	—	—
423	Equipamento básico	—	—	—
424	Equipamento de transporte	—	—	—
425	Ferramentas e utensílios	—	—	—
426	Equipamento administrativo	—	—	—
427	Taras e vasilhame	—	—	—
429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
448	Adiantamentos por contas de imobilizado corpóreo	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—
4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—
4123+4233	Outros empréstimos concedidos	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
447	Adiantamentos por contas de investimentos financeiros	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

(Em euros)

Código das contas POC		2005		2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
	Circulante:			
32 a 37	Existências	—	—	—
	Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos	—	—	—
	Dívidas de terceiros — a curto prazo:			
211	Clientes, c/c	—	—	—
212	Clientes — títulos a receber	—	—	—
218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos	600,79	—	600,79
262+266/268+221	Outros devedores	—	—	—
264	Subscritores de capital	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	600,79	—	600,79
	Títulos negociáveis:			
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
13	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—	—
	Depósitos bancários e caixa:			
12+13+14	Depósitos bancários	45 155,56	—	45 155,56
11	Caixa	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	45 155,56	—	45 155,56
	Acréscimos e diferimentos:			
271	Acréscimos de proveitos	—	—	—
272	Custos diferidos	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—	—
	<i>Total de amortizações</i>	—	1 357,17	—
	<i>Total de provisões</i>	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	49 827,85	—	48 470,68

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas POC		2005	2004
	Capital próprio:		
51	Capital	50 000,00	—
521	Acções (quotas) próprias (valor nominal)	—	—
522	Acções (quotas) próprias (descontos e prémios)	—	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—
55	Ajustamentos de partes de capital	—	—
56	Reservas de reavaliação	—	—
	Reservas:		
571	Reservas legais	—	—
572	Reservas estatutárias	—	—
573	Reservas contratuais	—	—
574 a 579	Outras reservas	—	—
59	Resultados transitados	—	—
	<i>Subtotal</i>	50 000,00	—
88	Resultado líquido do exercício	— 1 529,94	—
89	Dividendos antecipados	—	—
	<i>Total do capital próprio</i>	48 470,06	—

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e em cargos:		
291	Provisões para pensões	—	—
292	Provisões para impostos	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
231+12	Dívidas a instituições crédito	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
232	Empréstimos por obrigações	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições crédito	—	—
269	Adiantamentos para contas de vendas	—	—
221	Fornecedores, c/c	—	—
228	Fornecedores (facturas em recepção e conferência)	—	—
222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252	Empresas do Grupo	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
219	Adiantamentos de clientes	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
24	Estado e outros entes públicos	—	—
262/65+267+ 263+211	Outros credores	0,62	—
	<i>Subtotal</i>	0,62	—
27	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	—	—
274	Proveitos diferidos	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	<i>Total do passivo</i>	0,62	—
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	48 470,68	—

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	—	—
62	Fornecimento e serviços externos	7,81	—
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	—	—
	Encargos sociais:		
643+644	Pensões	—	—
645/8	Outros	—	—
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	1 357,17	—
67	Provisões	—	—
83	Impostos	44,96	—
65	Outros custos operacionais	—	—
	(A)	1 409,94	—

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
683+684	Amortizações e provisões de aplicação e investimentos financeiros:		
681+682+685+ 686-687+688	Juros e custos similares	20,00	—
	(C)	1 429,94	—
69	Custos perdas extraordinárias	100,00	—
	(E)	1 529,94	—
86	Imposto sobre o rendimento exercício	—	—
	(G)	1 529,94	—
88	Resultado líquido do exercício	— 1 529,94	—
		—	—

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
71+72	Vendas e prestações de serviços	—	—
	Variação da produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
74	Subsídios à exploração	—	—
73+76	Proveitos suplementares e outros	—	—
	(B)	—	—
784	Rendimentos de participações de capital:		
(¹)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	—	—
(²)	Outros juros e proveitos similares	—	—
	(D)	—	—
79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	(F)	—	—

Resumo:

Resultados operacionais: (B) – (A) =	— 1 409,94	—
Resultados financeiros: (D – B) – (C – A) =	— 20,00	—
Resultados correntes: (D) – (C) =	— 1 429,94	—
Resultados antes de impostos: (F) – (E) =	— 1 529,94	—
Resultado líquido do exercício: (F) – (G) =	— 1 529,94	—

(¹) 7812+7815+7816+782+783.(²) 7811+7313+7814+7818+785+786+787+788.

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível).

Parecer do fiscal único

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 18.º, alínea f), dos estatutos da empresa, apresentamos o nosso parecer sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício de 2005 da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 48 470 euros e um total de capital próprio de 48 470 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1530 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E. M., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ponta Delgada, 24 de Maio de 2006. — O Fiscal Único, Duarte Giesta & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Duarte Félix Tavares Giesta*, revisor oficial de contas.
1000305835

CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD DE MADRID

Sede social: Plaza de Celenque, 2, 28013 Madrid, Espanha.
Sucursal em Portugal: Rua Rodrigo da Fonseca, 6/8, 1250-191 Lisboa.
Pessoa colectiva n.º 980191807.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 8963.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão consolidado

Durante o exercício de 2005 a economia mundial mostrou uma elevada solidez, com um crescimento médio superior a 3%. A economia espanhola caracterizou-se, novamente, pelo seu elevado dinamismo alcançando no fecho do exercício o crescimento mais acentuado dos últimos quatro anos.

Neste ambiente, o Grupo Caja Madrid continuou a progredir na direcção da concretização dos objectivos fixados no Projecto 2006. Ao finalizar o exercício de 2005, os activos totais do Grupo Caja Madrid alcançaram 111 292 559 milhares de euros, o que representou uma taxa de crescimento inter anual de 22,2%. O resultado atribuído ao Grupo ascendeu a 841 256 milhares de euros, isto é 17,1% mais do que no exercício anterior.

Evolução do negócio no exercício de 2005

Balanço da situação

O crédito sobre clientes ascendeu a 72 561 773 milhares de euros, isto é 26,6% mais do que em Dezembro de 2004, correspondendo a 15 231 512 milhares de euros. Este crescimento teve essencialmente como base os devedores com garantia real, que registaram um crescimento de 32,1% atingindo um saldo de 48 961 006 milhares de euros, o que representou um aumento de 11 894 153 milhares de euros.

Os recursos geridos de clientes no balanço (que incluem os saldos de depósitos de clientes, os débitos representados por valores negociáveis e os passivos subordinados) atingiram um aumento de 21,2%, totalizando 84 948 104 milhares de euros. Os débitos de clientes registaram um aumento de 4 843 338 milhares de euros, atingindo um saldo de 47 324 230 milhares de euros. Os débitos representados por valores negociáveis ascenderam a 35 084 468 milhares de euros, isto é 39,7% mais do que no ano anterior, correspondendo a 9 964 687 milhares de euros.

Conta de resultados

O sustentado aumento do negócio, num ambiente mais estável para os juros, e a boa evolução dos rendimentos da carteira de instrumentos de capital foram propícios para que a margem de intermediação alcançasse 1 640 799 milhares de euros, isto é 11% mais do que em 2004.

Os resultados das sociedades calculados pelo método da participação aumentaram em 61 382 milhares de euros, isto é 25,5% mais, correspondendo a 302 397 milhares de euros. As contribuições mais significativas foram provenientes da Holding Mapfre — Caja Madrid y Realia.

As comissões totais líquidas registaram um forte impulso atingindo 712 059 milhares de euros, isto é 14,1% mais do que em 2004. Este

crescimento deve-se na sua maior parte ao bom comportamento de todas as comissões, e em especial as comissões relacionadas com os riscos contingentes, serviços de cobranças e pagamentos e comercialização de produtos financeiros não bancários.

Os resultados obtidos por operações financeiras e diferenças de câmbios atingiram um saldo de 157 350 milhares de euros, 15 745 milhares de euros mais do que em 2004.

O bom andamento da actividade bancária e a evolução positiva das sociedades participadas e das comissões permitiram elevar a margem ordinária até 2 812 605 milhares de euros, o que representou um aumento de 13,2% relativamente ao ano de 2004, correspondendo a 327 657 milhares de euros.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 859 544 milhares de euros, o que corresponde a 10,1% mais do que no ano anterior, devido à contabilização, no exercício de 2005, de uma periodização de 32 milhões de euros correspondente aos compromissos derivados do Projecto 2006. Os restantes gastos gerais de administração ascenderam a 370 628 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 2,3%. Incluindo as amortizações e outros produtos e encargos com a exploração, os gastos totais com a exploração cresceram 2,2%, 31 039 milhares de euros mais do que em 2004, totalizando 1 453 495 milhares de euros. Assim, o *ratio* de eficiência situou-se nos 43,7%, com uma melhoria de 2,3 pontos percentuais relativamente ao exercício anterior.

A boa evolução do negócio bancário, com o seu impacto favorável na margem de intermediação e nas comissões, associado aos resultados positivos das sociedades participadas e a moderação dos gastos com a exploração, permitiram elevar para 26,8% a margem de exploração até 1 408 051 milhares de euros.

As perdas líquidas devido à deterioração de activos elevaram-se a 298 466 milhares de euros, isto é 97,9% mais do que em 2004, essencialmente devido à maior dotação feita às reservas gerais genérica devido ao forte aumento do investimento de crédito. Do mesmo modo, durante o ano de 2005, procedeu-se à classificação como activo duvidoso do risco de crédito com o Parque Temático de Madrid, S. A., e à realização de uma dotação específica num montante de 43,3 milhões de euros. O *ratio* de morosidade situou-se em 0,66% e a taxa de cobertura atingiu os 249,2%.

O Grupo Caja Madrid obteve um lucro antes dos impostos de 1 133 105 milhares de euros e um lucro depois dos impostos de 848 850 milhares de euros, o que representou um crescimento inter anual de 16,7% e de 17,1% respectivamente. Por último, o lucro líquido atribuído ao Grupo ascendeu a 841 256 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 122 848 milhares de euros relativamente ao fecho de 2004, isto é 17,1% de taxa inter anual.

Proposta de dotação para a obra social

O lucro registado permitirá destinar à obra social, se tal for aprovado pelos órgãos correspondentes, um total de 163 947 milhares de euros, o que representaria um aumento nesta dotação de 22 178 milhares de euros em relação ao montante do exercício do ano anterior, ou seja mais 15,6%.

Principais factores de risco do negócio

Para a Caja Madrid a gestão do risco constitui um pilar estratégico que tem como objectivo principal preservar a solidez financeira e patrimonial da Instituição e proporcionar as ferramentas que permitam o controlo e acompanhamento dos níveis de risco autorizados pelos órgãos do governo. Os princípios básicos que regem a gestão do risco na Caja Madrid são os seguintes:

Independência avaliação do crédito da carteira de forma independente da função comercial;

Visão global do risco, cuja gestão exige tanto uma função sólida de admissão e identificação, como de acompanhamento do risco autorizado. Este tratamento integral possibilita a identificação, avaliação e gestão das exposições globais por produtos, grupos de clientes, segmentos, áreas geográficas, sectores económicos e negócios;

Análise, em todos os casos, dos diferentes tipos de riscos subjacentes às operações, que são avaliadas sob as perspectivas de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional;

Delegação de faculdades, cujas instâncias e processos de decisão se encontram documentados nas faculdades em matéria de riscos da instituição.

Além disso, a Caja Madrid mantém uma melhoria contínua das suas capacidades internas, dotando-se de ferramentas para a gestão, avalia-

ção e controlo dos diferentes riscos, entre as quais se destacam as seguintes:

Modelos internos de riscos: ferramentas de *rating* e *scoring*, que actualmente se encontram em processo de validação para serem adaptadas às exigências do Novo Acordo de Capital da Basileia (NACB).

Modelos VaR para riscos de mercado, adaptados às exigências da normativa do Banco de España. Durante o ano de 2005, o Banco de España aprovou os modelos internos para o cálculo do requisito de recursos próprios da carteira de negociação por risco de mercado e de câmbio.

Como complemento destes modelos, para as carteiras mais significativas, foram desenvolvidas ferramentas de *stress-test* e de geração de cenários.

Feitos relevantes posteriores ao fecho do exercício

Não se produziram feitos relevantes dignos de serem mencionados posteriormente ao fecho do exercício.

Investigação, desenvolvimento e tecnologia

No âmbito dos processos e tecnologia, em 2005 culminou o processo de transformação iniciado em 1998 e teve início a transição para o novo Plano 2009, cujo foco principal é o cliente e que procura valorizar a liderança tecnológica do Grupo Caja Madrid através da inovação. Neste sentido, os ganhos alcançados durante este ano foram dirigidos para:

A elaboração do mapa de processos corporativo, que estrutura e documenta os procedimentos detalhados sobre os quais se baseia toda a actividade do Grupo;

A participação activa nos principais projectos nacionais e europeus que marcam as linhas evolutivas do sistema financeiro, entre os quais se destacam a criação da SESP (Sociedad Espanola de Sistemas de Pago), as iniciativas SEPA (Single Euro Payments Area) e Target 2, e a nova tecnologia para pagamentos interbancários de SwiftNet;

A evolução contínua dos diferentes portais da internet do Grupo, em que foram incorporadas novas funcionalidades e melhorias operativas, e que foram reconhecidos com a certificação AA de acessibilidade ao abrigo da norma internacional WAI (*web accessibility initiative*);

O reforço das capacidades internas nas áreas tecnológicas com o lançamento de um projecto para elevar a actual certificação CMMI para o nível 3, e o desenho de uma nova arquitectura para os sistemas baseada em processos de negócio em conformidade com as normas SOA (Services Oriented Architecture);

Os importantes avanços em matéria de cumprimento normativo e gestão de riscos, que se manifestam na implantação de novos sistemas relacionados com os acordos de Basileia II e na adaptação de todos os terminais TPV ao novo esquema EMV. Do mesmo modo, destacou-se a certificação BS7799 do British Standard Institution que coloca as práticas de segurança da Caja Madrid entre as mais avançadas do mundo.

Perspectivas do negócio

Durante o próximo exercício o Grupo Caja Madrid irá progredir no sentido de concretizar os objectivos fixados no Projecto 2006: crescimento, rentabilidade, eficiência e satisfação do cliente. Em particular, os planos de acção irão incluir os seguintes aspectos:

Continuar a avançar na gestão por segmentos do negócio mediante a concepção de novos produtos e serviços especializados para cada tipo de cliente;

Prosseguir o desenvolvimento de projectos tecnológicos que permitam completar as ferramentas de gestão existentes, garantir uma maior qualidade dos serviços aos nossos clientes e um aumento da eficiência;

Consolidar o modelo de distribuição conjunta entre o Grupo Caja Madrid e Mapfre.

(Sem assinaturas.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Caixa e depósitos em bancos centrais	1 664 546	835 228
Carteira de negociação	5 206 009	4 234 321
Outros activos financeiros de valor razoável com câmbios em perdas e ganhos	84 571	78 310
Activos financeiros disponíveis para a venda	14 596 349	13 462 428
Investimentos de crédito	79 407 438	64 115 268
Depósitos em entidades de crédito	6 318 644	6 555 188
Crédito ao cliente	72 561 773	57 330 261
Outras	527 021	229 819
Carteira de investimentos com vencimento	3 754 846	2 218 011
Derivados de cobertura	1 778 848	1 669 197
Activos não correntes em venda	10 336	11 101
Participações	1 774 595	1 510 868
Contratos de seguros vinculados a pensões	68 405	95 332
Activos materiais	1 956 090	1 822 933
Activo intangível	43 708	58 487
Activos fiscais	774 040	740 775
Periodizações	119 623	103 839
Outros activos	53 155	81 850
Total do activo	111 292 559	91 037 948

PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

	2005	2004
Passivo:		
Carteira de negociação	4 042 442	3 642 871
Passivos financeiros com custos amortizados	96 158 474	77 681 795
Depósitos de bancos centrais e entidades de crédito	10 097 225	7 116 699
Depósitos de clientes	47 324 230	42 480 892

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Débitos representados por valores negociáveis	35 084 468	25 119 781
Passivos subordinados	2 539 406	2 483 132
Outros	1 113 145	481 291
Derivados de cobertura	521 757	349 593
Provisões	366 569	387 363
Passivos fiscais	978 990	751 291
Periodizações	351 983	333 311
Outros passivos	249 764	416 001
Capital com natureza de passivo financeiro	1 140 000	1 140 000
<i>Total do passivo</i>	103 809 979	84 702 225
Património líquido:		
Interesses minoritários	56 142	50 865
Ajustes por valorização	1 284 168	842 973
Fundos próprios	6 142 270	5 441 885
<i>Total do património líquido</i>	7 482 580	6 335 723
<i>Total do património líquido e passivo</i>	111 292 559	91 037 948
	2005	2004
Pró-memória:		
Riscos contingentes	8 436 706	6 715 837
Compromissos contingentes	18 620 864	16 031 849

(Sem assinaturas.)

Conta consolidada de perdas e ganhos

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Juros e rendimentos assimilados	2 976 224	2 538 641
Juros e encargos assimilados	(1 475 603)	(1 112 915)
Rendimento de instrumentos de capital	140 178	52 504
Margem de intermediação	1 640 799	1 478 230
Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação	302 397	241 015
Comissões líquidas	712 059	624 098
Resultados de operações financeiras e diferenças de câmbio (líquido)	157 350	141 605
Margem ordinária	2 812 605	2 484 948
Vendas líquidas de sociedades não financeiras	48 941	47 711
Despesas com pessoal	(859 544)	(780 801)
Outras despesas gerais com a administração	(370 628)	(362 420)
Amortização	(247 458)	(294 335)
Outros produtos e encargos de exploração	24 135	15 100
Margem de exploração	1 408 051	1 110 203
Perdas por deterioração de activos (líquido)	(298 466)	(150 786)
Outros resultados líquidos	23 520	11 242
Resultado antes de impostos	1 133 105	970 659
Imposto sobre os lucros	(284 255)	(245 630)
Resultado consolidado do exercício	848 850	725 029
Resultado atribuído à minoria	(7 594)	(6 621)
Resultado atribuído ao Grupo	841 256	718 408

(Sem assinaturas.)

Relatório da auditoria às contas anuais consolidadas

1 — Fizemos a auditoria das contas anuais consolidadas da Caja de Ahorros e Monte de Piedad de Madrid (de aqui em diante identificada como a Caja) e das sociedades que compõem, juntamente com a Caja,

o Grupo Caja Madrid (de aqui em diante identificado como o Grupo — v. nota n.º 1), que incluem o balanço de situação a 31 de Dezembro de 2005, a conta de perdas e ganhos, o estado dos fluxos de efectivos, o estado das alterações no património líquido e o *memorandum*, consolidados, correspondentes ao exercício anual que encerrou nessa data,

cujas elaboração é da responsabilidade do conselho de administração da Caja. A nossa responsabilidade é emitir um parecer sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, com base no trabalho executado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que exigem a análise, mediante a execução de provas selectivas, da evidência justificativa das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas feitas.

2 — Tal como indicado na nota n.º 1 do *memorandum* anexo, as contas anuais consolidadas do exercício de 2005 são as primeiras que o Grupo prepara aplicando as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (NIIF-UE), que obrigam, a título de carácter geral, que as contas anuais consolidadas apresentem informação para efeitos de comparação. Neste sentido, e de acordo com a legislação comercial, o conselho de administração da Caja apresenta, para efeitos de comparação, com cada uma das entradas do balanço de situação, da conta de perdas e ganhos, do estado dos fluxos de efectivos, do estado de alterações no património líquido e do *memorandum*, consolidados, além dos valores do exercício de 2005, os valores correspondentes ao exercício anterior, que foram reelaborados com base na aplicação das NIIF-UE vigentes em 31 de Dezembro de 2005. Consequentemente, os dados referidos no exercício de 2004, que são apresentados nas contas anuais consolidadas do exercício de 2005 anexas, não são as contas anuais consolidadas do exercício de 2004 uma vez que diferem dos conteúdos das contas anuais consolidadas do referido exercício, e que foram elaboradas em conformidade com os princípios e as normas contabilísticas na altura vigentes (circular n.º 4/1991, do Banco de Espanha, de 14 de Junho) e aprovadas pela assembleia geral em reunião celebrada a 7 de Março de 2005. Na nota n.º 6 do *memorandum* das contas anuais consolidadas anexas estão descritos detalhadamente os principais efeitos que as diferenças entre as duas normativas tiveram sobre o património líquido consolidado do Grupo Caja Madrid a 1 de Janeiro de 2004 e a 31 de Dezembro de 2004 e sobre os resultados consolidados do exercício de 2004 do Grupo. O nosso parecer refere-se, exclusivamente, às contas anuais consolidadas referentes ao exercício de 2005. Com data de 15 de Fevereiro de 2005, emitimos o nosso relatório de auditoria referente às contas anuais consolidadas do exercício de 2004, formuladas em conformidade com os princípios e as normas contabilísticas vigentes no referido exercício, e no qual expressámos uma opinião favorável.

3 — Em nossa opinião, as contas anuais consolidadas anexas do exercício de 2005 reflectem, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira do Grupo Caja Madrid a 31 de Dezembro de 2005 e dos resultados consolidados das suas operações, das alterações no património líquido consolidado e dos seus fluxos de efectivos consolidados, correspondentes ao exercício anual que terminou na referida data, e contém as informações necessárias e suficientes para a sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que mantêm a uniformidade com as aplicadas na preparação das declarações financeiras e restante informação correspondentes ao exercício anterior que, como indicado no parágrafo anterior, são apresentadas nas contas anuais consolidadas anexas do exercício de 2005, única e exclusivamente, para efeitos de comparação.

4 — O relatório de gestão consolidado anexo ao exercício de 2005 contém as explicações que o conselho de administração da Caja considera oportunas sobre a situação do Grupo, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos, e não constitui uma parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que as informações contabilísticas contidas nesse relatório de gestão consolidado estão conformes com as contidas nas contas anuais consolidadas referentes ao exercício de 2005. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado apenas no âmbito mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão das informações que não sejam obtidas a partir dos registos contabilísticos das entidades do Grupo e das suas associadas.

7 de Fevereiro de 2006. — O Auditor, Deloitte S. L., representada por *Fernando Ruiz*. 3000216558

VILA GALÉ GEST — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS, S. A.

Sede social: Edifício Campo Grande, 28, 3.º-G, 1700-093 Lisboa.
Capital social: 375 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 503065781.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 11 983.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

O exercício de 2005 representou para a Vila Galé Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., o 11.º ano de actividade, exclusivamente preenchida com a gestão do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Vila Galé, tendo sido apurado um resultado líquido de 15 820,22 euros.

Em termos de evolução da sociedade prevê-se, pelo menos a curto prazo, que a sua actividade continue a ser integralmente absorvida pela gestão do único Fundo sobre o qual é, neste momento, responsável.

A descida do resultado líquido, comparativamente a 2004 (cerca de 24 000 euros), deveu-se ao custo de 10 500 euros, relativo à renda de três salas de escritórios sitos no Campo Grande, 28, 3.º-G, a partir de Julho de 2005.

Os capitais próprios desta sociedade representavam, em 31 de Dezembro de 2005 cerca de 98% do seu activo líquido.

Não ocorreram, até à data, quaisquer factos relevantes após 31 de Dezembro de 2005 que, de alguma forma, possam influenciar a aprovação das contas pelos accionistas ou a apreciação da situação financeira e patrimonial nelas evidenciada.

Para o resultado positivo do exercício de 15 820,22 euros propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Reserva legal	1 582,02
Resultados transitados	14 238,20

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *Filomena Stone — Conceição Varejão*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	22 204,84	—	22 204,64	14 823,32
152 (1)+1548 (1)+ 158 (1)+16+191 (1)– 3713 (1)	Activos financeiros detidos para negociação	—	—	—	—
152 (1)+1548 (1)+ 158 (1)+17+191 (1)– 3713 (1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
153+1548 (1)+ 158 (1)+18+192+ 34888 (1)-35221 (1)- 3531 (1)-53888 (1)- 3713 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	—
13+150+158 (1)+ 159 (1)+198 (1)+ 3303+3310 (1)+ 34018 (1)+3408 (1)- 350-3520-5210 (1)- 35221 (1)-3531 (1)- 5300-53028 (1)-3710	Aplicações em instituições de crédito	450 000,00	—	450 000,00	510 000,00
14+151+1540+ 158 (1)+190+3304+ 3305+3310 (1)+ 34008+340108- 34880-3518-35211- 35221-3531-370- 3711-3712-5210 (1)- 53018-530208-53880	Credito a clientes	—	—	—	—
156+158 (1)+159 (1)+ 22+3307+3310 (1)+ 3402-355-3524- 3713 (1)-5210 (1)- 53028 (1)-5303	Investimentos detidos até à maturidade	—	—	—	—
155+158 (1)+159 (1)+ 20+3308+3310 (1)+ 3408 (1)-354-3523- 3713 (1)-5210 (1)-5308	Activos com acordo de recompra	—	—	—	—
21	Derivados de cobertura	—	—	—	—
25-3580-3713 (1)	Activos não correntes detidos para venda	—	—	—	—
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedades de investimento	—	—	—	—
27-3581 (1)-360 (1)	Outros activos tangíveis	60 771,03	53 340,80	7 430,23	11 641,15
28-3582-3683-361	Activos intangíveis	4 732,10	4 732,10	—	—
24-357-3713 (1)	Investimentos em filiais associadas e empreendi- mentos conjuntos	—	—	—	—
300	Activos por impostos correntes	—	—	—	—
301	Activos por impostos diferidos	—	—	—	—
12+157+158 (1)+ 159 (1)+198 (1)+31+32+ 3302+3308+3310 (1)+ 338+34018 (1)+ 3408 (1)+348 (1)3584- 3525-371 (1)+50 (1)(2)- 5210 (1)-53028 (1)- 5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros activos	8 917,90	—	8 917,90	31 452,06
Total do activo		546 625,67	58 072,90	488 552,77	567 916,53

PASSIVO

Código das contas		2005	2004
	Passivo:		
38-3311 (1)–3410+ 5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de bancos centrais	—	—
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	—	—
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—
39–3311 (1)–3411+ 5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	—	—
40+41–3311 (1)–3412– 3413+5202+5203+ 5211 (1)+5310+5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	—	—
42–3311 (1)–3414+ 5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por títulos	—	—

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
46-3311 (1)-3415+5205+5211 (1)+5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos	—	—
44	Derivados de cobertura	—	—
45	Passivos não correntes detidos para venda	—	—
47	Provisões	—	—
490	Passivos por impostos correntes	—	—
491	Passivos por impostos diferidos	—	—
481+/-489 (1)-3311(1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	—	—
480-488+/-489(1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314	Outros passivos subordinados	—	—
51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1) (3)	Outros passivos	6 252,78	101 436,76
	<i>Total do passivo</i>	<u>6 252,78</u>	<u>101 436,76</u>
Capital:			
55	Capital	375 000,00	375 000,00
602	Prémios de emissão	—	—
57	Outros instrumentos de capital	—	—
58+59	Reservas de reavaliação	—	—
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	91 479,77	66 904,28
56	(Acções próprias)	—	—
64	Resultado do exercício	15 820,22	24 575,49
63	(Dividendos antecipados)	—	—
	<i>Total do capital</i>	<u>482 299,99</u>	<u>466 479,77</u>
	<i>Total de passivo + capital</i>	<u>488 552,77</u>	<u>567 916,53</u>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Conselho de Administração: *Filomena Stone* — *Conceição Varejão*. — O Técnico de Contas, *Samuel Leonardo*.**Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005**

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	3 706,45	8 111,34
56+67+6820	Juros e encargos similares	—	—
	Margem financeira	<u>3 706,45</u>	<u>8 111,34</u>
82	Rendimentos de instrumentos de capital	—	—
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	66 522,16	60 310,51
68-6820	Encargos com serviços e comissões	—	—
692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	—	—
694+834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	—	—
690+830	Resultados de reavaliação cambial	—	—
691-697-699 (1)-725-726 (1)+831+837+839 (1)+843+844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	—	—
695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-722-723-725-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843+844 (1)+848	Outros resultados de exploração	<u>253,01</u>	<u>11 750,61</u>
	Produto bancário	<u>70 481,62</u>	<u>80 172,46</u>
70	Custos com pessoal	<u>(18 147,28)</u>	<u>(16 993,67)</u>

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
71	Gastos gerais administrativos	(26 302,42)	(25 895,39)
77	Amortizações do exercício	(4 210,92)	(3 357,79)
781+783+784+785+786+788-881-883-884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-88000-88001-88010-58011-8820-8821-822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-	-
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625+7630+7641+765+766+78002 (1)+78012 (1)+7823+7828 (1)-870-8720-8718-87211-87221-8723-8724-8726-8730-8741-875-876-88002 (1)-88012 (1)-8823-8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-
768+769 (1)+78002 (1)+78012 (1)+7828 (1)-877-878-88002 (1)-88012 (1)-8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-
	Resultados antes de impostos	21 821,00	33 925,61
	Impostos:		
65	Correntes	(6 000,78)	(9 350,12)
74-86	Diferidos	-	-
	Resultados após impostos	15 820,22	24 575,49
72600-7280+8480+84400	Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
540	Resultado líquido do exercício	15 820,22	24 575,49

(¹) Parte aplicável do saldo desta rubrica.

O Conselho de Administração: *Filomena Stone* — *Conceição Varejão*. — O Técnico de Contas, *Samuel Leonardo*.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

	(Em euros)	
Rubricas	2005	2004
Caixa e disponibilidades face ao Banco de Portugal	—	—
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito no país	472 205	524 823
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	—	—
Crédito vencido	—	—
Recursos do Banco de Portugal	—	—
Recursos de instituições de crédito no país	—	—
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	—	—

O Conselho de Administração: *Filomena Stone* — *Conceição Varejão*. — O Técnico de Contas, *Samuel Leonardo*.

Inventário de títulos em base individual em 31 de Dezembro de 2005

[illegible]

(Em euros)

Natureza e espécie	Categoria de activo instrução n.º 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação	Quantidade	Valor nominal
De outros emissores:									
Adquiridos no âmbito de operações de titularização:									
Equiparados a <i>first loss position</i> (...)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros:									
Dívida não subordinada	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dívida subordinada	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Natureza e espécie	Critério valori- métrico	Valor de balanço	Valias (+/-)	Montante vencido	Correcções de valor		Percentagem de participação		Operações especiais	Obr- vações
					Impa- ridade	Outras	Capital	Direitos de voto		
Instrumentos de dívida:										
De dívida pública	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
De outros emissores públicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
De outros emissores:										
Adquiridos no âmbito de operações de titularização:										
Equiparados a <i>first loss position</i> (...)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
Outros:										
Dívida não subordinada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
Dívida subordinada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(...)										
<i>Total</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras da Vila Galé Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de balanço de 488 553 euros e um total de capital próprio de 482 300 euros, incluindo um resultado líquido de 15 820 euros), a demonstração dos resultados por natureza do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — E da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

7 — *Opinião.* — Em minha opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Vila Galé Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 31 de Maio de 2006. — A Revisora Oficial de Contas, *Ana Maria Dias Falé*.

Relatório e parecer do fiscal único

No cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as} me conferiram e no desempenho das minhas funções legais e estatutárias acompanhei com regularidade, durante o exercício de 2005, a actividade da Vila Galé Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., examinei os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatee a observância da lei e dos estatutos e obtive sempre da administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados, o respectivo anexo e o relatório de gestão lidos em conjunto com a certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a minha concordância.

Assim, sou de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão bem como o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo ao balanço e a demonstração dos resultados apresentados pelo conselho de administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que não existem objecções à proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 31 de Maio de 2006. — O Fiscal Único, *Ana Maria Dias Falé*, revisora oficial de contas. 3000213791

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SEGUROS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 1659; identificação de pessoa colectiva n.º 500268169; data da apresentação: 12 de Agosto de 1999.

Celeste de Jesus Lourenço, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção):

Certifica que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 1998, bem como as contas consolidadas relativas ao mesmo ano.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção), 11 de Novembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.

Relatório e contas de 1998

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da sociedade em 31 de Dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1998.

A economia portuguesa

A economia portuguesa teve um bom desempenho em 1998.

O crescimento do PIB é estimado na ordem dos 4,2%.

Para tal crescimento muito terão contribuído, por um lado, o aumento de 10,5% nas exportações e, pelo outro, o aumento de 8% na formação bruta de capital fixo e de 3,6% no consumo privado.

O crescimento do consumo privado, por seu turno, reflecte o aumento do nível de confiança das famílias decorrente de uma diminuição significativa da taxa de desemprego e do aumento dos salários em termos reais, ainda que moderado (3,3% nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e 45 no índice de remunerações da indústria transformadora — dados do 1.º semestre).

Esta evolução favorável beneficiou seguramente da boa conjuntura económica dos nossos principais parceiros comerciais e de factores internos como a Expo 98, mas, mais importante que isso, insere-se num processo de desenvolvimento sustentado que vem, ano após ano, a aproximar a economia portuguesa do nível médio da União Europeia.

Significativo das potencialidades estruturais da economia portuguesa foi o cumprimento dos critérios de convergência que possibilitou a Portugal integrar o núcleo inicial dos países da área euro.

Significativa é também a importância crescente do investimento português no estrangeiro.

Tudo indica pois que, mais ou menos aceleradamente em função da conjuntura internacional, Portugal vai continuar a crescer de forma sustentada, beneficiando do investimento estruturante que caracterizou os últimos anos.

Segundo o programa de estabilidade e crescimento, a economia portuguesa deverá crescer em média 3,3% entre 1999 e 2002.

É pois de crer que, a curto e médio prazo, consiga superar alguns desequilíbrios estruturais que ainda persistem, seja ao nível da estrutura produtiva, seja ao nível do *marketing* das exportações, seja ainda ao nível de alguns desajustamentos sectoriais do emprego.

A actividade financeira, particularmente importante para o sector de seguros, foi marcada pela sistemática descida das taxas de juro, no quadro dos já referidos critérios de convergência, apesar de um ligeiro agravamento da inflação — 2,8% — atribuído a razões conjunturais.

No que respeita ao segmento obrigacionista, assistiu-se por um lado ao aumento dos volumes transaccionados e, por outro, à redução das *yields* e dos *spreads* em relação aos mercados *core*.

Nos mercados de dívida pública verificou-se um decréscimo do volume transaccionado no mercado oficial, em contrapartida do cresci-

mento do MEOG (mercado especial de operações por grosso), tendo no seu conjunto crescido 58%. Por outro lado, o Tesouro procedeu ao lançamento da maturidade de 15 anos (OT Set. 98/2013 — 5,45%), alongando a *yield curve*.

No segmento da dívida privada verificou-se também um acréscimo das transacções, tanto no mercado de cotações oficiais como no segundo mercado, que no seu conjunto negociaram mais 68% do que em 1997.

No que respeita ao segmento accionista, o ano de 1998 ficou marcado por forte volatilidade, provocada pela crise financeira que deflagrou na Rússia em Agosto, a qual anulou um ganho de cerca de 50% até aí registado. Posteriormente verificou-se uma recuperação até ao final do ano, com os principais índices a ganharem 24,9% (PSI 20) e 26,8% (BVL 30).

Por outro lado, o mercado secundário caracterizou-se pelo aprofundamento da liquidez, pelo forte crescimento do volume de transacções e pela referida volatilidade. Assim, o volume de transacções médio diário cresceu 134,8%, passando de 14,9 milhões de contos em 1997 para 34,7 milhões de contos em 1998. Durante o ano tiveram lugar várias operações de dispersão de capital, tendo sido a 3.ª fase de privatização da EDP, a 3.ª fase da Cimpor, a 2.ª fase da Brisa e a OPV do BPA as mais representativas, contribuindo para o aumento da capitalização bolsista em 50,1%, a qual passou de 7162 milhões de contos para 10 748 milhões de contos.

A actividade seguradora

O mercado segurador português continua em crescimento acelerado e sustentado e está ainda longe da saturação.

Segundo os dados provisórios do ISP, o mercado cresceu 17,46% em 1998, tendo sido de 30,03% o crescimento vida e de 6,28% o crescimento não vida. Maior seria todo o crescimento dos prémios se o aumento continuado da procura não tivesse sido acompanhado de forte concorrência em matéria de preços.

Este aumento da procura é especialmente notório no mercado de particulares, devido ao crescimento do parque automóvel e do parque habitacional e à apetência pelos produtos vida e saúde.

Segundo a APS, de 1997 a 1998 o *ratio* prémios/PIB passou de 5,45% para 5,92% (e o PIB cresceu, como vimos, acima de 4%) e os prémios por habitante passaram de 103 contos para 120 contos, traduzindo um crescimento de 16,59%, enquanto a inflação se cifrou em 2,8%.

É especialmente importante destacar que em 1998 e pela primeira vez o volume de prémios vida foi superior ao dos prémios não vida, o que corresponde a uma mudança estrutural do mercado.

O comportamento das várias companhias face ao crescimento global do mercado foi, contudo, muito assimétrico.

A liderança do mercado, designadamente na área vida, pertence claramente aos grandes grupos económicos portugueses com ligação bancária.

Representam 65,31% do mercado total e 74,53% do mercado vida.

Por seu turno, cresceram 22,8% em 1998, mais uma vez com particular destaque para o crescimento de 38,6% em vida, impulsionado, em grande parte, pelos produtos financeiros.

Para além do que fica dito, em 1998 continuou o desenvolvimento de novas formas de distribuição, a diversificação dos produtos em função do binómio canal/cliente e a intensificação das redes de assistência e serviço.

Quanto à sinistralidade são ainda escassas as informações disponíveis a nível global mas é de crer que se manteve estável em relação a 1997.

A actividade da SPS em 1998

A SPS prosseguiu, em 1998, o seu projecto estratégico de desenvolvimento.

Em 1998 os prémios emitidos atingiram 15 393 301 contos, o que representa um acréscimo 10,5% em relação ao ano anterior

Os prémios não vida cresceram 4,3% apesar da forte concorrência que caracterizou o mercado português.

Os prémios vida cresceram 37,2%, mais de sete pontos percentuais acima do crescimento do mercado, o que merece particular destaque porquanto esta área de negócio é, no nosso país, dominada pelos grandes grupos financeiros com canais bancários privativos.

Mantivemos a grande prudência dos critérios de provisionamento, superiores à média do mercado, os quais são a melhor garantia dos nossos clientes e terceiros e também da solidez financeira da empresa.

Tal prudência de provisionamento é evidenciada, nomeadamente, nas certificações actuariais e nas notas do anexo às contas.

As provisões técnicas representam, no fim do exercício, 216,6% dos prémios emitidos (169,8% em não vida, 184,7% em automóvel e 247% em acidentes de trabalho).

A SPS prosseguiu a sua política de controle de custos, tendo continuado a melhorar os *ratios* custos/prémios, quer na rubrica custos de aquisição (de 18,2% para 17,1%), quer na rubrica custos administrativos (de 8,5% para 8%), quer na de custos com sinistros (de 6,6% para 6%), quer mesmo na de custos com investimentos, praticamente estável (de 3% para 2,9%).

Os activos financeiros, que, em 31 de Dezembro de 1998, atingiam 36 653 803 contos, representam cerca de 110% das provisões técnicas e, apesar do abaixamento das taxas de juro e da volatilidade da bolsa no que respeita ao segmento accionista, conseguiu-se um resultado financeiro de 8,9% daqueles activos.

Continuámos a assegurar a qualidade dos serviços aos nossos clientes no que respeita tanto à celeridade de regularização de sinistros, como à participação nos resultados vida, que continuou a ser uma das mais elevadas do mercado.

Continuámos a apostar nas novas tecnologias, bem como na eficiência dos sistemas de informação e dos procedimentos.

O efectivo do pessoal reduziu-se em 4,6%, sendo, em 31 de Dezembro, de 355 empregados.

As responsabilidades com planos de pensões estão avaliadas segundo critério mais prudente que o imposto pela autoridade de supervisão e estão integralmente cobertas.

No quadro da política de concentração no *core business*, a SPS vendeu em 1998 as suas participações na Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e na Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A., reduzindo assim o seu perímetro de consolidação. Estas operações geraram mais valias superiores a 145 000 contos.

O ano de 1998 foi ainda marcado pelos estudos e trabalhos preparatórios da concentração da SPS e da Portugal Previdente, adiante referida com mais pormenor, no quadro das alterações registadas na estrutura accionista: levantamento de processos e estruturas, avaliação de recursos, acções conducentes à realização de sinergias, etc.

Ao terminar o exercício, a SPS colhe os frutos da política desenvolvida ao longo do último decénio.

No início desse período a SPS fez um grande esforço de saneamento de carteira, redefiniu as políticas de subscrição e tarifação e procedeu a um importante reforço do provisionamento técnico.

Isto permitiu-lhe atingir os padrões técnicos e financeiros de alto nível que hoje a caracterizam.

A SPS desenvolveu simultaneamente uma dinâmica de crescimento, com particular destaque para os negócios Vida, com resultados bem evidentes neste ano de 1998 com o já referido crescimento de 37%, bem superior à média do mercado.

Introduziu, ao longo destes anos, uma cultura de serviço ao cliente e estão em curso importantes projectos de segmentação do mercado e de adequação da gama de produtos a cada segmento específico.

Inseriu-se na mesma orientação a introdução de coberturas e serviços complementares, constituindo um significativo valor acrescentado em relação aos clientes.

A excelência informática foi assumida como objectivo prioritário, com a adopção de novas tecnologias e a introdução de novas ferramentas, assim como com uma preocupação constante e bem sucedida de assegurar a fiabilidade, a flexibilidade e a acessibilidade dos sistemas.

A empresa desenvolveu um modelo prospectivo e participado de gestão, uma cultura propiciadora da criatividade e um bom clima social, a par de um esforço constante de valorização e actualização dos seus recursos humanos, através, por um lado, do recrutamento e selecção de quadros de elevada qualificação e, pelo outro, de uma acção sistemática de formação e diálogo.

A estrutura e organização da SPS e o seu modelo de desenvolvimento perspectivam assim uma rentabilidade e um crescimento sustentados.

A SPS poderá pois dar um importante contributo para a prossecução dos grandes objectivos estratégicos do grupo e da Allianz Portugal.

Modificação da estrutura accionista

A actividade da SPS em 1998 foi fortemente marcada pelas alterações verificadas na sua estrutura accionista.

Já no relatório de gestão do exercício transacto ficou referido que, no final de 1997, o Grupo AGF (Assurance Générales de France) readquiriu o controlo accionista da SPS através de uma OPA amigável

vel sobre o capital da Athena Assurances, por sua vez accionista maioritária da PFA Tiard.

Por seu turno, em 8 de Maio de 1998, as autoridades competentes da União Europeia aprovaram a aquisição de 51% do capital das Assurances Générales de France feita, também em OPA amigável, pela Allianz Aktiengesellschaft.

No âmbito da reestruturação das actividades na Europa deste grande grupo segurador alemão, que já controlava em Portugal 60% do capital da Portugal Previdente, desenvolveu-se ao longo de 1998 um vasto plano para a concentração desta última seguradora e da Sociedade Portuguesa de Seguros, projecto que, segundo o previsto e após serem obtidas as necessárias autorizações, se concretizará a breve prazo, dando origem a uma nova sociedade que adoptará a designação de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Alterações na composição do conselho de administração

No seguimento da OPA do Grupo AGF sobre a Athena e da OPA da Allianz sobre o Grupo AGF, verificaram-se ao longo de 1998, várias modificações na composição do conselho de administração da SPS.

Em 9 de Março, Guilhem Ducouret renunciou ao seu mandato, tendo o conselho cooptado, em sua substituição, Yves de Gaulle.

Yves de Gaulle, por sua vez, renunciou ao mandato em 31 de Julho.

O presidente do conselho de administração, Jean-Philippe Thierry, renunciou ao mandato em 11 de Agosto.

O conselho de administração, em reunião daquele mesmo dia, cooptou Louis de Monferrand, que substituiu Jean-Philippe Thierry e foi designado presidente do conselho, e Hughes de Roquette-Buisson, em substituição de Yves de Gaulle.

Em 23 de Outubro de 1998, faleceu inesperadamente o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, administrador, membro do conselho executivo e responsável pela área vida, saúde e acidentes pessoais da SPS.

Figura pública nacional da maior estatura e sobejamente conhecida, seria despropositado referir aqui a sua notável biografia.

O conselho de administração curva-se perante a memória do amigo e faz-se eco do pesar da SPS, a todos os níveis da sua estrutura.

Já depois de encerrado o exercício, Jean-François Lemoux renunciou também ao seu mandato, tendo o conselho de administração cooptado para o substituir o Dr. Pedro Rogério de Azevedo Seixos Vale, e, na mesma ocasião, cooptou também, para substituir o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, Klaus Duhrkop.

Referências finais

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro, o conselho de administração declara que a sociedade não tem dívidas em mora ao sector público estatal, sem prejuízo da menção contida nos parágrafos seguintes.

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o conselho de administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a segurança social. Contudo, a SPS impugnou judicialmente um processo movido pelo Centro Regional de Segurança Social de Viseu. As contribuições e juros pedidos são de 2 206 277\$, que estão provisionados, mas a SPS não reconhece esta dívida.

Já depois do encerramento do exercício, foi convocada, para se realizar no dia 16 de Março de 1999, uma assembleia geral extraordinária que deverá decidir da perda da qualidade de sociedade de subscrição pública da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

Agradecimentos

Pela confiança e pela colaboração recebidas, o conselho de administração quer agradecer:

Aos seus clientes e mediadores;

Aos accionistas;

Ao Instituto de Seguros de Portugal;

À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

Aos conselhos de administração das Bolsas de Valores à Associação Portuguesa de Seguradores;

À mesa da assembleia geral;

Ao conselho fiscal e auditores;

Aos membros do conselho executivo, aos directores e ao demais pessoal da empresa que, com a administradora-delegada Dr.ª Maria do Carmo Herédia Vieira da Fonseca e num espírito de equipa digno de registo, fizeram da SPS aquilo que ela é e que o presente relatório evidencia.

Resultados do exercício e proposta de aplicação

A SPS registou no exercício de 1998, não obstante a prudência, superior à do mercado, posta no seu provisionamento, os seus melhores resultados de sempre: 897 099 contos, antes da dedução dos custos com a projectada fusão que dará origem à Allianz Portugal, no valor de 205 490 contos.

Aquele resultado traduz-se num ROE de 12,8% e representa 6,6% dos prémios adquiridos.

O resultado final do exercício apresenta assim um lucro de 691 609 406\$10 que, acrescido aos resultados transitados, perfaz um resultado acumulado de 1 158 590 838\$50.

O conselho de administração propõe à assembleia geral que a este resultado seja dada a seguinte aplicação:

Reserva legal — 69 161 000\$;

Dividendos — 360 000 000\$;

Saldo para o exercício seguinte — 729 429 838\$50.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*.

Balanço em 31 de Dezembro de 1998**ACTIVO**

CEE	Código das contas	(Em contos)			
		Activo bruto	Ano Amortizações e provisões	Activo líquido	Ano anterior — Activo líquido
B	25+272+275	32 009	23 978	8 031	6 654
C					
I					
	Imobilizações incorpóreas				
	Investimentos:				
	Terrenos e edifícios	5 035 509	—	5 035 509	5 043 392
	De serviço próprio	2 245 262	—	2 245 262	2 179 439
	De rendimento	2 785 236	—	2 785 236	2 816 311
	Imob. em curso e adiantamentos por conta	5 011	—	5 011	47 642
	Investimentos em empresas do grupo e associadas	169 152	—	169 152	1 765 722
II					
	Partes de capital em empresas do grupo	169 152	—	169 152	1 571 623
1	20x10+22010+22110+22210+2310				
2	20x22011+22111+22211+2311				
3	20x12+22012+22112+22212+2312				
4	20x13+22013+22113+22213+2313				
	Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	194 099
	Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
III					
	Outros investimentos financeiros	31 448 999	—	31 448 999	27 563 693

CEE	Código das contas		(Em contos)			
			Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Ano anterior — Activo líquido
I	20x20+22020+22120+22220+2320	Ações, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	3 697 944	—	3 697 944	3 307 341
2	20x21+22021+22121+22221+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27 342 518	—	27 342 518	23 870 191
4	20x22+22022+22122+22222+2322	Empréstimos hipotecários	258 032	—	258 032	285 003
5	20x23+22023+22123+22223+2323	Outros empréstimos	505	—	505	683
6	20x24+22024+22124+22224+2324	Depósitos em instituições de crédito	150 000	—	150 000	100 000
7	20x25+22025+22125+22225+2323	Outros	—	—	—	—
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes	142	—	142	85
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	1 026 041	—	1 026 041	840 173
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	134 105	—	134 105	127 375
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida	51 207	—	51 207	50 687
3	3401+3411+3501+3511	Provisão para sinistros	840 729	—	840 729	662 111
4	3402+3412+3502+3512	Provisão para participação nos resultados	—	—	—	—
5	3503+3513	Outras provisões técnicas	—	—	—	—
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—
E		Devedores	4 548 781	481 554	4 067 227	2 792 147
I		Por operações de seguro directo:	—	—	—	—
	400+410+420+4700	Empresas do grupo	—	—	—	305
	42+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes	—	—	—	2 040 561
	403+413+423+4703	Outros devedores	2 419 787	232 419	2 187 368	
II		Por operações de resseguro:				
	430+440	Empresas do grupo	86 012	—	86 012	22 834
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
	433+443	Outros devedores	86 810	—	36 310	114 588
III		Por outras operações:				
	4730	Empresas do grupo	143 364	—	143 364	109 623
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
	46+4733+474	Outros devedores	1 812 808	249 135	1 563 673	504 236
IV	473	Subscritores de capital	—	—	—	—
F		Outros elementos do activo	2 010 826	579 455	1 431 371	826 965

		(Em contos)			
CEE	Código das contas	Ano			Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
I	26+271+274	1 147 762	579 455	568 307	570 723
II	50+51	863 064	—	863 064	256 242
III	28	—	—	—	—
G		639 939	—	639 939	586 761
	Acréscimos e diferimentos				
I	4800	434 420	—	634 420	576 847
II-III	4801+481	5 519	—	5 519	9 914
	Totais	44 911 398	1 084 987	43 826 411	39 425 592
PASSIVO					
CEE	Código das contas	Ano			Ano anterior
A		7 182 434		6 821 660	
	Capital próprio				
I	10	3 000 000		3 000 000	
II	11	1 125 000		1 125 000	
III					
	Capital				
	Prémios de emissão				
	Reservas de reavaliação				
III	12000	1 688 353		1 869 189	
III	12001+1201	—		—	
IV					
	Reavaliação regulamentar				
	Reavaliação legal				
	Reservas				
	Reserva legal	210 490		168 800	
	Reserva estatutária	—		—	
	Outras reservas	—		—	
V	19	466 982		241 772	
VI	88	691 609		416 899	
B					
	Resultados transitados				
	Resultado do exercício				
	Passivos subordinados	—		—	
B-A		187 708		152 806	
	Fundo para dotações futuras				
C		33 338 016		28 959 158	
	Provisões técnicas				
1	310+330	3 370 735		3 167 380	
2	300+320	12 569 212		10 025 328	
3					
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros				
	De vida	234 155		132 268	
	De acidentes de trabalho	5 735 527		5 272 723	
	De outros ramos	10 197 623		9 306 229	

CEE		Código das contas	(Em contos)	
			Ano	Ano anterior
4	305+312+322+332	Provisão para participação nos resultados	465 237	499 756
5	313+33)	Provisão para desvios de sinistralidade	38 415	39 713
6	314+334	Outras provisões técnicas	727 112	515 761
D	303+323	Provisão técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investim. é suportado pela formador de seguro	—	—
		Provisões para outros riscos e encargos	692 720	1 029 775
	4920+4+21	Provisões para pensões	645 791	811 934
	4922	Provisões para impostos	25 596	27 223
	4923	Outras provisões	20 733	190 618
F	45	Depósitos recebidos de resseguradores	665 651	466 047
G		Credores	1 479 930	1 707 527
I		Por operações de seguro directo:		
	400+410+420	Empresas do grupo	—	—
	401/2+411/2+421/2	Empresas participadas e participantes	—	—
	3+413+423	Outros credores	528 417	571 835
II		Por operações de resseguro:		
	430+440	Empresas do grupo	131 081	103 168
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	—	—
	433+443	Outros credores	126 957	148 651
IV		Empréstimos bancários:		
	4710	Empresas do grupo	—	—
	4711+4712	Empresas participadas e participantes	—	—
	4713	Outros credores	—	—
V	46	Estado e outros entes públicos	562 279	562 465
VI		Credores diversos:		
	4730	Empresas do grupo	1 085	417
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	—	—
	4733+474	Outros credores	130 111	320 991
H	492+483	Acréscimos e diferimentos	280 552	288 619
		Totais	43 826 411	39 425 592

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.)

[illegible]

CEE			Código das contas		(Em contos)	
			Ano	Ano anterior		
6						
a)		Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação):				
aa)		Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro:				
bb)	6100+6120	Montante bruto	2 159 391	1 354 566		
	61400+61410	Parte dos resseguradores	(519)	6 365	1 360 931	
b)	6101+6121+61401+61411	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	2 158 872	—	1 360 931
7	620+622+624	Participação nos resultados, líquida de resseguro		371 638		406 416
8		Custos de exploração líquidos:				
a)	6300+6302	Custos de aquisição	543 849		436 387	
b)	6310+6312	Custos de aquisição diferidos (variação)	16 662		21 100	
c)	6320+6322	Custos administrativos	193 710		165 641	
d)	720+722	Comissões e participação nos resultados de resseguro	(118 418)	635 803	(62 862)	560 266
		Custos com investimentos:				
a)	640	Custos de gestão dos investimentos	154 286		135 094	
c)	650+651+6540	Perdas realizadas em investimentos	163 413	317 699	33 626	168 720
10	660+661	Menos-valias não realizadas de investimentos		25 686		5 714
11	6900	Outros custos técnicos, líquidos de resseguro		13		15
12-A	67-77	Dotação ou utilização do fundo para dotações futuras		34 903		98 935
		Custos técnicos		4 566 072		3 559 855
13	600	Resultado da conta técnica do seguro vida		(148 442)		(169 575)
III		Conta não técnica:				
1	801	Resultado da conta técnica do seguro não vida		371 164		1 348 729
2	800	Resultado da conta técnica do seguro de vida		(148 442)		(169 475)
3		Resultado da conta técnica		222 724		1 179 154
		Proveitos dos investimentos:				
a)		Rendimentos de partes de capital:				
	74310	Relativos a empresas do grupo	31 633	3 093		
	74320	Outros	9 548	8 550	11 643	
b)		Rendimentos de outros investimentos:				
	74311/2	Relativos a empresas do grupo	—	—		
	7430+74321/2+7433	Outros	152 059	150 160	150 160	
d)	753+7542	Ganhos realizados em investimentos	99 399	292 639	2 514	164 317

CEE	Código das contas		Ano	Ano anterior	(Em contos)
34 7	763 7911+7912	Mais-valias não realizados de investimentos	35 122		26 016
		Outros proveitos	5 474		9 825
		Proveitos não técnicos	333 235		200 158
5		Custos com investimentos:			
a)	642	Custos de gestão de investimentos	12 380	32 723	32 723
c)	653+6542	Perdas realizadas em investimentos	8 300	—	—
8	663 6911+6912+6913	Menos-valias não realizadas de investimentos			49 281
		Outros custos, incluindo provisões	14 777		445 603
		Outros custos, incluindo provisões	17 154		
		Custos não técnicos	52 613		527 612
10	82	Resultado da actividade corrente	503 346		851 700
11	7910	Proveitos e ganhos extraordinários	250 031		113 513
12	6910	Custos e perdas extraordinárias	238 622		60 041
13	83	Resultado extraordinário	11 409		53 472
	84	Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar	(144 574)		(643 242)
	85	Recuper. de mais e menos-valias realizados de investimentos	325 410		157 688
14	86	Resultado antes de impostos	695 591		419 618
	87	Imposto sobre o rendimento do exercício	3 982		2 719
16	88	Resultado líquido do exercício	691 609		416 899

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Légrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas(contas individuais)

Introdução:

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., foi constituída em 2 de Maio de 1900 e tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros dos ramos vida e não vida.

No final do ano de 1997, a AGF Assurances adquiriu a maioria das acções da Athena que, por sua vez detém a maioria do capital da PFA TIARD Compagnies d'Assurances, accionista maioritária da SPS desde 1995. No início de 1998 o Governo Francês autorizou uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, operação que foi bem sucedida. Na sequência desta operação, aprovada pelas autoridades da União Europeia em Maio de 1998, o Grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No corrente ano de 1999 estas duas companhias concentrar-se-ão numa única, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o plano de contas para as empresas de seguros, estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal. As notas que se seguem respeitam a ordem definida no plano de contas, sendo de referir que os números não incluídos neste anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

Os valores são expressos, salvo informação em contrário, em milhares de escudos.

3 — Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das contas anuais, assim como os métodos de cálculo utilizados para as correcções de valor, nomeadamente amortizações e provisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos na Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram elaboradas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em imóveis e títulos de rendimento variável), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas. — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, pelo período de três anos.

	Anos
Despesas de investigação e desenvolvimento	3
Despesas em edifícios arrendados	3

b) Imobilizações corpóreas. — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas.

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

	Anos
Equipamento administrativo	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

c) Investimentos. — Os investimentos estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo. Entende-se por valor actual, o valor de mercado apurado à data da avaliação.

Imóveis — estão valorizados ao valor de mercado, apurado à data das avaliações efectuadas por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os imóveis são parcialmente ocupados pela companhia e não são amortizados.

Títulos de rendimento variável — os títulos admitidos à cotação numa bolsa oficial de valores mobiliários e que tenham efectuado cotação nos últimos 90 dias, estão valorizados de acordo com o último valor negociado.

Os restantes títulos foram valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Acções — no máximo, ao valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado.

Cautelas de acções de empresas com acções cotadas que tenham procedido a aumento de capital — ao valor de cotação dos títulos definitivos, devendo esse valor reflectir o aumento de capital.

Unidades de participação em fundos de investimento — ao valor patrimonial à data do balanço.

Títulos de participação — ao valor nominal.

Títulos de rendimento fixo — ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos resultante da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de mais e menos-valias não realizadas de investimentos. Em determinadas circunstâncias este efeito poderá ser compensado com a constituição e utilização do Fundo para Dotações Futuras e da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

d) Provisão para prémios não adquiridos. — A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *pro-rata temporis*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão constante do balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

e) Provisão matemática. — A provisão matemática do ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da Companhia e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguros, e é calculada em conformidade com as bases técnicas para cada uma das modalidades.

De acordo com estas bases técnicas, a provisão é calculada com base nas seguintes tábuas de mortalidade: PF e PM 60/64, com a taxa de juro técnica de 6% e 4%, AF e RF de 3,25%, TV 73/77 de 4% e GKM 80 de 4%, consoante as modalidades. Nos seguros individuais mistos, vida inteira e capital diferido da carteira posterior a 1 de Janeiro de 1984 a provisão matemática é Zilmerizada, ou seja, os custos de aquisição iniciais teóricos são diferidos em função do período do contrato.

f) Provisão para sinistros. — A provisão para sinistros corresponde: *i)* ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; *ii)* à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do balanço, correspondente a 1%, no ramo Vida, e a 4%, nos restantes ramos, do custo com sinistros do exercício; *iii)* ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis, a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculado com base na tábua de mortalidade PF 60/64, com taxa técnica de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, e complementado prudencialmente com referência a tábuas actuariais, de mortalidade e financeiras, mais exigentes, em obediência ao que está estipulado na norma do ISP n.º 29/95-R, de 28 de Dezembro; *iiii)* ao valor estimado para encargos futuros de gestão de sinistros Não Vida pendentes, considerando 5% das provisões para sinistros pendentes de exercícios anteriores.

g) Provisão para participação nos resultados. — A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que prevêem a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afectada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efectuada em 1 de Janeiro ou na data aniversária seguinte. Na nota n.º 45 é apresentado o movimento ocorrido, no exercício, relativamente a algumas modalidades.

h) Provisão para desvios de sinistralidade. — A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excep-

cionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os seguros de caução, riscos de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico.

i) *Provisão para riscos em curso.* — A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência apurados no exercício.

j) *Provisões técnicas de resseguro cedido.* — A provisão para prémios não adquiridos, a provisão matemática e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

l) *Provisão para recibos por cobrar.* — A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização, e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média (correspondente à receita líquida da Companhia) aos recibos por cobrar, na seguinte situação:

Ramo Vida — recibos por cobrar com uma antiguidade superior a três meses.

Ramos Não Vida — recibos cujos contratos se encontram anulados por falta de pagamento; recibos que se encontram para cobrança coerciva.

m) *Provisão para créditos de cobrança duvidosa.* — A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os saldos incluídos estão provisionados a 100%.

n) *Responsabilidade com pensões de reforma e pré-reforma.* — V. nota n.º 19.

4 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos contidos nas contas anuais que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira.

A cotação utilizada para a conversão dos investimentos em moeda estrangeira, existentes na data do balanço, foi a seguinte:

Marco alemão (DEM) — 102\$50.
Euro (EUR) — 200\$482.

6 — O nome e a sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas com menção desse exercício.

Quando se tratar de uma empresa-mãe, que não proceda a consolidação das demonstrações financeiras, deve indicar os motivos da dispensa.

Nos casos em que uma empresa for incluída na consolidação deve ser indicada a firma e a sede da empresa que prepara as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando for excluída, deve indicar:

A firma e a sede da empresa que elabora as contas consolidadas;
Os motivos que justifiquem a exclusão.

Relação das empresas do grupo:

Empresas	Sede	Participação (percentagem)	Resultado (a)	Capital próprio (a)	Ano
Empresas do Grupo:					
Unipensão — Soc. G. F. Pensões, S. A.	Lisboa	81,40	2 307	208 524	1998

(a) Elementos fornecidos antes da assembleia geral para aprovação das contas de 1998.

Em 1998, a SPS alienou as suas participações financeiras nas empresas, Planasa — Soc. Imobiliária, S. A. (72,72%), e Albatroz — Actividades Hoteleira, S. A. (20%).

7 — Número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais:

O número médio de pessoas ao serviço da sociedade foi de 362, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

Direcção executiva	5
Outros quadros superiores e médios	47
Quadros médios	105
Profissionais altamente qualificados	52
Profissionais qualificados	135
Profissionais semiquualificados	14
Estagiários para profissionais qualificados	5
Estagiários para profissionais semiquualificados	—

Notas:

A ventilação por categorias foi feita segundo a estrutura de classificação de funções constante dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, nos termos do despacho de 5 de Março de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da segurança social (*Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990).

O número médio de trabalhadores em serviço foi apurado em consonância com as instruções aplicáveis ao balanço social (número médio de pessoas ao serviço) com a seguinte adaptação: os trabalhadores em regime de tempo parcial foram considerados na proporção do seu período de trabalho em relação ao período normal de trabalho do sector de seguros.

Critério de arredondamento para a unidade mais próxima; 0,5 arredondado para a unidade superior.

A diferença entre o número total e a soma das parcelas resulta dos arredondamentos.

8 — Montante dos custos com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

Rubricas	Valores
Remunerações:	
Dos órgãos sociais	19 777
Do pessoal	1 740 556
Encargos sobre remunerações	347 488
Custos com pensões:	
Pensões e respectivos encargos	62 691
Prémios e contribuições para pensões	—

9 — Indicação, relativamente aos membros dos órgãos sociais, de forma global para cada um dos órgãos, do seguinte:

O montante dos compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados;

O montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos, com indicação da respectiva taxa de juro, das condições principais e das quantias já reembolsadas, bem como dos compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia.

Nenhum dos antigos membros dos órgãos sociais está a receber ou tem direito a receber futuramente, da parte da companhia, qualquer pensão de reforma.

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais.

Não foram assumidos compromissos, tomados por sua conta, a título de qualquer garantia.

10 — Comentários explicativos aos elementos inscritos na rubrica de imobilizações incorpóreas e justificação das situações em que sejam efectuadas amortizações por período superior a cinco anos.

As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

Despesas em edifícios arrendados — benfeitorias em edifícios arrendados para instalações próprias e que não são passíveis de recuperação;

As amortizações, de todos os elementos que integram o imobilizado incorpóreo, são efectuadas por um período de três anos.

12 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

A rubrica de devedores — por outras operações — outros devedores cujo saldo é de 1 812 807 contos, inclui saldos de cobrança duvidosa no valor de 249 135 contos, estando constituída uma provisão de igual montante.

17 — Valor das dívidas a terceiros cuja duração residual é superior a cinco anos, separadamente por cada uma das rubricas do balanço:

À excepção da provisão para sinistros e da provisão matemática que terão uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características destas provisões, não existem valores a pagar com exigibilidades para além dos cinco anos.

19 — Valor global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa. Devem ser indicados separadamente os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas e os que respeitem a empresas do grupo ou associadas.

A companhia é responsável pelos planos de pensões estabelecidos, por um lado, no capítulo v do Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, publicado no *Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995 e, por outro, em contratos individuais de trabalho em vigor.

O valor actuarial dos compromissos com planos de pensões do pessoal da SPS, apurado nos termos da Norma n.º 26/95-R, de 14/12, do ISP e com uma taxa técnica de rendas de 5% (*spread* de 3 p. p.) era, em 31 de Dezembro de 1998, de 1 805 487 contos, com a seguinte distribuição:

Pensões vitalícias (velhice e invalidez em curso): 729 123 contos;
Pensões vitalícias diferidas: 89 930 contos;
Prestações temporárias dos pré-reformados: 247 892 contos;
Serviços passados do pessoal no activo: 738 542 contos.

Tais compromissos estavam integralmente cobertos.
Estavam financiados 1 159 745 contos:

Activos do Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.: 845 298 contos;

Activos do Fundo de Pensões SPS II: 223 272 contos;
Apólice 20000057 da Comp. de Seguros BPI Vida : 25 507 contos;
Rendas asseguradas pela apólice 47 992 SPS: 65 668 contos (avaliação feita com as mesmas bases técnicas usadas no cálculo das responsabilidades).

Estavam em provisão contabilística, 645 791 contos.

Já em Janeiro de 1999, a SPS reforçou os financiamentos efectuados em 1998 com uma contribuição de 56 278 contos para o Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., que foi feito por contrapartida da provisão contabilística.

20 — Diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios:

Ano	Imposto estimado	Valor pago	Valor a pagar
Ano de 1996	1 933	1 933	—
Ano de 1997	2 719	2 719	—
Ano de 1998	3 982	—	3 982
Total	8 634	4 652	3 982

Imposto estimado refere-se apenas à tributação sobre as despesas confidenciais, visto que, para os últimos cinco anos não foi apurada outra matéria colectável, registando-se os seguintes resultados fiscais:

Ano	Resultado contabilístico	Resultado fiscal
Ano de 1993	27 813	(1 456 780)
Ano de 1994	107 061	(668 683)
Ano de 1995	151 470	(a) (1 260 315)
Ano de 1996	253 664	(a) 217 414
Ano de 1997	416 899	(a) 792 172
Total	956 907	2 376 192

(a) Valores ainda não validados pela administração fiscal.

22 — Inventário de títulos e participações financeiras, de acordo com o modelo apresentado no anexo 1.

23 — Movimentos ocorridos em várias rubricas de imobilizações (corpóreas e incorpóreas) e nas respectivas correcções de valor bem como em várias rubricas de investimentos, de acordo com os modelos apresentados nos anexos 2, 3 e 4.

24 — Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

Rubricas	Imobilizações corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	1 869 189	1 869 189
Aumentos	—	144 574	144 574
Diminuições:			
Incorporação de capital social	—	—	—
Outras	—	(325 410)	(325 410)
Fim do exercício	—	1 688 353	1 688 353
Custo histórico (a)	568 307	8 897 595	9 465 902
Reavaliações (a)	—	(180 836)	(180 836)
Valores contabilísticos reavaliados (a)	568 307	8 716 759	9 285 066

(a) Apenas foram considerados os investimentos em imóveis e em títulos de rendimento variável, cujos movimentos de valorização se contabilizam na reserva de reavaliação.

25 — Explicação do tratamento fiscal da reserva de reavaliação.

As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do Código do IRC, resulta da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda, pelo que, as

valorizações intercalares com consequente apuramento de mais e menos-valias não realizadas e a eventual constituição da reserva de reavaliação, não foram tributadas. De igual modo, a diminuição da reserva, por utilização, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas, não é considerada para efeitos fiscais.

26 — Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 — Proveitos para recibos por cobrar:				
4900 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4901 — De empresas associadas	—	—	—	—
4902 — De outras empresas participadas	—	—	—	—
4903 — De outros tomadores de seguro	299 277	7 822	74 680	232 419
491 — Proveitos para créditos de cobrança duvidosa:				
4910 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4911 — De empresas associadas	—	—	—	—
4912 — De outras empresas participadas	—	—	—	—
4913 — De outros devedores	217 230	90 109	58 204	249 135
492 — Proveitos para riscos e encargos:				
4920 — Pensões de reforma	611 105	—	213 206	397 899
4921 — Pensões de pré-reforma	200 829	47 063	—	247 892
4922 — Impostos	27 223	3 145	4 772	25 596
4923 — Outros riscos e encargos	190 618	—	169 885	20 733

27 — Explicação das situações em que os investimentos, as imobilizações e outros elementos do activo foram objecto de correcções de valor excepcionais com vista a obter vantagens fiscais e indicação dos respectivos valores.

Para além das situações referidas na nota n.º 24, não foram registadas correcções ao valor dos activos.

28 — Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

CUSTOS E PERDAS

	Ano	Ano anterior
69100 — Donativos	—	—
69101 — Mecenato	65 896	27 522
69102 — Despesas confidenciais	13 273	9 064
69103 — Perdas imobilizações corpóreas	4 134	—
69104 — Ofertas a clientes	—	277
69105 — Dívidas incobráveis	—	—
69106 — Multas e penalidades	546	188
69107 — Quotizações diversas	4 738	4 017
69108 — Correcções relativas a exercícios anteriores	—	—
69109 — Outros custos e perdas extraordinários	150 036	18 972
83 — Resultados extraordinários	11 409	53 472

PROVEITOS E GANHOS

	Ano	Ano anterior
79100 — Restituição de impostos	—	—
79101 — Recuperação de dívidas	—	—
79102 — Reduções amortizações e provisões	199 194	—
79103 — Ganhos imobilizações corpóreas	23 769	20 399
79107 — Correcções relativas a exercícios anteriores	230	—
79108 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	26 839	93 113

29 — Proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e sobre os resultados extraordinários:

O imposto sobre lucros estimado em 1998 incide na totalidade sobre os resultados extraordinários, de acordo com a tributação estabelecida para as despesas confidenciais.

33 — Com relação às seguintes provisões:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço no ano	Valor de balanço no ano anterior
Proveito de prémios não adquiridos	4 064 844	694 109	3 370 735	3 167 380
Proveitos de matemática	12 652 204	82 992	12 569 212	10 025 328
Proveitos para riscos em curso	—	—	727 112	515 761

34 — Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correcções), conforme anexo 5, e discriminação dos custos com sinistros, conforme anexo 7.

35 — Explicação dos reajustamentos (correções) apresentados em conformidade com o número anterior no caso de estes assumirem valores significativos:

Os reajustamentos dos custos de sinistros de anos anteriores apresentam-se globalmente insignificantes, e revelam um desempenho positivo.

No ramo automóvel verifica-se um reajustamento para menos de cerca de 5%, que apenas evidencia a política de prudência consistentemente seguida pela SPS na avaliação dos sinistros pendentes.

O ramo de acidentes e doença apresenta um reajustamento para mais ao mesmo nível: um reajustamento de cerca de 4,7% em acidentes de trabalho e igualmente um reajustamento positivo em doença, decorrentes das condições específicas de periodificação destas modalidades de seguro.

36 — Indicação do método de valorimetria aplicado a cada uma das rubricas dos investimentos:

Terrenos e edifícios, acções, outros títulos de rendimentos variável e unidades de participação em fundos de investimento, estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimentos fixo, conforme referido na nota n.º 3.

Empréstimos hipotecários, empréstimos sobre apólices e depósitos a prazo e à ordem, estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 — Especificação do método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios. Discriminação dos terrenos e edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação, conforme se segue:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
N	—	—
N-1	721 978	1 084 728
N-2	1 245 337	2 513 685
N-3	844 593	1 432 085
N-4	—	—
Anterior	—	—

O método para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios encontra-se discriminado na nota n.º 3.

38 — Resumo das principais hipóteses consideradas no cálculo da provisão matemática relativa ao seguro de vida:

a) Carteira nova com participação nos resultados (posterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, à excepção dos temporários anuais renováveis, foi utilizada a tabela de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros temporários anuais renováveis com início anterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tabela de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros temporários anuais renováveis com início posterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tabela de mortalidade GKM 80 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de capital em caso de Vida, foi utilizada a tabela de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de tipo financeiro foi utilizada a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias com início posterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tabela de mortalidade TV 73/77 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias, com início anterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tabela de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 6%, as provisões matemáticas de balanço destas rendas representam somente 0,9% das provisões totais;

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário;

Foi zillmerizada a provisão matemática dos seguros individuais: mistos, vida inteira e capital diferido.

b) Carteira antiga sem participação nos resultados (anterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, foi utilizada a tabela de mortalidade AF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Nos seguros de capital em caso de Vida, foi utilizada a tabela de mortalidade RF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

39 — Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) que se encontram registados nas subcontas adequadas das contas «261 — Existências», «40 — Tomadores de seguro» e «470 — Outros devedores e credores».

Na conta «2610 — Existências — salvados» encontram-se contabilizados 7085 contos relativos a salvados do ramo automóvel.

Na conta «470 — Outros devedores e credores», encontram-se contabilizados 91 231 contos relativos a reembolsos de sinistros, repartidos pelos seguintes ramos (em contos):

Automóvel	40 368
Acidentes de trabalho	50 241
Acidentes pessoais	229
Doença	393

Os valores considerados resultam sempre da aceitação expressa e solvante de terceiros quanto ao reembolso considerado.

40 — Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida entre seguro directo e resseguro aceite e, dentro do seguro directo, entre os vários ramos, conforme anexo 6.

41 — Indicação dos prémios brutos emitidos de seguro directo provenientes de contratos celebrados:

Em Portugal;
Nos outros Estados membros da Comunidade Europeia;
Nos outros países.

A Companhia celebrou em Portugal contratos de seguro directo com prémios brutos emitidos de 15 390 767 contos.

A Companhia não efectuou quaisquer contratos em outros países.

42 — Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida, de acordo com o seguinte quadro:

Prémios brutos emitidos de seguro directo		3 569 459
Relativos a contratos individuais	3 066 226	
Relativos a contratos de grupo	503 233	3 569 459
Periódicos	1 451 192	
Não periódicos	2 118 267	3 569 459
De contratos sem participação nos resultados	334 039	
De contratos com participação nos resultados	3 235 420	3 569 459
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		—
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		—
Saldo de resseguro		(55 862)

43 — Indicação do montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício, que deve incluir as comissões de qualquer natureza, nomeadamente comissões de aquisição, de renovação, de cobrança e de serviço pós-venda:

Comissões de mediação e corretagem — 997 359 contos;
Comissões de cobrança — 222 871 contos.

44 — Indicação dos investimentos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Seguro de Vida (contas 20, 21 e 240)	Seguro não vida (contas 22 e 241)	Livres (conta 23)
Terrenos e edifícios	—	3 123 758	1 906 740
Investimentos em empresas do grupo e associadas	—	—	169 152
Outros investimentos financeiros	12 933 287	18 197 551	318 162
Depósitos junto de empresas cedentes	—	142	—
Total	12 933 287	21 321 451	2 394 054

45 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros:

a) Obrigações detidas pela Companhia em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital em 31 de Dezembro de 1998 (em contos):

Juros vencidos e não pagos	57 721
Reembolsos vencidos e não pagos	196 085

Nota:

Os juros vencidos e não pagos, bem como os reembolsos vencidos e não pagos não se encontram reflectidos no balanço e na conta de ganhos e perdas, encontrando-se a totalidade do capital, vencido e não vencido, 100% provisionado.

Para prestação de caução, resultante de processos pendentes junto dos tribunais civis e do trabalho decorrentes fundamentalmente de processos de sinistros automóvel e de acidentes de trabalho, a Companhia constituiu garantias bancárias no valor de 49 289 contos.

Em cumprimento do ponto 45 da Norma n.º 16/95-R, de 12 de Setembro, do Instituto de Seguros de Portugal (exercício da actividade seguradora — ramo Vida):

Modalidades	Provisões matemáticas de balanço		Montante de participação de resultados	
	No início do exercício	No fim do exercício	Atribuída no exercício	Distribuída no exercício
Capital diferido a prémios únicos sucessivos	2 205 577	3 088 359	95 583	95 583
Plano Poupança SPS — PPR	4 876 289	6 366 456	157 023	157 023
Mistos + V. inteira	350 672	368 318	9 477	12 898
Temporários + rendas certas	52 611	48 927	13 494	15 165
Plano 2000	2 325 976	2 364 399	87 045	87 045
Rendas vitalícias em fundo autónomo	113 842	109 065	1 170	1 170
Rendas vitalícias + capitais diferidos	7 441	149 664	119	143
Multirendimento — operações de capitalização	10 300	—	—	—
Totais	9 942 708	12 495 180	363 911	369 027

d) Foram celebrados contratos-promessa de compra e venda, relativamente aos imóveis situados na Rua da Madalena, 34 e Avenida Duque d'Ávila, 72; os valores entretanto recebidos 40 000 contos, foram contabilizados em credores diversos.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas (contas individuais)

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1998, que evidencia um total de balanço de 43 826 411 contos e um total de capital próprio de 7 182 434 contos, incluindo um resultado líquido de 691 609 contos, a conta de ganhos e perdas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em, juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Conforme descrito na alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, a provisão para sinistros do ramo de acidentes de trabalho inclui 717 101 contos de provisão especial, para além dos mínimos impostos pelo Instituto de Seguros de Portugal. O efeito em resultados do ano resultante do reforço desta provisão traduziu-se num custo adicional de 90 368 contos. Esta provisão reflecte assim critérios de prudência acrescida.

7.2 — A provisão para sinistros inclui 305 243 contos de provisão para os encargos futuros de gestão dos processos de sinistros pendentes, conforme descrito na mesma alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

7.3 — Conforme referido na nota de introdução ao anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, no início do ano de 1998 foi efectuada uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, na sequência da qual o grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No exercício de 1999 irá ocorrer a fusão destas duas sociedades, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*.

Relatório do conselho fiscal

1 — Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado o relatório do conselho de administração, o balanço e a conta de ganhos e perdas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, vem o conselho fiscal submeter à vossa apreciação o seu relatório com as conclusões do exame efectuado.

2 — Consideramos que o relatório de gestão foi preparado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades, indicando de forma clara a evolução dos negócios e evolução previsível da sociedade.

3 — Consideramos que o balanço, a conta de ganhos e perdas e o anexo foram preparados em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis em Portugal ao sector segurador e de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

4 — Nos termos do artigo 452.º do Código das Sociedades, declaramos que concordamos com a certificação legal das contas, que consideramos parte integrante deste relatório.

5 — Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

6 — Em face do que antecede, emitimos o parecer que se anexa.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Parecer do conselho fiscal

Procedemos à acção fiscalizadora de Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Face ao que consta da certificação legal das contas, somos de parecer que aproveis:

a) Relatório e as contas do exercício de 1998 apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório do conselho de administração.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Relatório consolidado de gestão

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., submete à vossa apreciação o presente relatório consolidado de gestão, bem como o balanço consolidado da sociedade em 31 de Dezembro, a demonstração de resultados e os demais documentos de prestação das contas consolidadas relativos ao exercício de 1998.

A economia portuguesa

A economia portuguesa teve um bom desempenho em 1998. O crescimento do PIB é estimado na ordem dos 4,2%.

Para tal crescimento muito terão contribuído, por um lado, o aumento de 10,5% nas exportações e, pelo outro, o aumento de 8% na formação bruta de capital fixo e de 3,6% no consumo privado.

O crescimento do consumo privado, por seu turno, reflecte o aumento do nível de confiança das famílias decorrente de uma diminuição significativa da taxa de desemprego e do aumento dos salários em termos reais, ainda que moderado (3,3% nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e 4% no índice de remunerações da indústria transformadora — dados do 1.º semestre).

Esta evolução favorável beneficiou seguramente da boa conjuntura económica dos nossos principais parceiros comerciais e de factores internos como a Expo 98, mas, mais importante que isso, insere-se num processo de desenvolvimento sustentado que vem, ano após ano, a aproximar a economia portuguesa do nível médio da União Europeia.

Significativo das potencialidades estruturais da economia portuguesa foi o cumprimento dos critérios de convergência que possibilitou a Portugal integrar o núcleo inicial dos países da área euro.

Significativa é também a importância crescente do investimento português no estrangeiro.

Tudo indica pois que, mais ou menos aceleradamente, em função da conjuntura internacional, Portugal vai continuar a crescer de forma sustentada, beneficiando do investimento estruturante que caracterizou os últimos anos.

Segundo o programa de estabilidade e crescimento, a economia portuguesa deverá crescer em média 3,3% entre 1999 e 2002.

E pois de crer que, a curto e médio prazo, consiga superar alguns desequilíbrios estruturais que ainda persistem, seja ao nível da estrutura produtiva, seja ao nível do *marketing* das exportações, seja ainda ao nível de alguns desajustamentos sectoriais do emprego.

A actividade financeira, particularmente importante para os sectores de seguros e de gestão de fundos de pensões, foi marcada pela sistemática descida das taxas de juro, no quadro dos já referidos critérios de convergência, apesar de um ligeiro agravamento da inflação — 2,8% — atribuído a razões conjunturais.

No que respeita ao segmento obrigacionista, assistiu-se, por um lado ao aumento dos volumes transaccionados e, por outro, à redução das *yields* e dos *spreads* em relação aos mercados *core*.

Nos mercados de dívida pública verificou-se um decréscimo do volume transaccionado no mercado oficial, em contrapartida do crescimento do MEOG (mercado especial de operações por grosso), tendo no seu conjunto crescido 58%. Por outro lado, o Tesouro procedeu ao lançamento da maturidade de 15 anos (OT Set. 98/2013 — 5,45%), alongando a *yield curve*.

No segmento da dívida privada verificou-se também um acréscimo das transacções, tanto no mercado de cotações oficiais como no segundo mercado, que no seu conjunto negociaram mais 68% do que em 1997.

No que respeita ao segmento accionista, o ano de 1998 ficou marcado por forte volatilidade, provocada pela crise financeira que deflagrou na Rússia em Agosto, a qual anulou um ganho de cerca de 50% até aí registado. Posteriormente verificou-se uma recuperação até ao final do ano, com os principais índices a ganharem, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, 24,9% (PSI 20) e 26,8% (BVL 30).

Por outro lado, o mercado secundário caracterizou-se pelo aprofundamento da liquidez, pelo forte crescimento do volume de transacções e pela referida volatilidade. Assim, o volume de transacções médio diário cresceu 134,8%, passando de 14,9 milhões de contos em 1997 para 34,7 milhões de contos em 1998. Durante o ano tiveram lugar várias operações de dispersão de capital, tendo sido a 3.ª fase de privatização da EDP, a 3.ª fase da Cimpor, a 2.ª fase da Brisa e a OPV do BPA as mais representativas, contribuindo para o aumento da capitalização bolsista em 50,1%, a qual passou de 7162 milhões de contos para 10 748 milhões de contos.

A actividade seguradora

O mercado segurador português continua em crescimento acelerado e está ainda longe da saturação.

Segundo os dados provisórios do ISP, o mercado cresceu 17,46% em 1998, tendo sido de 30,03% o crescimento vida e de 6,28% o crescimento não vida. Maior teria sido o crescimento dos prémios se o aumento continuado da procura não tivesse sido acompanhado de forte concorrência em matéria de preços.

Este aumento da procura é especialmente notório no mercado de particulares, devido ao crescimento do parque automóvel e do parque habitacional e à apetência pelos produtos vida e saúde.

Segundo a APS, de 1997 a 1998 o *ratio* prémios/PIB passou de 5,45% para 5,92% (e o PIB cresceu, como vimos, acima de 4%), e os prémios por habitante passaram de 103 para 120 contos, traduzindo um crescimento de 16,59%, enquanto a inflação se cifrou em 2,8%.

E especialmente importante destacar que, em 1998, e pela primeira vez, o volume de prémios vida foi superior ao dos prémios não vida, o que corresponde a uma mudança estrutural do mercado.

O comportamento das várias companhias face ao crescimento global do mercado foi, contudo, muito assimétrico.

A liderança do mercado, designadamente na área vida, pertence claramente aos grandes grupos económicos portugueses com ligação bancária.

Representam 65,31% do mercado total e 74,53% do mercado vida.

Por seu turno, cresceram 22,8% em 1998, mais uma vez com particular destaque para o crescimento de 38,6% em vida, impulsionado, em grande parte, pelos produtos financeiros.

Para além do que fica dito, em 1998 continuou o desenvolvimento de novas formas de distribuição, a diversificação dos produtos em função do binómio canal/cliente e a intensificação das redes de assistência e serviço.

Quanto à sinistralidade são ainda escassas as informações disponíveis a nível global mas é de crer que se manteve estável em relação a 1997.

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 1998

A SPS prosseguiu, em 1998, o seu projecto estratégico de desenvolvimento.

Em 1998 os prémios emitidos atingiram 15 393 301 contos, o que representa um acréscimo de 10,5% em relação ao ano anterior.

Os prémios não vida cresceram 4,3% apesar da forte concorrência que caracterizou o mercado português.

Os prémios vida cresceram 37,2%, mais de sete pontos percentuais acima do crescimento do mercado, o que merece particular destaque porquanto esta área de negócio é, no nosso país, dominada pelos grandes grupos financeiros com canais bancários privados.

Foi mantida a grande prudência dos critérios de provisionamento, superiores à média do mercado, os quais são a melhor garantia dos nossos clientes e terceiros e também da solidez financeira da empresa.

Tal prudência de provisionamento é evidenciada, nomeadamente, nas certificações actuariais e nas notas do anexo às contas.

As provisões técnicas representam, no fim do exercício, 216,6% dos prémios emitidos (169,8% em não vida, 184,7% em automóvel e 247% em acidentes de trabalho).

A SPS prosseguiu a sua política de controle de custos, tendo continuado a melhorar os *ratios* custos/prémios, quer na rubrica custos de aquisição (de 18,2% para 17,1%), quer na rubrica custos administrativos (de 8,5% para 8%), quer na de custos com sinistros (de 6,6% para 6%), quer mesmo na de custos com investimentos, praticamente estável (de 3% para 2,9%).

Os activos financeiros, que, em 31 de Dezembro de 1998, atingiam 36 653 803 contos, representam cerca de 110% das provisões técnicas e, apesar do abaixamento das taxas de juro e da volatilidade da bolsa no que respeita ao segmento accionista, conseguiu-se um resultado financeiro de 8,9% daqueles activos.

Continuámos a assegurar a qualidade dos serviços aos nossos clientes no que respeita tanto à celeridade de regularização de sinistros, como à participação nos resultados vida, que continuou a ser uma das mais elevadas do mercado.

Continuámos a apostar nas novas tecnologias, bem como na eficiência dos sistemas de informação e dos procedimentos.

O efectivo do pessoal reduziu-se em 4,6%, sendo, em 31 de Dezembro, de 355 empregados. As responsabilidades com planos de pensões estão avaliadas segundo critério mais prudente que o imposto pela autoridade de supervisão e estão integralmente cobertas.

No quadro da política de concentração no *core business*, a SPS vendeu em 1998 as suas participações na Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e na Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A., reduzindo assim o seu perímetro de consolidação.

O ano de 1998 foi ainda marcado pelos estudos e trabalhos preparatórios da concentração da SPS e da Portugal Previdente, adiante

referida com mais pormenor, no quadro das alterações registadas na estrutura accionista: levantamento de processos e estruturas, avaliação de recursos, acções conducentes à realização de sinergias, etc.

Ao terminar o exercício, a SPS colhe os frutos da política desenvolvida ao longo do último decénio.

No início desse período a SPS fez um grande esforço de saneamento de carteira, redefiniu as políticas de subscrição e tarificação e procedeu a um importante reforço do provisionamento técnico.

Isto permitiu-lhe atingir os padrões técnicos e financeiros de alto nível que hoje a caracterizam.

A SPS desenvolveu simultaneamente uma dinâmica de crescimento, com particular destaque para os negócios Vida, com resultados bem evidentes neste ano de 1998 com o já referido crescimento de 37%, bem superior à média do mercado, incluindo as seguradoras com canal bancário privado.

Introduziu, ao longo destes anos, uma cultura de serviço ao cliente e estão em curso importantes projectos de segmentação do mercado e de adequação da gama de produtos a cada segmento específico.

Insere-se na mesma orientação a introdução de coberturas e serviços complementares, constituindo um significativo valor acrescentado em relação aos clientes.

A excelência informática foi assumida como objectivo prioritário, com a adopção de novas tecnologias e a introdução de novas ferramentas, assim como com uma preocupação constante e bem sucedida de assegurar a fiabilidade, a flexibilidade e a acessibilidade dos sistemas.

A empresa desenvolveu um modelo prospectivo e participado de gestão, uma cultura propiciadora da criatividade e um bom clima social, a par de um esforço constante de valorização e actualização dos seus recursos humanos, através, por um lado, do recrutamento e selecção de quadros de elevada qualificação e, pelo outro, de uma acção sistemática de formação e diálogo.

A estrutura e organização da SPS e o seu modelo de desenvolvimento perspectivam assim uma rentabilidade e um crescimento sustentados.

A SPS poderá pois dar um importante contributo para a prossecução dos grandes objectivos estratégicos do grupo e da Allianz Portugal.

Modificação da estrutura accionista

A actividade da SPS em 1998 foi fortemente marcada pelas alterações verificadas na sua estrutura accionista.

Já no relatório de gestão do exercício transacto ficou referido que, no final de 1997, o Grupo AGF (Assurance Générales de France) adquiriu o controle accionista da SPS através de uma OPA amigável sobre o capital da Athena Assurances, por sua vez accionista maioritária da PFA Tiard.

Por seu turno, em 8 de Maio de 1998, as autoridades competentes da União Europeia aprovaram a aquisição de 51%, do capital das Assurances Générales de France feita, também em OPA amigável, pela Allianz Aktiengesellschaft.

No âmbito da reestruturação das actividades na Europa deste grande grupo segurador de origem alemã, que já controlava em Portugal 60% do capital da Portugal Previdente, desenvolveu-se, ao longo de 1998, um vasto plano para a concentração desta última seguradora e da Sociedade Portuguesa de Seguros, projecto que, segundo o previsto e após serem obtidas as necessárias autorizações, se concretizará a breve prazo, dando origem a uma nova sociedade que adoptará a designação de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Alterações na composição do conselho de administração

No seguimento da OPA do Grupo AGF sobre a Athena e da OPA da Allianz sobre o Grupo AGF, verificaram-se ao longo de 1998 várias modificações na composição do conselho de administração da SPS.

Em 9 de Março, Guilhem Ducourt renunciou ao seu mandato, tendo o conselho cooptado, em sua substituição, Yves de Gaulle.

O Yves de Gaulle, por sua vez, renunciou ao mandato em 31 de Julho.

O presidente do conselho de administração, Jean-Philippe Thierry, renunciou ao mandato em 11 de Agosto.

O conselho de administração, em reunião daquele mesmo dia, cooptou Louis de Monferrand, que substituiu Jean-Philippe Thierry e foi designado presidente do conselho, e Hughes de Roquette-Buisson, em substituição de Yves de Gaulle.

Em 23 e Outubro de 1998, faleceu inesperadamente o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, administrador, membro do conselho executivo e responsável pela área vida, saúde e acidentes pessoais da SPS.

Figura pública nacional da maior estatura e sobejamente conhecida, seria despropositado referir aqui a sua notável biografia.

O conselho de administração curva-se perante a memória do amigo e faz-se eco do pesar da SPS, a todos os níveis da sua estrutura.

Já depois de encerrado o exercício, Jean-François Lemoux renunciou também ao seu mandato, tendo o conselho de administração cooptado para o substituir o Dr. Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale, e, na mesma ocasião, cooptou também, para substituir o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, Klaus Duhrop.

Também já em 1999, foi convocada, para se realizar no dia 16 de Março de 1999, uma assembleia geral extraordinária que deverá decidir da perda da qualidade de sociedade de subscrição pública da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

Resultado do exercício

O exercício de 1998 apresenta um lucro de 691 609 406\$10 que, acrescido aos resultados transitados de anos anteriores, se traduz num resultado acumulado de 1 158 590 838\$50.

A Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., em 1998

Já no relatório do exercício anterior, apontámos as transformações nas relações de trabalho e a crescente concorrência internacional como factores de saturação do modelo de fundos de pensões tradicional em Portugal.

Continuamos a acreditar no desenvolvimento de novos modelos mas não foram ainda criadas as desejáveis condições propiciadoras, seja no que respeita à vertente fiscal, seja no que se refere à repetidamente anunciada e protelada reforma do sistema de segurança social.

Em 31 de Dezembro de 1998 o valor dos oito fundos geridos pela Unipensão cifravam-se em 2 265 827 contos.

Quanto as contas da sociedade, as receitas de serviços prestados subiram quase 49% em relação ao exercício anterior, cifrando-se em 22 153 contos.

Em consequência deste acréscimo, os custos operacionais também subiram, mas a ritmo bastante inferior: 13,38%.

Assim, o prejuízo nos resultados operacionais baixou de 11 799 para 8114 contos. Os resultados financeiros, que sofreram naturalmente o impacto da queda nas taxas de juro, atingiram 11 199 contos.

Os resultados correntes passaram de 2710 para 3085 contos e o resultado do exercício antes de impostos de 3 087 358\$90 para 3 896 334\$90.

O exercício de 1998 é assim o nono consecutivo com resultados positivos e o sétimo em relação ao qual o conselho de administração propõe a distribuição de dividendos.

Em 1999 a Unipensão continuará a privilegiar a qualidade dos serviços e o controle de custos e estará atenta a todas as oportunidades de mercado que possam surgir.

Resultado do exercício

O resultado do exercício, líquido de impostos, atingiu o valor de 2 306 799\$90.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1998

	ACTIVO			(Em contos)
	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações incorpóreas	68 115	60 053	8 062	30 734
Diferenças de consolidação	—	—	—	—
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	36 075	36 075	—	24 049
Outras imobilizações incorpóreas	32 040	23 978	3 062	6 685
Investimentos:				
Terrenos e edifícios	5 035 509	—	5 035 509	7 189 469
De serviço próprio	2 245 262	—	2 245 262	2 179 439
De rendimento	2 785 236	—	2 785 236	4 721 359
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	5 011	—	5 011	288 671
Investimentos em empresas do grupo não incluídas na consolidação e associadas	—	—	—	178 365
Partes de capital em empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	178 365
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
Outros investimentos financeiros	31 648 282	—	31 648 282	28 150 785
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	3 697 944	—	3 697 944	3 307 841
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27 541 801	—	27 541 801	24 208 283
Empréstimos hipotecários	258 032	—	258 032	285 003
Outros empréstimos	505	—	505	658
Depósitos em instituições de crédito	150 000	—	150 000	349 000
Outros	—	—	—	—
Depósitos junto de empresas cedentes	142	—	142	85
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—

(Em contos)

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 026 041	—	1 026 041	840 173
Provisão para prémios não adquiridos	134 105	—	134 105	127 375
Provisão matemática do ramo vida	51 207	—	51 207	50 687
Provisão para sinistros	840 729	—	840 729	662 111
Provisão para participação nos resultados	—	—	—	—
Outras provisões técnicas	—	—	—	—
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—
Devedores	4 544 310	483 710	4 060 600	2 917 580
Por operações de seguro directo:				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	305
Outros devedores	2 419 787	232 419	2 187 368	2 040 561
Por operações de resseguro				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	86 012	—	86 012	22 834
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	86 310	—	36 810	114 588
Por outras operações:				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	132 719	—	132 719	103 113
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	1 818 982	251 291	1 567 691	636 179
Subscritores de capital	—	—	—	—
Outros elementos do activo	2 025 310	589 393	1 435 917	892 682
Imobilizações corpóreas e existências	1 158 707	589 393	569 314	579 182
Depósitos bancários e caixa	866 603	—	866 603	313 500
Outros	—	—	—	—
Acréscimos e diferimentos	653 871	653 871	599 440	—
Juros a receber	641 644	—	641 644	584 306
Outros acréscimos e diferimentos	12 227	—	12 227	15 134
<i>Totais</i>	45 001 580	1 133 156	43 444 424	40 799 313

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
Capital próprio	7 183 010	7 201 928
Capital	3 000 000	3 000 000
Acções próprias — valor nominal	—	—
Acções próprias — descontos e prémios	—	—
Prémios de emissão	1 125 000	1 125 000
Reservas de reavaliação		
Reavaliação regulamentar	1 690 055	2 005 530
Reavaliação legal	—	—
Reservas:		
Reserva legal	212 368	170 588
Reserva estatutária	—	—
Outras reservas	—	—
Resultados transitados	503 499	107 463
Resultado do exercício	650 140	507 183
Diferenças de consolidação	1 948	286 164
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	—	—
Interesses minoritários	38 796	704 430
Passivos subordinados	—	—

(Em contos)		
	Ano	Ano anterior
Fundo para dotações futuras	187 708	152 806
Provisões técnicas	33 338 016	28 959 158
Provisão para prémios não adquiridos	3 370 735	3 167 380
Provisão matemática do ramo vida	12 569 212	10 025 328
Provisão para sinistros:		
De vida	234 155	132 268
De acidentes de trabalho	5 735 527	5 272 723
De outros ramos	10 197 623	9 306 229
Provisão para participação nos resultados	465 237	499 756
Provisão para desvios de sinistralidade	38 415	39 713
Outras provisões técnicas	727 112	515 761
Provisão téc. relativas a seguros de vida em que o risco de investim. é suportado pelo tomador de seguro	—	—
Provisões para outros riscos e encargos	692 120	1 040 064
Provisões para pensões	645 791	811 934
Provisões para impostos	25 596	37 512
Outras provisões	20 733	190 618
Depósitos recebidos de resseguradores	665 651	466 047
Credores	1 481 626	1 972 451
Por operações de seguro directo:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	528 417	571 835
Por operações de resseguro:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	131 081	103 168
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	126 957	148 651
Empréstimos bancários:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	—	—
Estado e outros entes públicos	563 381	576 788
Credores diversos:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	1 085	417
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores	130 705	571 592
Acréscimos e diferimentos	281 497	302 429
Totais	43 866 424	40 799 313

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

	(Em contos)	
	Ano	Ano anterior
Custos de exploração líquidos:		
Custos da aquisição	2 091 893	2 098 739
Custos de aquisição diferidos (variação)	(18 863)	(2 406)
Custos administrativos	1 033 909	1 164 825
Comissões e particip. nos resultados de resseguro	(349 477)	(345 147)
	<u>2 757 462</u>	<u>2 916 011</u>
Custos com investimentos:		
Custos de gestão dos investimentos	272 569	248 713
Perdas realizadas em investimentos	324 876	31 806
	<u>597 445</u>	<u>280 519</u>
Menos-valias não realizadas de investimentos	37 207	9 603
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro	10 263	1 028
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1 297)	6 648
	<u>12 225 766</u>	<u>11 442 806</u>
Custos técnicos	<u>371 166</u>	<u>1 203 189</u>
Resultado da conta técnica do seguro não vida		
Conta técnica do seguro de vida:		
Prémios líquidos do resseguro:		
Prémios brutos emitidos	3 569 459	2 601 725
Prémios de resseguro cedido	(287 009)	(214 453)
	<u>3 282 450</u>	<u>2 387 272</u>
Proveitos dos investimentos:		
Rendimentos de partes de capital:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	—	—
	<u>574 018</u>	<u>675 796</u>
Rendimentos de outros investimentos:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	574 018	675 796
	<u>499 245</u>	<u>212 602</u>
Ganhos realizados em investimentos	1 073 263	888 398
Mais-valias não realizadas de investimentos	58 895	104 649
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro	25 175	24 858
	<u>4 439 783</u>	<u>3 405 177</u>
Proveitos técnicos		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro:		
Montantes pagos:		
Montantes brutos	1 034 413	1 093 239
Parte dos resseguradores	(71 693)	(127 738)
	<u>962 720</u>	<u>965 501</u>

	(Em contos)	
	Ano	Ano anterior
Provisão para sinistros (variação):		
Montantes brutos	101 887	(43 839)
Parte dos resseguradores	(43 149)	37 196
	58 738	(6 643)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação):		
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro:		
Montante bruto	2 159 391	1 354 566
Parte dos resseguradores	(519)	6 365
	2 158 872	(1 360 931)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	—
Participação nos resultados, líquida de resseguro	371 438	406 416
Custos de exploração líquidos:		
Custos de aquisição	543 849	436 387
Custos de aquisição diferidos (variação)	16 662	21 100
Custos administrativos	214 879	186 774
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(118 418)	(62 862)
		581 399
Custos com investimentos:		
Custos de gestão dos investimentos	154 286	135 094
Perdas realizadas em investimentos	163 413	33 626
		168 720
Menos-valias não realizadas da investimentos		5 714
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro	25 686	15
Dotação ou utilização do fundo para dotações futuras	34 902	98 935
		3 580 988
Custos técnicos	4 587 241	(175 811)
Resultado da conta técnica do seguro de vida	(147 458)	
Conta não técnica:		
Resultado da conta técnica do seguro não vida	371 166	1 203 189
Resultado da conta técnica do seguro de vida	(147 458)	(175 811)
Resultado da conta técnica	223 708	1 027 378
Proveitos dos investimentos:		
Rendimentos de partes de capital:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	—	—

(Em contos)	Ano	Ano anterior
Rendimentos de outros investimentos:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	163 461	305 898
	<u>163 461</u>	<u>305 898</u>
Ganhos realizados em investimentos	99 399	3 726
	<u>99 399</u>	<u>3 726</u>
Mais-valias não realizadas de investimentos		
Outros proveitos	35 122	24 435
	<u>5 474</u>	<u>11 236</u>
Proveitos não técnicos	303 456	345 295
	<u>303 456</u>	<u>345 295</u>
Custos com investimentos:		
Custos de gestão de investimentos	14 749	52 794
Perdas realizadas em investimentos	8 300	—
	<u>14 749</u>	<u>52 794</u>
Menos-valias não realizadas de investimentos		
Outros custos, incluindo provisões	12 985	31 013
	<u>17 155</u>	<u>445 608</u>
Custos não técnicos	53 189	529 415
	<u>53 189</u>	<u>529 415</u>
Resultado da actividade corrente	473 975	843 258
	<u>473 975</u>	<u>843 258</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	242 362	287 222
Custos e perdas extraordinários	239 240	84 513
	<u>239 240</u>	<u>84 513</u>
Resultado extraordinário	3 122	202 709
	<u>3 122</u>	<u>202 709</u>
Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar	1 146 366	(659 929)
	<u>1 146 366</u>	<u>(659 929)</u>
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos	325 409	157 688
	<u>325 409</u>	<u>157 688</u>
Resultado antes de impostos	656 140	543 726
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 571	17 405
Resultados em empresas associadas e do grupo, não incluídas na consolidação	—	17 185
Interesses minoritários	(429)	(36 323)
	<u>(429)</u>	<u>(36 323)</u>
Resultado líquido do exercício	650 140	507 183
	<u>650 140</u>	<u>507 183</u>

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas (contas consolidadas)

Introdução:

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., foi constituída em 2 de Maio de 1900 e tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros dos ramos vida e não vida.

No final do ano de 1997, a AGF Assurances adquiriu a maioria das acções da Athena que, por sua vez detém a maioria do capital da PFA TIARD, accionista maioritária da SPS desde 1995. No início de 1998 o governo francês autorizou uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, operação que foi bem sucedida. Na sequência desta operação, aprovada pelas autoridades da União Europeia em Maio de 1998, o Grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No corrente ano de 1999 estas duas companhias concentrar-se-ão numa única, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Em 28 de Outubro e 31 de Dezembro de 1998, a SPS alienou as participações financeiras que detinha nas sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e Planasa — Soc. Imobiliária, S. A., respectivamente, pelo que estas sociedades deixam de fazer parte do perímetro de consolidação no ano de 1998.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a Norma n.º 31/95-R, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal. As notas que se seguem respeitam a ordem definida naquela norma, sendo de referir que os números não incluídos neste anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

Os valores são expressos, salvo informação em contrário, em milhares de escudos.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras empresas:

Perímetro de consolidação:

Foram incluídas, no âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, as seguintes empresas:

Empresa	Porcentagem de controlo efectivo	Definição	Método de consolidação
Sociedade Portuguesa de Seguros	n/a	Empresa-mãe	Integral
Unipensão — SGFP	81 395	Empresa do grupo	Integral

I — Empresas do grupo incluídas na consolidação:

a) Firma e sede:

Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., Avenida da Liberdade, 259, 1250-143 Lisboa.

Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., Rua Duque de Palmela, 30, 2.º-F, 1250-098 Lisboa.

b) Proporção do capital detido (excluindo a empresa-mãe):

Empresa	Total do activo	Total dos capitais próprios	Resultado do exercício	Participação directa (porcentagem)	Participação efectiva (porcentagem)
Unipensão	221 810	208 524	2 307	81 395	81 395

Nota. — Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 1998, antes de ajustamentos de consolidação.

5 — Participações não inferiores a 10%, não incluídas na consolidação:

a) Firma e sede:

Fundimo — Sociedade Gestora de Fundo de Investimento Imobiliário, S. A., Edifício Caixa Geral de Depósitos, Avenida João XXI, 63, 2.º, 1000-300 Lisboa.

b) Proporção do capital detido:

Empresa	Porcentagem de participação	Capitais próprios	Resultado do exercício	Ano
Fundimo	10	634 931	95 315	1998

6 — Número médio de trabalhadores:

O número médio de pessoas ao serviço da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., e Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., foi de 364, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

Direcção executiva: 5.
Outros quadros superiores e médios: 47.
Quadros médios: 107.
Profissionais altamente qualificados: 52.
Profissionais qualificados: 135.
Profissionais semiquualificados: 14.
Estagiários para profissionais qualificados: 5.
Estagiários para profissionais semiquualificados: 0

Notas:

A ventilação por categorias foi feita segundo a estrutura de classificação de funções constante dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, nos termos do despacho de 5 de Março de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social (*Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990).

O número médio de trabalhadores em serviço foi apurado em consonância com as instruções aplicáveis ao balanço social (número médio de pessoas ao serviço) com a seguinte adaptação: os trabalhadores em regime de tempo parcial foram considerados na proporção do seu período de trabalho em relação ao período normal de trabalho do sector de seguros.

Crítério de arredondamento para a unidade mais próxima: 0,5 arredondado para a unidade superior.

A diferença entre o número total e a soma das parcelas em perímetro consolidado resulta dos arredondamentos.

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 174/94, de 25 de Maio, e Norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro, do ISP, que veio alargar às empresas que utilizam o plano de contas dos seguros a obrigatoriedade de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas. Em 1998 a comparabilidade com os valores do exercício transacto, foi afectada pela alteração do perímetro de consolidação provocada pela alienação das participações financeiras das sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e da Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A.

Os movimentos contabilísticos transitados, correspondentes às sociedades atrás referidas, foram anulados, tendo sido reposta a situação contabilística existente, antes da entrada dessas sociedades para o perímetro de consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do grupo. As contas individuais das empresas do grupo, à excepção da empresa-mãe, foram reclassificadas e ajustadas, por forma a garantir a uniformidade na apresentação e na aplicação de certos princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade Portuguesa de Seguros estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais.

Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas do grupo nas quais a SPS detém, directa ou indirectamente, uma participação superior a 50% foi efectuada pelo método de consolidação integral. Os saldos e as transacções significativas entre a empresa objecto de consolidação foram eliminadas na consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas do grupo é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

Lucro consolidado:

O lucro consolidado apurado, relativo ao exercício de 1998, no montante de 650 140 contos, teve a seguinte formação:

Descrição	Valor
Resultado da Sociedade Portuguesa de Seguros	691 609
Resultado da Unipensão	2 307
Anulação de dividendos	(43 347)
Interesses minoritários	(429)
Lucro consolidado	650 140

9 — Discriminação das rubricas de diferenças de consolidação e diferenças de avaliação — equivalência patrimonial:

A diferença de consolidação apurada em referência a 1 de Janeiro de 1994, de acordo com a norma ISP n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro, é a seguinte:

Empresa	Porcentagem de participação	Capitais próprios em 1994 (a)	Valor contab. particip.	Valor de balanço	Difer. de cons./ aval.
Unipensão	81 395	212 300	172 802	170 854	(1 948)

(a) Capitais próprios ajustados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

As diferenças de consolidação são resultantes da diferença entre o valor patrimonial das participações (valor proporcional que lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa) e o valor pelo qual se encontravam registadas contabilisticamente (valor de balanço) à data em que foram incluídas na consolidação, ou seja em 1995.

12 — Informações que tomem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

Foram alienadas durante o exercício de 1998, as participações financeiras que a Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., detinha nas sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A. e Planasa — Soc. Imobiliária, S. A.

A SPS, S. A., detinha sobre a sociedade Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., uma percentagem de controlo de 20 178, sendo a sociedade definida como associada e o método de consolidação o da equivalência patrimonial. Relativamente à Planasa — Soc. Imobiliária, S. A., a SPS detinha uma percentagem de 72,71665 e a sociedade era definida como empresa do grupo, utilizando-se o método de consolidação integral.

As duas sociedades atrás referidas deixaram de fazer parte do perímetro de consolidação, no exercício de 1998, tendo os registos contabilísticos transitados consolidados sido totalmente anulados.

13 — Derrogações de critérios de valorimetria estabelecidos para a consolidação:

Empresas do grupo:

Nas contas individuais da Unipensão encontram-se registados títulos de crédito no montante de 204 283 contos, que estão valorizados ao valor de aquisição, de acordo com o critério definido no Plano Oficial de Contas. A empresa-mãe valoriza os títulos de crédito de rendimento fixo ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso. A alteração do critério utilizado pela Unipensão para o critério seguido pela empresa-mãe implicaria uma alteração de valor dos referidos títulos sem efeitos materialmente relevantes. Deste modo, e segundo o ponto 9.2, da norma ISP n.º 31/95-R, não se procedeu à sua revalorização.

IV — Informações relativas a responsabilidades:

17 — Valor global dos compromissos financeiros que não figuram no balanço:

A companhia é responsável pelos planos de pensões estabelecidos, por um lado, no capítulo v do Contrato Colectivo de Trabalho para

a actividade seguradora, publicado no Bol. Trab. Emp., 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995 e, por outro, em contratos individuais de trabalho em vigor.

O valor actuarial dos compromissos com planos de pensões do pessoal da SPS, apurado nos termos da norma n.º 26/95-R, de 14/12, do ISP e com uma taxa técnica de rendas de 5% (*spread* de 3 p. p.) era, em 31 de Dezembro de 1998, de 1 805 487 contos, com a seguinte distribuição:

Pensões vitalícias (velhice e invalidez em curso): 729 123 contos;
Pensões vitalícias diferidas: 89 930 contos;
Prestações temporárias dos pré-reformados: 247 892 contos;
Serviços passados do pessoal no activo: 738 542 contos.

Tais compromissos estavam integralmente cobertos.
Estavam financiados 1 159 745 contos:

Activos do Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.: 845 298 contos;
Activos do Fundo de Pensões SPS II: 223 272 contos;
Apólice 20000057 da Companhia de Seguros BPI Vida: 25 507 contos;
Rendas asseguradas pela apólice 47 992 SPS: 65 668 contos (avaliação feita com as mesmas bases técnicas usadas no cálculo das responsabilidades).

Estavam em provisão contabilística: 645 791 contos.

Já em Janeiro de 1999, a SPS reforçou os financiamentos efectuados em 1998 com uma contribuição de 56 278 contos para o Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., que foi feito por contrapartida da provisão contabilística.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

19 — Princípios contabilísticos:

a) *Geral.* — As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram elaboradas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em imóveis e títulos de rendimento variável), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

b) *Imobilizações incorpóreas.* — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, nos seguintes anos:

Despesas de investigação e desenvolvimento — três anos.
Despesas em edifícios arrendados — três anos.

c) *Imobilizações corpóreas.* — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas.

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

	Anos
Equipamento administrativo	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

d) *Investimentos.* — Os investimentos estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo. Entende-se como valor actual, o valor de mercado apurado à data da avaliação.

Conforme referido na nota n.º 13, os títulos de crédito detidos pela Unipensão estão valorizados ao custo de aquisição.

Imóveis — os imóveis estão valorizados ao valor de mercado apurado à data das avaliações efectuadas por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP; os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados.

Títulos de rendimento variável — os títulos admitidos à cotação numa bolsa oficial de valores mobiliários e que tenham efectuado

cotação nos últimos 90 dias estão valorizados de acordo com o último valor negociado.

Os restantes títulos foram valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Acções — no máximo, ao valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado.

Cautelas de acções de empresas com acções cotadas que tenham procedido a aumento de capital — ao valor de cotação dos títulos definitivos, devendo esse valor reflectir o aumento de capital.

Unidades de participação em fundos de investimento — ao valor patrimonial à data do balanço.

Títulos de participação — ao valor nominal.

Títulos de rendimento fixo — ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso, à excepção dos títulos de rendimento fixo detidos pela Unipensão.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos resultante da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de mais e menos-valias não realizadas de investimentos. Em determinadas circunstâncias este efeito poderá ser compensado com a constituição e utilização do fundo para dotações futuras e da reserva de reavaliação regulamentar.

e) Provisão para prémios não adquiridos. — A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *pro-rata temporis*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão constante do balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

f) Provisão matemática. — A provisão matemática do ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da Companhia e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguros e é calculada em conformidade com as bases técnicas para cada uma das modalidades.

De acordo com estas bases técnicas, a provisão é calculada com base nas seguintes tábuas de mortalidade: PF e PM 60/64, com a taxa de juro técnica de 6% e 4%, AF e RF de 3,25%, TV 73/77 de 4% e GKM 80 de 4%, consoante as modalidades. Nos seguros individuais mistos, vida inteira e capital diferido da carteira posterior a 1 de Janeiro de 1984 a provisão matemática é Zilmerizada, ou seja, os custos de aquisição iniciais teóricos são diferidos em função do período do contrato.

g) Provisão para sinistros. — A provisão para sinistros corresponde i) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; ii) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do balanço, correspondente a 1% no ramo vida, e a 4% nos restantes ramos, do custo com sinistros do exercício; iii) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculado com base na tábua de mortalidade PF 60/64, com taxa técnica de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, e complementado prudencialmente com referência a tábuas actuariais de mortalidade e financeiras, mais exigentes, em obediência ao que está estipulado na Norma do ISP n.º 29/95-R, de 28 de Dezembro; iii) ao valor estimado para encargos futuros de gestão de sinistros Não Vida pendentes, considerando 5% das provisões para sinistros pendentes de exercícios anteriores.

h) Provisão para participação nos resultados. — A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que prevêem a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afectada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efectuada em 1 de Janeiro ou na data aniversária seguinte. Na nota n.º 50 é apresentado o movimento ocorrido, no exercício, relativamente a algumas modalidades.

i) Provisão para desvios de sinistralidade. — A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os seguros de caução, riscos de fenómenos sísmicos e resseguro aceite-risco atómico.

j) Provisão para riscos em curso. — A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência apurados no exercício.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido. — A provisão para prémios não adquiridos, a provisão matemática e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

m) Provisão para recibos por cobrar. — A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média (correspondente à receita líquida da Companhia) aos recibos por cobrar, na seguinte situação:

Ramo Vida — recibos por cobrar com uma antiguidade superior a três meses;

Ramos Não Vida — recibos cujos contratos se encontrem anulados por falta de pagamento; recibos que se encontram em cobrança coerciva.

n) Provisão para créditos de cobrança duvidosa. — A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os saldos incluídos estão provisionados a 100%.

o) Responsabilidade com pensões de reforma e pré-reforma. — V. nota n.º 17.

p) Impostos sobre lucros. — As empresas incluídas na consolidação são tributadas individualmente em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

20 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos contidos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira.

A cotação utilizada para a conversão dos investimentos em moeda estrangeira, existentes na data do balanço, foi a seguinte:

Marco alemão (DEM) — 102\$50.

Euro (EUR) — 200\$482.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas das contas:

21 — Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

Despesas de investigação e desenvolvimento — estudos de reorganização e de expansão/implantação territorial;

Despesas em edificios arrendados — benfeitorias em edificios arrendados para instalações próprias e que não são passíveis de recuperação.

22 — Inventário dos títulos e participações financeiras:

Informação apresentada no anexo 1.

23 — Investimentos, imobilizações corpóreas e incorpóreas — movimento ocorrido no exercício:

Informação apresentada nos anexos 2, 3 e 4.

25 — Reserva de reavaliação:

Rubricas	Imobilizações corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	2 005 530	2 005 530
Aumentos	—	1 792	1 792
Diminuições			
Incorporação de capital social	—	—	—
Outras	—	(317 267)	(317 267)
Fim do exercício	—	1 690 055	1 690 055
Custo histórico (a)	569 314	8 728 442	9 297 756
Reavaliações (a)	—	(315 475)	(315 475)
Valores contabilísticos reavaliados (a)	569 314	8 412 967	8 982 281

(a) Apenas foram considerados os investimentos em imóveis e em títulos de rendimento variável, cujos movimentos de valorização se contabilizam na reserva de reavaliação.

26 — Enquadramento fiscal da reserva de reavaliação:

As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do Código do IRC, resulta da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda, pelo que, as valorizações intercalares com consequente apuramento de mais e menos-valias não realizadas e a eventual constituição da reserva de reavaliação, não foram tributadas. De igual modo, a diminuição da reserva, por utilização, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas, não é considerada para efeitos fiscais.

27 — Provisões não técnicas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Proveitos para recibos por cobrar	299 277	7 822	74 680	232 419
Proveitos para créditos de cobrança duvidosa	219 386	90 109	58 204	251 291
Proveitos para riscos e encargos	1 040 064	50 208	398 152	692 120

29 — Resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	Ano	Ano anterior
Donativos	—	—
Mecenato	65 896	27 522
Despesas confidenciais	13 273	9 064
Perdas imobilizações corpóreas	4 134	—
Ofertas a clientes	—	277
Dívidas incobráveis	—	—
Multas e penalidades	546	190
Quotizações diversas	4 738	4 017
Correcções relativas a exercícios anteriores	—	—
Outros custos e perdas extraordinários	150 036	18 972
83 — Resultados extraordinários	3 122	202 709

PROVEITOS E GANHOS

	Ano	Ano anterior
Restituição de impostos	—	—
Recuperação de dívidas	—	—
Reduções amortizações e provisões	199 194	85 126
Ganhos imobilizações corpóreas	23 769	105 047
Correcções relativas a exercícios anteriores	230	—
Outros proveitos e ganhos extraordinários	19 169	97 049

30 — Outros investimentos financeiros — outros empréstimos:

O valor total desta rubrica, de 505 contos, refere-se na totalidade a empréstimos sobre apólices (v. quadro anexo 4).

33 — Provisões técnicas:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço no ano	Valor de balanço ano anterior
Proveito de prémios não adquiridos	4 064 844	694 109	3 370 735	3 167 380
Proveitos de matemática	12 652 204	82 992	12 569 212	10 025 328
Proveitos para riscos em curso	—	—	727 112	515 761

34 — Provisão para sinistros — relativa a sinistros ocorridos em anos anteriores:

Informação apresentada nos anexos 5 e 7.

35 — Provisão para sinistros — explicação dos reajustamentos ocorridos:

Os reajustamentos dos custos de sinistros de anos anteriores apresentam-se globalmente insignificantes, e revelam um desempenho positivo.

No ramo automóvel verifica-se um reajustamento para menos de cerca de 5%, que apenas evidencia a política de prudência consistentemente seguida pela SPS na avaliação dos sinistros pendentes. O ramo de acidentes e doença apresenta um reajustamento para mais ao mesmo nível: um reajustamento de cerca de 4,7% em acidentes de trabalho e igualmente um reajustamento positivo em doença, decorrentes das condições específicas de periodificação destas modalidades de seguro.

36 — Investimentos — critérios de valorimetria:

Terrenos e edifícios, acções, outros títulos de rendimentos variável e unidades de participação em fundos de investimento, estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimentos fixo, conforme referido na nota n.º 19, no que se refere aos investimentos detidos pela empresa-mãe. Relativamente à Unipensão os investimentos estão valorizados ao custo de aquisição.

Empréstimos hipotecários, empréstimos sobre apólices e depósitos a prazo e à ordem, estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 — Terrenos e edifícios — métodos de avaliação:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
N	—	—
N-1	721 978	1 084 728
N-2	1 245 337	2 513 685
N-3	844 593	1 432 085
N-4	—	—
Anterior	—	—

O método para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios encontra-se discriminado na nota n.º 19.

38 — Provisão matemática — pressupostos utilizados:

a) Carteira nova com participação nos resultados (posterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, à excepção dos temporários anuais renováveis, foi utilizada a tabela de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica, de juro de 4%. 0 Nos seguros temporários anuais renováveis com início anterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tabela de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros temporários anuais renováveis com início posterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tabela de mortalidade GKM 80 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de capital em caso de vida, foi utilizada a tabela de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de tipo financeiro foi utilizada a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias com início posterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tabela de mortalidade TV 73/77 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias, com início anterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tabela de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 6%, as provisões matemáticas de balanço destas rendas representam somente 0,9% das provisões totais.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

Foi zillmerizada a provisão matemática dos seguros individuais: mistos, vida inteira e capital diferido.

b) Carteira antiga sem participação nos resultados (anterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, foi utilizada a tabela de mortalidade AF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Nos seguros de capital em caso de vida, foi utilizada a tabela de mortalidade RF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

39 — Reembolsos e salvados:

Na conta «2610 — Existências — salvados» encontram-se contabilizados 7085 contos relativos a salvados do ramo automóvel.

Na conta «470 — Outros devedores e credores» encontram-se contabilizados 91 231 contos relativos a reembolsos de sinistros, repartidos pelos seguintes ramos:

Automóvel — 40 368 contos;
Acidentes de trabalho — 50 241 contos;
Acidentes pessoais — 229 contos;
Doença — 393 contos.

Os valores considerados resultam sempre da aceitação expressa e solvente de terceiros quanto ao reembolso considerado.

40 — Dívidas a terceiros com duração residual superior a cinco anos:

À excepção da provisão para sinistros e da provisão matemática que terão uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características destas provisões, não existem valores a pagar com exigibilidades para além dos cinco anos.

42 — Prémios brutos emitidos de seguro directo:

A Sociedade Portuguesa de Seguros celebrou em Portugal contratos de seguro directo com prémios brutos emitidos de 15 390 767 contos. Não foram celebrados contratos em outros países.

43 — Prémios brutos emitidos de seguro de vida:

Prémios brutos emitidos de seguro directo		3 569 459
Relativos a contratos individuais	3 066 226	
Relativos a contratos de grupo	503 233	3 569 459
Periódicos	1 451 192	
Não periódicos	2 118 267	3 569 459
De contratos sem participação nos resultados	334 039	
De contratos com participação nos resultados	3 235 420	3 569 459
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		—
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		—
Saldo de resseguro		(55 862)

44 — Comissões de seguro directo:

Comissões de mediação e corretagem — 997 359 contos;
Comissões de cobrança — 222 871 contos;
Não houve contabilização de quaisquer comissões relativas a operações entre empresas de grupo.

45 — Custos e proveitos relativamente ao seguro não vida:

Informação apresentada no anexo 6.

46 — Remunerações e responsabilidades com os membros dos órgãos sociais:

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

Sociedade Portuguesa de Seguros — 19 777 contos;
Unipensão — 1740 contos.

Nenhum dos antigos membros dos órgãos sociais das empresas do grupo está a receber ou tem direito a receber futuramente, da parte das empresas, qualquer pensão de reforma.

VII — Informações diversas:

50 — Outras informações consideradas relevantes:

a) Obrigações detidas pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital em 31 de Dezembro de 1998.

Juros vencidos e não pagos — 57 721 contos;
Reembolsos vencidos e não pagos — 196 085 contos.

Nota:

Os juros vencidos e não pagos, bem como os reembolsos vencidos e não pagos não se encontram reflectidos no balanço e na conta de ganhos e perdas, encontrando-se a totalidade do capital, vencido e não vencido, 100% provisionado.

Obrigações detidas pela Unipensão, S. A., em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital à data de 31 de Dezembro de 1998:

Juros vencidos e não pagos — 1697 contos;
Reembolsos vencidos e não pagos — 5000 contos.

b) Para prestação de caução, resultante de processos pendentes junto dos tribunais civis e do trabalho, decorrentes fundamentalmente de processos de sinistros automóvel e de acidentes de trabalho, a Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., constituiu garantias bancárias no valor de 49 289 contos.

c) Em cumprimento do ponto 45 da norma n.º 16/95-R, de 12/09, do Instituto de Seguros de Portugal (exercício da actividade seguradora — ramo Vida):

Modalidades	Provisões matemáticas de balanço		Montante de participação de resultados	
	No início do exercício	No fim do exercício	Atribuída no exercício	Distribuída no exercício
Capital diferido a prémios únicos sucessivos	2 205 577	3 088 359	95 583	95 583
Plano Poupança SPS — PPR	4 876 289	6 366 456	157 023	157 023
Mistos + V. inteira	350 672	368 318	9 477	12 898
Temporários + rendas certas	52 611	48 927	13 494	15 165
Plano 2000	2 325 976	2 364 399	87 045	87 045
Rendas vitalícias em fundo autónomo	113 842	109 065	1 170	1 170
Rendas vitalícias + capitais diferidos	7 441	149 664	119	143
Multirendimento — operações de capitalização	10 300	—	—	—
Totais	9 942 708	12 495 180	363 911	369 027

d) Foram celebrados contratos-promessa de compra e venda, relativamente aos imóveis situados na Rua da Madalena, 34, e Avenida Duque d'Ávila, 72; os valores entretanto recebidos 40 000 contos, foram contabilizados em credores diversos.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas (contas consolidadas)

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1998, que evidencia um total de balanço de 43 868 424 contos e um total de capital próprio de 7 183 010 contos, incluindo um resultado líquido de 650 140 contos, a conta de ganhos e perdas consolidada do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para

os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Conforme descrito na alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, a provisão para sinistros do ramo de acidentes de trabalho inclui 717 101 contos de provisão especial, para além dos mínimos impostos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

O efeito em resultados do ano resultante do reforço desta provisão traduziu-se num custo adicional de 90 368 contos. Esta provisão reflecte assim critérios de prudência acrescida.

7.2 — A provisão para sinistros inclui 305 243 contos de provisão para os encargos futuros de gestão dos processos de sinistros pendentes, conforme descrito na mesma alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

7.3 — Conforme referido na nota de introdução ao anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, no início do ano de 1998 foi efectuada uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, na sequência da qual o grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

No exercício de 1999, irá ocorrer a fusão destas duas sociedades, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*.

Relatório do conselho fiscal

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo conselho de administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal através da sua norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação mais relevantes apreciamos os respectivos relatórios, pareceres e certificações legais de contas emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis. Apreciamos igualmente o relatório que nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 1 do seu artigo 508.º-D, o revisor oficial de contas emitiu sobre a fiscalização das contas consolidadas a que procedeu, o qual, como exigido por lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório, e bem assim a certificação legal das contas consolidadas que subscreveu, cujo teor mereceu a nossa inteira concordância.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, o conselho fiscal deliberou formular sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as contas consolidadas o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente aos accionistas e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Parecer do conselho fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência a 31 de Dezembro de 1998 e à apreciação da concordância, com essas contas, do relatório consolidado de gestão, em resultado dos quais somos de parecer que aproveie o conjunto destes documentos.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Extracto parcial da acta da assembleia geral

No dia 29 de Março de 1999, na Avenida da Liberdade, 185 — Hotel Tivoli, sala Jardim, em Lisboa, reuniram em assembleia geral anual, os accionistas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., para deliberar sobre os vários pontos constantes da respectiva convocatória.

Tendo sido declarada validamente constituída a assembleia, foram aprovados por unanimidade o relatório de gestão, balanço, e demais

documentos de prestação de contas do exercício de 1998, bem como a proposta de aplicação de resultados, pela qual, ao resultado do exercício consubstanciado num lucro de 691 609 406\$ que, acrescido dos resultados transitados perfaz um resultado acumulado de 1 158 590 838\$, é dada a seguinte aplicação:

Reserva legal — 69 161 000\$;
Dividendos — 360 000 000\$;
Saldo para o exercício seguinte — 729 429 838\$.

Foram ainda aprovados por unanimidade o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 1998.

Lisboa, 20 de Julho de 1999. — Pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., (*Assinatura ilegível*) 3000214652

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

CAPITAL MAIS — ASSESSORIA FINANCEIRA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 7758; identificação de pessoa colectiva n.º 504336304; número e data da apresentação: 1349/21 de Abril de 2005.

Maria Margarida F. Moreira da Silva, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2004, cuja publicação se pretende na íntegra.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 22 de Junho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida F. Moreira da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.

Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Marcos Tavares de Almeida Lagoa.
Vogais:

Fernando Fonseca Cristino Coelho.
Rameschandra Kakoo.

Fiscal único:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

1 — Evolução da actividade

O exercício de 2004 fica marcado pela quebra dos resultados da sociedade, sendo que estes foram negativos no montante de — 81 845 euros.

A Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., tem por objectivo, desde a sua constituição em 18 de Novembro de 1998, a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira integrando sua actividade no âmbito da estrutura das socie-

dades participadas pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

Assim, e na prossecução dos seus objectivos como empresa especializada na prestação de serviços financeiros, serviu e apoiou outras unidades operacionais do Grupo Banco Espírito Santo, desenvolvendo igualmente acções no âmbito da assessoria a empresas na área de intermediação imobiliária.

2 — Perspectivas para 2005

Em 2005, a Capital Mais Assessoria Financeira, S. A., irá continuar a prossecução dos seus objectivos de acordo com seu estatuto de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira, estando atenta às eventuais oportunidades de negócio que possam surgir.

3 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício de 2004 foi de — 81 845 euros, para o qual e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

Para resultados transitados: — 81 845 euros.

4 — Referências

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., e em particular:

À mesa da assembleia geral, ao fiscal único, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração.

Lisboa, 15 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Relação de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social: Espírito Santo Activos Financeiros — SGPS, S. A.: 100%.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO					(Em euros)
Notas	2004			2003	
	Activo bruto	Amort. e prov. acumuladas	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas	10	889	776	112	408
Imobilizações corpóreas	10	277	267	10	66
Investimentos financeiros	10	13 495	13 119	377	377
		<u>14 661</u>	<u>14 162</u>	<u>499</u>	<u>850</u>
Circulante:					
Dívidas de terceiros	34	846 280	835 145	11 135	47 580
Depósitos bancários e caixa	48, al. b)	1 235 836	—	1 235 836	204 796
		<u>2 082 116</u>	<u>835 145</u>	<u>1 246 972</u>	<u>252 376</u>
Acréscimos e diferimentos	48, al. d)	922	—	922	127
<i>Total do activo</i>		<u>2 097 699</u>	<u>849 307</u>	<u>1 248 392</u>	<u>253 353</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
	Notas	2004	2003		
Capital próprio:					
Capital	40	50 000	50 000		
Reservas legais	40	10 000	10 000		
Restantes reservas e outros capitais próprios	40	56 354	—		
Resultados transitados	40	—	—		
Resultado líquido do exercício	40	(81 845)	56 354		
<i>Total do capital próprio</i>		<u>34 509</u>	<u>116 354</u>		
Passivo:					
Dívidas a terceiros de curto prazo	48, al. c)	1 204 075	129 732		
Acréscimos e diferimentos	48, al. e)	9 808	7 267		
<i>Total do passivo</i>		<u>1 213 883</u>	<u>136 999</u>		
<i>Total do capital próprio e passivo</i>		<u>1 248 302</u>	<u>253 353</u>		

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004**CUSTOS E PERDAS**

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos		35 342	13 093
Custos com o pessoal:			
Remunerações	500	500	900
Encargos sociais	—	—	9
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		351	1 155
Provisões	34 e 46	835 145	—
Impostos	3	3	15
Outros custos operacionais	—	—	—
(A)		871 341	15 172
Juros e custos similares	45	140	196
(C)		871 481	15 369
Custos e perdas extraordinários		—	1
(E)		871 481	15 370
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	285 734	19 887
(G)		1 157 215	35 257
Resultado líquido do exercício	40	(81 845)	56 354
		1 075 370	91 611

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004	2003
Prestações de serviços	44	1 067 987	60 000
(B)		1 067 987	60 000
Outros juros e proveitos similares	45	7 382	8 052
(D)		1 075 369	68 052
Proveitos e ganhos extraordinários		1	23 559
(F)		1 075 370	91 611

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	196 646	44 828
Resultados financeiros: [(D)–(B)]–[(C)–(A)] =	7 242	7 856
Resultados correntes: (D)–(C) =	203 888	52 683
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =	203 889	76 241
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =	(81 846)	56 354

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004

(Em euros)

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	1 067 987	60 000
Custo das vendas e prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	1 067 987	60 000
Outros proveitos e ganhos operacionais	1	23 559
Custos administrativos	(35 845)	(15 174)
Outros custos e perdas operacionais	(835 496)	—
Resultados operacionais	196 648	68 386
Custo líquido de financiamento	7 242	7 856

	(Em euros)	
	2004	2003
Resultados correntes	203 889	76 241
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre o rendimento exercício	(285 734)	(19 887)
Resultados líquidos	(81 845)	56 354
Resultados por acção	—	5,64

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

	(Em euros)	
	2004	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 270 905	
Pagamentos a fornecedores	(37 373)	
Pagamentos ao pessoal	(500)	
Fluxos gerados pelas operações	1 233 032	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	29 887	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(117 112)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(87 225)	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	17	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		1 145 824
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	—	
Juros e proveitos similares	5 216	
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	—	
Imobilizações corpóreas	—	
Imobilizações incorpóreas	—	
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		5 216
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	—	
Aumentos de capital, prestações, suplementares e prémios de emissão	—	
Subsídios e doações	—	
Venda de acções próprias	—	
Cobertura de prejuízos	—	
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(120 000)	
Amortização de contratos de locação financeira	—	
Juros e custos similares	—	
Dividendos	—	
Reduções de capital e prestações suplementares	—	
Aquisições de acções próprias	—	
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(120 000)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1 031 041
Efeito da diferença de câmbio		—
Caixa e seus equivalentes no início do ano		204 796
Caixa e seus equivalentes no fim do ano		1 235 836

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

Introdução:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 18 de Novembro de 1998 sob a forma de sociedade anónima, tendo por objecto a prestação de serviços de assessorial de investimentos e consultoria económica e financeira, com um capital social inicial de 5 milhares de escudos.

Em Março de 2001, por deliberação em assembleia geral de 31 de Março, procedeu-se à redenominação do capital social da sociedade para euros, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, resultando um aumento do capital de 25 060 euros, o qual foi efectuado por incorporação de reservas legais, de forma a atingir o mínimo legal estipulado no artigo 276.º do Código das Sociedades Comerciais de 50 000 euros.

2 — Valores comparativos:

No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas e ou critérios contabilísticos com efeitos importantes nas demonstrações financeiras, pelo que os valores deste exercício são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício anterior.

De referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores ou informações a reportar.

3 — Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais princípios contabilísticos aplicáveis às demonstrações financeiras da sociedade são apresentados como segue:

a) Especialização de exercícios. — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente às rubricas de custos e de proveitos.

b) Imobilizações corpóreas e amortizações. — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são amortizadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais,

consignadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens ao serviço da sociedade:

Anos

Outras imobilizações corpóreas 5

c) Impostos sobre os lucros. — A Capital Mais está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 31 de Dezembro de 2004, não existiam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais.

d) Acréscimos e diferimentos. — Acréscimos e diferimentos (juros não vencidos relativos a investimentos financeiros e títulos negociáveis): cálculo efectuado dia a dia à respectiva taxa de remuneração.

6 — Imposto sobre o rendimento:

	2004	2003
Lucro contabilístico antes de impostos	203 889	76 241
Correcções ao resultado contabilístico	835 115	(16 281)
Lucro tributável	1 039 004	59 961
Estimativa de imposto sobre os lucros	285 734	19 887
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (em percentagem)	140,14	26,08
Pagam. por conta efect. no exercício	14 806	63 288
IRC a pagar/recup. em 31 de Dezembro	270 929	(43 401)

10 — Movimentos ocorridos no activo imobilizado:

Activo bruto:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações/provisões	Transferências	Alienações/abates	Saldo líquido final
Imobilizações incorpóreas:						
Outras	889	—	—	—	—	889
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transmissão	277	—	—	—	—	277
Investimentos financeiros:						
Partes de capital	13 495	—	13 119	—	—	377

Amortizações:

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Outras	481	295	—	776
Imobilizações corpóreas:				
Outras	212	55	—	267

16 — Informação relativa a empresas do grupo e empresas associadas:

A sociedade é detida a 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., com sede na Avenida Álvares Cabral, 41, rés-do-chão, em Lisboa, sendo as suas contas consolidadas com as desta empresa.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O montante de dívidas de cobrança duvidosa (835 145 euros), incluído na rubrica de dívidas de terceiros do balanço da sociedade refere-se a um único saldo correspondente a um acordo entre a sociedade e a ESAF relativo a uma transacção da qual resultou uma acção fiscal com probabilidade de resultado adverso, tendo por isso a administração da sociedade decidido a constituição de uma provisão (v. nota n.º 34).

34 — Movimento de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para cobrança duvidosa	—	835 145	—	835 145
Provisão para investimentos financeiros	13 119	—	—	13 119
<i>Total</i>	13 119	835 145	—	848 264

A provisão para cobranças duvidosas foi constituída para fazer face a um saldo de devedores. Foi decidido provisionar o seu saldo dado que é convicção da sociedade que a probabilidade do seu recebimento é muito reduzida.

A provisão para investimentos financeiros apresentada no balanço foi criada no exercício de 2002 e mantém-se até à presente data por se continuar a verificar a desvalorização de alguns títulos que compõem a carteira.

36 — Acções de capital:

O capital da sociedade é representado por 10 milhares de acções, nominativas ou ao portador, com o valor nominal de 5 euros, totalmente subscrito e realizado.

37 — Pessoas colectivas com participação igual ou superior a 20% do capital:

O capital da sociedade é detido em 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

40 — Movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

	Total da situação líquida	Capital	Reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	116 354	50 000	66 354
Distribuição aos accionistas	—	—	—
Lucro do exercício	(81 845)	—	(81 845)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	34 509	50 000	(15 491)

Em conformidade com a decisão da assembleia geral realizada a 31 de Março de 2004, que aprovou as contas do exercício de 2003, foi deliberado relativamente ao resultado do exercício acrescer a reservas livres o valor de 56 354 euros.

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar eventuais prejuízos, tendo sido reforçada anualmente por uma percentagem não inferior a 5% do resultado líquido o que à presente data já constitui a quinta parte do capital social, não sendo por isso necessária a constituição de uma reserva superior.

43 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

A Capital Mais suportou os seguintes custos relativamente a remunerações dos membros dos órgãos sociais, que inclui a remuneração do fiscal único:

Ano de 2004 — 5226;
Ano de 2003 — 5626.

Esta sociedade não assume quaisquer responsabilidades em matéria de pensões relativamente aos seus órgãos sociais.

Durante o exercício não foram efectuados adiantamentos, concedidos créditos ou prestadas garantias a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

44 — Repartição do valor das prestações de serviço por actividade e por mercados:

Os proveitos da sociedade, resultantes da actividade de assessoria e consultoria económica e financeira, repartiram-se do modo abaixo indicado, sendo que em 2003 se verificou um significativo decréscimo da actividade:

	2004	2003
Mercado nacional	1 067 987	60 000

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados	—	—
Outros custos e perdas financeiros	140	196
Resultados financeiros	7 242	7 856
	7 382	8 052

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos	7 382	8 052

O montante de 7382 euros (2003: 8052 euros) registado na rubrica de juros obtidos diz respeito aos proveitos provenientes dos depósitos a prazo constituídos pela sociedade junto do Banco Internacional de Crédito.

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Aumento de amortiz. e provisões (v. nota n.º 34)	835 145	—
Correcções relativas a exercícios anteriores	—	1
Resultados extraordinários	—	23 558
	835 145	23 559

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Ganhos em imobilizações	—	1 177
Correcção ao exercício anterior	—	6 417
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1	15 965
	1	23 559

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Fornecimentos e serviços externos:

	2004	2003
Combustíveis	—	316
Material de escritório	—	246
Comunicação	759	—
Seguros	—	550
Vigilância e segurança	1 135	1 097
Publicidade	2 603	2 541
Trabalhos especializados	4 726	4 786
Honorários	25 000	—
Outros serviços — ESAF — SGPS	—	3 000
Outros	1 118	557
	35 342	13 093

O valor de 25 000 euros da rubrica de honorários, diz respeito a despesas incorridas na obtenção de informação para o estudo de via-

bilidade num novo projecto. O valor da rubrica de outros, deve o seu acréscimo ao mesmo motivo da rubrica de honorários.

b) Depósitos bancários:

Incluem depósitos a prazo no Banco Internacional de Crédito (BIC), pelo montante de 1 230 000 euros (2003: 190 000 euros) com vencimento num prazo inferior a três meses. O valor remanescente corresponde a depósitos à ordem no Banco Espírito Santo e no BIC nos valores de 2501 euros (2003: 2702 euros) e 3235 euros (2003: 11 994 euros), respectivamente. O BES e o BIC integram o Grupo Banco Espírito Santo.

c) Dívidas a terceiros de curto prazo:

Esta rubrica inclui um montante de 830 000 euros correspondente a um suprimento efectuado pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

d) Acréscimos e diferimentos (contas do activo):

	2004	2003
Acréscimos de proveitos:		
Juros de depósitos bancários	922	112
Custos diferidos:		
Seguros	—	15
	922	127

e) Acréscimos e diferimentos (contas do passivo):

	2004	2003
Acréscimos de custos:		
Outros acréscimos de custos	9 808	7 267

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui valores que estão especializados mas que aguardam facturas que só serão emitidas em 2005, embora o custo diga respeito ao ano de 2004.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas da sociedade Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 1 248 392 euros e um total de capital próprio positivo igualmente de 34 509 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 81 845 euros.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas,

baseadas em juízos e critérios definidos pela administração na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e a aplicabilidade ou não do princípio da continuidade.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Capital-Mais — Assessoria Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 21 de Março de 2005. — O Revisor Oficial de Contas, *Amílcar Martins Escudeiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

Na qualidade de fiscal único e de revisor oficial de contas da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., desenvolvemos, ao longo do exercício de 2004, nossa função de fiscalização, cabendo-nos, em final de exercício, elaborar relatório e parecer, que permitam compreender as acções desenvolvidas e as conclusões tiradas.

Destina-se assim este relatório, dando cumprimento à lei e aos estatutos, a informar os accionistas sobre aquela matéria.

Tendo em conta a actividade da sociedade durante o exercício, procurámos proceder aos exames e apreciações que considerámos ajustados ao fim em vista.

Verificámos, por amostragem, a contabilização dos documentos que resultaram das operações concretizadas, tendo analisado, simultaneamente, a sua vertente formal.

Inteirámos-nos dos movimentos e critérios seguidos no que concerne a amortizações e provisões. Quanto às primeiras, seguiu-se, à semelhança do exercício anterior, o critério da aceitação fiscal. No que diz respeito às segundas, revelam um reforço elevado, por força da inclusão no activo de uma verba resultante de acordo negocial conduzido pela administração com terceiros. Conforme informação colhida, esta verba encerra elevado risco de cobrança, conforme, aliás, se refere no anexo que acompanha as contas. Por este motivo, o critério seguido afigurasse-nos ponderado.

Verificámos que a empresa procurou assegurar a especialização dos exercícios. Apesar de não ter procedido ao diferimento dos impostos, dado o nível de materialidade envolvido, afiguram-se-nos satisfatórios os procedimentos seguidos e a aderência de custos e proveitos, aos exercícios, obtida.

Confirmámos as reconciliações bancárias e testámos os movimentos efectuados nesta área.

Analisámos o cumprimento das obrigações legais, designadamente em termos de impostos, com base nos registos efectuados e na documentação comprovante. Confirmámos a boa escrituração dos livros obrigatórios. Confirmámos a execução das deliberações da assembleia geral que aprovou as contas de 2003.

Verificámos as contas de custos e proveitos e confirmámos as variações das componentes das rubricas do capital próprio, cuja desdida se encontra justificada nos resultados obtidos.

A empresa elaborou a demonstração dos resultados por funções e bem assim a dos fluxos de caixa.

Apreciamos o cálculo da estimativa dos impostos sobre o rendimento que não contempla, em nossa opinião, bem, o efeito da provisão para cobranças duvidosas constituída para atender ao crédito acima referido, tendo em conta a documentação disponível.

A nosso pedido, foi-nos facultada a declaração do órgão de gestão, recomendada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Presentes os documentos de prestação de contas elaborados pela administração, verificámos a sua conformidade com os registos e as normas legais. Isso permitiu-nos concluir que o relatório, embora não muito extenso, por desnecessário, é tradutor do andamento dos negócios da empresa.

Também o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo a estes documentos respeitam as normas quanto à sua apresentação, correspondem aos registos da empresa e dão, desta, uma imagem verdadeira no que diz respeito à sua situação patrimonial. A proposta de aplicação dos resultados configura-se-nos ponderada, em função dos resultados obtidos.

Por estes factos, emitimos a certificação legal das contas, em documento anexo.

Do mesmo modo, confirmamos que o relatório da administração, as contas e a proposta para a aplicação dos resultados do exercício têm o nosso parecer favorável, pelo que propomos a sua aprovação pela assembleia geral.

Tendo contado sempre com o apoio e disponibilidade da administração e dos serviços, desejamos aqui agradecer esse facto, bem como o facto de o conselho de administração ter tido a amabilidade de nos consignar uma referência no seu relatório.

Lisboa, 21 de Março de 2005. — O Fiscal Único, *Amílcar Martins Escudeiro*, revisor oficial de contas. 2008411834

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

FINIBANCO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 45 635/890112; identificação de pessoa colectiva n.º 502090243; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 7/13 de Abril de 1995; pasta n.º 3574.

Ligia Maria Gigante Pinheiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifica que são do seguinte teor os documentos de prestação de contas da sociedade em epígrafe, relativos ao ano de exercício de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 15 de Maio de 1995. — A Segunda-Ajudante, *Ligia Maria Gigante Pinheiro*.

Mensagem do presidente

Com o consumo interno a revelar-se pouco dinâmico, a economia portuguesa iniciou, timidamente, a fase de recuperação, graças à animação das exportações. É um bom sinal que nos deveria confortar, sobretudo tendo presente o efeito acelerador que a procura externa exerce em qualquer processo de recuperação económica. Contudo, o efeito conjugado das elevadas taxas de juro reais e o nível de endividamento das empresas, está a reduzir a capacidade de reacção do tecido empresarial, dificultando a sua modernização e adiando projectos de investimento.

É neste cenário, bem conhecido, que se desenvolve o negócio bancário a sofrer ainda, nesta fase do ciclo económico, o efeito retardado da crise que a realidade objectiva dos balanços vai revelando.

Senhores accionistas, o Finibanco, o vosso Banco, cumpriu um exercício em que teve de conciliar o forte investimento indispensável ao seu lançamento e enfrentar o efeito da conjuntura económica adversa e de um ambiente de intensa e agressiva concorrência.

Do relatório e contas que agora se submete à apreciação dos accionistas, realça-se o facto de os activos terem atingido a cifra de 33,5 milhões de contos, sensivelmente o dobro do verificado no ano precedente. Para um Banco em fase de lançamento e nas condições adversas de mercado, bem conhecidas e anteriormente assinaladas, o *cash-flow* de 676 000 contos é meritório, mérito que me compete endossar ao Eng. Humberto da Costa Leite, que presidiu aos destinos do vosso Banco até 31 de Outubro, data em que, por opção sua, me fez cooptar para a presidência do Finibanco. Os lucros de 66 000 contos apurados antes de impostos, traduzem uma atitude de prudência, pois entendi que deveríamos, prioritariamente, reforçar as condições financeiras da instituição, provisionando os activos pelos valores máximos que a lei permite, sendo certo que tais provisões representam uma cobertura talvez superior a 100%, relativamente ao grau de cobrabilidade dos créditos em situação de mora, incluindo os de mora prolongada, decorrente de operações de crédito a médio prazo realizados ainda no tempo da Finindústria, genericamente cobertas por sólidas garantias reais. No conjunto, as provisões ascendem a 725 000 contos que nos dão um franco conforto.

Por sua vez, o *ratio* de solvabilidade do Finibanco ascendendo a 33,3%, situa-se muito acima da média do sistema bancário e apresenta o quádruplo do valor mínimo que a lei nos fixa.

É provável que algumas das condições adversas e outros obstáculos que tão decisivamente marcaram este exercício, subsistam ainda em

1995, mas gostaria, talvez ousadamente, de os tomar, acima de tudo, como um desafio de bom augúrio.

É que, os projectos de sucesso têm tendência a nascer ou a firmar-se em tempos de crise. Na verdade, um pouco como acontece com as facilidades na vida das pessoas, também as instituições, sejam elas de que natureza forem, quando se desenvolvem em ambiente de excesso de facilidades têm tendência a relativizar os custos, a negligenciar os riscos, a não endurecer a vontade colectiva e a não cultivar a determinação, atitudes e comportamentos que julgo indispensáveis para tornar consistente o desejo de objectivos ambiciosos.

Exactamente porque são ambiciosos os objectivos que se pretendem para o Finibanco, a estratégia de desenvolvimento, que irá ser seguida, tomará em conta tudo o que sumariamente foi referido. Contudo, não é ainda o momento apropriado para detalhar o seu modo de execução, mas avança-se que, em termos organizativos, se irão privilegiar princípios que facilitem a institucionalização da automotivação, na prática, o que significa algum afastamento do modelo clássico de organização.

Ganhar dimensão será seguramente um dos objectivos, mas, para conquistar mercado não iremos aviltar as taxas das operações activas e o preço dos serviços, nem exagerar na remuneração das operações passivas, porque não queremos contribuir para a degradação das já difíceis condições de exploração. Iremos sim privilegiar a qualidade dos serviços e a inovação para nos tornarmos num parceiro financeiro desejado pela sua eficiência e transparência de procedimentos.

Na linha da política anteriormente definida, concretizou-se a compra de um edifício em Lisboa onde passará a funcionar a sede central, mantendo-se no Porto a sede social. No rés-do-chão do referido edifício, na Avenida de Berna, 10, ficará instalado o balcão de Lisboa que marca o início da nossa expansão geográfica. Durante o ano de 1995 o Finibanco continuará a expandir-se, prevendo-se a abertura de alguns novos balcões e escritórios de representação, onde e quando a actividade operacional o justificar.

Para servir a clientela residente no estrangeiro, em condições de igualdade com a restante banca, foram dados os primeiros passos no sentido da internacionalização do Finibanco. Assim, foi solicitado às autoridades de Macau, autorização para a criação de um Banco de direito local, o Finibanco-Macau, S. A. R. L., que se espera possa começar a operar no início do segundo semestre de 1995; foram desencadeadas as acções internas com vista à abertura da sucursal *off-shore* da Madeira para começar a operar no final de Fevereiro e, na mesma linha de preocupações, está já em preparação o dossier para se solicitar às Autoridades das Ilhas Caimão, autorização para abrir uma sucursal *off-shore* internacional. Como consequência do processo em curso de aceleração do desenvolvimento do Banco, prevemos, de igual modo, um crescimento induzido das empresas associadas, cujo contributo para a consolidação do nosso projecto reputamos de muita importância. Não se exclui a possibilidade de ir além deste programa, já em curso de preparação, bastando, para tal, que as condições do mercado o aconselhem.

Finalmente, cumpre-nos manifestar ao Eng. Humberto da Costa Leite o nosso agradecimento pelo modo eficaz como conduziu os destinos do Banco, em anos marcadamente difíceis, sendo de salientar o papel de relevo que teve na fase, sempre difícil, de adaptação das estruturas de uma sociedade de investimentos, a Finindústria, para um Banco, o Finibanco. Sobre este aspecto é, igualmente, de destacar o papel crucial que teve na promoção do aumento de capital, abrindo-o a novos e prestigiados accionistas.

O capital e reservas acumuladas eleva-se, pois, a 9,3 milhões de contos, que é uma excelente base para iniciar um processo de expansão sustentável.

É esse desafio que muito gostosa e decididamente aceitamos.

O Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macroeconómico

1.1 — Economia internacional

Os sinais de recuperação económica internacional continuam a manifestar-se de forma cada vez mais clara, ainda que de modo diferenciado. Os Estados Unidos, com um crescimento de 4,1%, concluíram o terceiro ano consecutivo de expansão, não somente devido ao dinamismo do consumo interno, mas também pelo bom aproveitamento das trocas comerciais com os países da América Latina e Sudeste Asiático, os quais mantiveram taxas de crescimento muito expressivas, mesmo no auge da crise económica mundial.

A economia japonesa, com grandes reformas estruturais em curso, tarda em confirmar os sinais de recuperação revelados pelo ligeiro crescimento do PIB, na segunda metade de 1994. Segundo os analistas, a forte valorização do iene não facilita uma clara retoma, embora, paradoxalmente, a reconstrução das zonas devastadas pelo recente sismo possa dar-lhe o impulso há muito esperado.

Os países da União Europeia, por seu lado, estão já em franca recuperação, como se evidencia pelo crescimento médio do PIB, que se estima em 2,6%, enquanto no ano anterior tinha registado o crescimento negativo de 0,2%. A Inglaterra, que foi o primeiro país da União a iniciar a retoma, prossegue a recuperação de forma sustentada, o mesmo sucedendo com a Alemanha que, não obstante ter previsto um ano de estagnação, apresentou no terceiro trimestre um crescimento de 2,5%, em termos homólogos. A França registou, igualmente no 3.º trimestre e também em termos homólogos, um crescimento de 3%. A aceleração quase generalizada do índice de produção industrial confirma que se está perante um retoma firme da economia, sendo sintomática a evolução deste índice em Itália que, ainda em termos homólogos, alcançou em Outubro, um crescimento de 7,3%, tendo registado no final do ano uma evolução positiva de 6,1%, não obstante a instabilidade política vivida naquele país.

Dois aspectos merecem ser destacados neste processo de retoma dos países da União Europeia. O primeiro respeita ao facto de a animação da economia ser uma consequência do aumento das exportações que, nalguns países, foi mesmo muito significativo, enquanto o consumo interno se manteve a níveis pouco encorajadores. O segundo diz respeito ao comportamento do desemprego que continua com poucos sinais visíveis de diminuição. Trata-se de uma realidade preocupante que está permanentemente na mesa de trabalho dos políticos e é motivo de insatisfação das forças sociais. O problema é que o desemprego não resulta apenas da profunda recessão que se viveu e que deixou muitos sectores de actividade nitidamente abaixo da capacidade produtiva instalada. Ele resulta, igualmente, do processo de reestruturação das grandes empresas e das economias em geral, que levou ao licenciamento de elevado número de trabalhadores. A diminuição do nível de desemprego será, assim, naturalmente, muito mais lenta e processar-se-á com atraso em relação à recuperação económica, por força das causas que o determinaram.

A explicação desta situação talvez se possa encontrar num certo adormecimento da Europa que, embalada nos princípios do Estado Providência, foi perdendo competitividade, durante anos consecutivos, em relação a todos os blocos económicos e acumulou enormes défices nas contas públicas.

As condições em que a retoma económica se está a processar parecem significar que a cura de emagrecimento, especialmente em áreas sociais, está a resultar e em breve os bons velhos tempos, sem excessos, farão esquecer o sofrimento. Mas, é preciso, ainda, reduzir os níveis da dívida pública para valores confortáveis. Será caso para dizer que afinal as metas do Tratado de Maastricht serão um mal menor, sobretudo se for possível aceitar que o importante é fazerem-se progressos contínuos na sua direcção.

O comportamento algo irregular das taxas de juro terá de ser visto como uma consequência das políticas mais ou menos activas postas em prática pelos diferentes governos, tendo em vista corrigir desequilíbrios internos. Só que a importância de algumas moedas tem um efeito de arrastamento sobre outras e estimula movimentos especulativos.

Numa perspectiva lógica, não se vislumbram razões para grandes oscilações das taxas de juro durante o ano de 1995 e isto porque: por um lado, o elevado nível de desemprego faz prever que não haverá pressões inflacionistas pela via salarial e, por outro, o continuado esforço dos governos no sentido de fazer baixar os défices das contas públicas irá reduzir a pressão decorrente das necessidades de financiamento da dívida pública. Normal será, pois, que o nível das taxas de juro a longo prazo retome a tendência de ligeira baixa, como a verificada na última década, a qual foi perturbada durante uma parte do ano de 1994. Não se exclui, contudo, a eventualidade de movimentos erráticos nas taxas de juro de curto prazo, especialmente devidos a razões de defesa da taxa de câmbio de uma ou outra moeda.

A irregularidade de comportamento de algumas moedas no Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Europeu terão resultado mais de incertezas políticas nos respectivos países do que em verdadeiras causas económicas. Com o iene a manter-se inquestionavelmente forte é o comportamento do dólar dos Estados Unidos que, com uma tendência regressiva durante todo o ano de 1994 causa sérias preocupações aos países europeus e ilude, permanentemente, os analistas.

1.2 — Economia portuguesa

O processo de correcção de alguns desequilíbrios da economia portuguesa, gerados no decurso de um dos mais longos períodos de cresci-

mento económico, iniciado em 1986 e interrompido em 1993, foi a tônica dominante do ano de 1994.

Sete anos consecutivos de progresso económico durante os quais se assinalou uma melhoria do bem estar das famílias portuguesas na ordem dos 10%, em relação à média europeia, criaram hábitos que resistiram mal aos efeitos da crise que entretanto emergiu. Mas, se tomarmos em devida conta os efeitos perversos da profunda recessão internacional que afecta mais intensamente as pequenas economias abertas como a nossa, talvez se encontrem razões para moderar o sentimento de pessimismo que nos assaltou. Acresce, em abono deste entendimento, que a economia portuguesa tem vindo a beneficiar de grandes alterações estruturais que abrem novas perspectivas para o futuro. Trata-se de alterações pouco perceptíveis aos olhos do cidadão comum, mas inquestionavelmente visíveis quando se analisam os dados estatísticos de forma agregada. Na verdade, o volume do comércio externo cresceu substancialmente, enquanto se adensam as relações com os países da União. O perfil da actividade produtiva sofreu, igualmente, mudanças significativas, com relevo para a clara terciarização da economia. A repartição sectorial do VAB aproximou-se da estrutura média das economias europeias, sendo de destacar o reforço de actividades pouco expressivas até há bem poucos anos. O sector do comércio e distribuição evoluiu aceleradamente. O sector financeiro tornou-se profundamente dinâmico para o que contribuiu decisivamente a liberalização do quadro institucional e regulamentar, realidade que abriu novos horizontes à banca e desencadeou um surto de concorrência que precisa de tempo para revelar todas as suas virtualidades.

A estes factos, claramente indiciadores do processo de modernização da economia portuguesa, juntam-se neste ano de 1994, sensíveis progressos nos critérios de convergência, com destaque para a inflação que, com os 4% verificados em Dezembro ficou, em termos médios, apenas 1% acima da taxa de inflação homóloga da UE. A dívida pública, em percentagem do PIB, mantém-se próxima dos valores médios verificados na UE, prevendo-se, que em 1995, venha a ficar abaixo desses valores médios.

É certo que o nível de desemprego aumentou, atingindo no final do ano 7,1%, mas mantém-se muito abaixo da média da UE. A moderação salarial desempenhou, neste domínio, um papel de muito relevo e poderá ter contribuído ainda para alguma recuperação na competitividade da economia portuguesa.

Ao contrário, o comportamento das taxas de juro, especialmente a longo prazo, não se pode considerar positivo, mas muito influenciado pelo surto especulativo contra o escudo que ocorreu durante o 2.º trimestre e se estendeu até Julho de 1994. A interrupção da tendência de decréscimo que se havia verificado até 1993, provocou algum desalento entre os agentes económicos e adiou, certamente, projectos de investimento que poderiam ter dado algum estímulo à retoma económica, entretanto desencadeada.

O bom comportamento das receitas fiscais que parecem indicar ter o governo conseguido pôr ordem e disciplina em tão importante área das funções do Estado, dão consistência à redução do défice público previsto no Orçamento do Estado para 1995. Assim sendo, a política gradualista que procura promover o crescimento económico sem pôr em causa a trajectória em direcção ao cumprimento dos critérios de convergência pode ter êxito.

Contudo, não seria prudente ignorar obstáculos que teimam em obscurecer o horizonte. Entre outros, merece referência especial o elevado nível das taxas de juro reais, que podem pôr em causa as metas de crescimento avançadas pelo governo e que o pendor expansionista do Orçamento do Estado, procura tornar consistente, no que é ajudado pelo fluxo de fundos provenientes do novo quadro comunitário de apoio.

Ao destacar-se esta preocupação dos agentes económicos, não se ignorou os esforços do governo no sentido de criar condições para baixar as taxas de juro. Entre essas medidas realçam-se, a redução do nível das reservas de caixa de 17% para 2%, a eliminação e ou redução do imposto de selo sobre operações cambiais e sobre os juros e comissões das operações bancárias, a evolução favorável dos indicadores macroeconómicos geradores de credibilidade e confiança, o reforço das regras de transparência nos mercados, etc.

Por sua vez, o Banco Central ao intervir no mercado monetário com taxas moderadoras, vai dando sinais que se espera sejam entendidos, designadamente no que toca ao nível da remuneração da poupança, que se forma no mercado da livre concorrência.

Finalmente, assinala-se a evolução positiva ocorrida nos mercados de capitais, com um crescimento da capitalização bolsista no segmento accionista, na ordem dos 16%, enquanto os lucros das empresas incluídos no índice BVL, revelou um aumento médio próximo de 30%.

No Orçamento do Estado para 1995, foram tomadas medidas construtivas de estímulo à poupança e ao desenvolvimento do mercado de capitais e foi anunciada a revisão do Código do Mercado de Valores Mobiliários. Ainda no domínio legislativo, e no segmento da dívida

pública, assinala-se a eliminação da retenção na fonte da tributação dos não residentes (Decreto-Lei n.º 88/94, de 2 de Abril e Portarias n.ºs 377-A/94 e 377-B/94, de 15 de Junho), a alteração do sistema de contagem de juro (Decreto-Lei n.º 5-A/94, de 15 de Junho) e a criação do mercado especial das operações por grosso (portaria n.º 377-C/94, de 15 de Junho) e desenvolvimento de mercados de reportes.

2 — Actividade desenvolvida

O exercício de 1994 correspondeu ao primeiro exercício completo, desde a criação do Finibanco.

Em consequência, o trabalho desenvolvido ao longo do ano visou, prioritariamente, a adaptação da estrutura à nova realidade, bem como a criação dos meios que permitissem assegurar um crescimento e desenvolvimento sustentados, ao mesmo tempo que se procurava reforçar a componente universalista do Finibanco, no que respeita ao alargamento da base de clientes e à quantidade, e qualidade, dos produtos e serviços colocados à sua disposição.

Relativamente à adaptação da estrutura do Banco ao pleno exercício da actividade bancária, foi redesenhada a organização existente e separadas as funções operacionais das funções técnicas e comerciais, tendo estas sido objecto de segmentação, no sentido de se procurar dar as respostas adequadas às exigências do mercado, nomeadamente de uma maior personalização, sofisticação e qualidade de serviço.

No domínio da criação dos meios necessários à afirmação do Finibanco, no sistema bancário português, merecem ser destacadas a adesão à SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., e à Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A., bem como o pedido de adesão ao SWIFT — Society Worldwide Interbank Financial Telecommunication, cuja concretização terá lugar em Março de 1995.

Com o objectivo de alargar o universo de clientes, produtos e serviços, o Finibanco tem em preparação a abertura de um balcão em Lisboa, que deverá ocorrer em Março de 1995, está a preparar a abertura de uma sucursal financeira exterior no centro *off-shore* da Madeira e tem em estudo a abertura de uma sucursal nas Ilhas Caimão.

Mas a acção principal em matéria de internacionalização prende-se com a futura abertura de um Banco em Macau, no qual o Finibanco deterá uma posição maioritária, em associação com empresários locais de reconhecido prestígio. O pedido foi entregue às autoridades competentes, sendo de prever que possa ser concedida, em breve, a necessária autorização.

Marco fundamental para a afirmação do Finibanco no mercado e para o reforço da solidez da Instituição foi o aumento de capital social, de 5000 milhares para 7510 milhares de contos, ocorrido em Agosto, que permitiu assegurar ao Finibanco capitais próprios num total de 9,3 milhões de contos. Para além da abertura do capital a um conjunto de novos e prestigiados accionistas, que quiseram corresponder ao convite que lhes foi formulado, esse aumento veio criar as condições para o crescimento e desenvolvimento da actividade do Banco.

2.1 — Área de particulares

A área de particulares foi uma das grandes áreas comerciais que resultou da adaptação das estruturas do Banco às exigências do mercado, em geral, e de alguns segmentos, em particular.

Preferencialmente orientado para os sub-segmentos de rendimento médio, médio-alto e elevado, o Finibanco procurou adaptar a sua estratégia em conformidade, tendo introduzido substanciais melhorias ao nível da personalização do atendimento e alargado a gama de produtos disponíveis.

Apostando claramente na globalização da relação, como forma de aumentar o grau de fidelização da sua base de clientes e de facilitar o seu alargamento, a estratégia definida para este segmento de mercado constituiu uma aposta clara na qualidade e na inovação, variáveis que consideramos estratégicas para atingirmos o objectivo de alargamento, sustentado, da quota de mercado.

Foi com base nestes pressupostos que, apesar da agressiva concorrência que marcou o ano de 1994, foi possível atingirmos os principais objectivos que nos tínhamos fixado, a saber:

O substancial alargamento da base de clientes, que triplicou durante este exercício;

Ultrapassar os 5 milhões de contos de depósitos de clientes particulares, objectivo que foi amplamente conseguido.

Se tivermos em consideração que, durante o ano de 1994, o Finibanco dispôs apenas de um único balcão aberto ao público, compreender-se-á melhor a importância dos resultados obtidos, bem como a nossa certeza de que existe um elevado potencial de expansão do

volume de actividade, ao qual procuramos dar concretização em anos futuros.

2.2 — Área de empresas

No quadro da adaptação das estruturas do Finibanco às exigências do mercado, a que fizemos referência anteriormente, a área de empresas surgiu como resposta às necessidades particulares deste segmento, embora a actividade desenvolvida pelo Banco tenha colocado um maior enfoque no relacionamento com as empresas de média e grande dimensão.

Consciente de que é neste segmento de mercado que a necessidade de globalização da relação com o cliente se faz sentir de forma mais acentuada, o Finibanco apostou claramente, no alargamento da sua gama de produtos e serviços, quer em escudos, quer nas principais divisas, ao mesmo tempo que, através da introdução da figura do gestor de conta, procurou melhorar o diálogo com a sua base de clientes e proceder à sua expansão.

Num ano economicamente difícil, como foi 1994, a expansão da carteira de crédito não foi um objectivo fácil de atingir, porquanto teve subjacente, necessariamente, um grande rigor, em todo o processo que lhe esteve associado.

Apesar disso, foi possível alargar-se a base de clientes ao mesmo tempo que se obteve uma maior dispersão do risco de crédito, pelos diferentes sectores da actividade económica, facto a que se atribuiu, também, particular importância.

Por tudo isto, os resultados obtidos durante o exercício de 1994 podem considerar-se bastantes positivos, como fica demonstrado pela evolução dos seguintes indicadores:

O valor do crédito concedido, a empresas, cresceu cerca de 78%, relativamente a 1993, rondando os 14 milhões de contos;

O valor dos depósitos das empresas excedeu, em 84% o que se verificava em Dezembro de 1993, ultrapassando os 1,2 milhões de contos.

Também neste domínio, o facto de o Finibanco dispor apenas de um balcão constituiu um factor limitativo de grande importância, o que valoriza ainda mais os resultados obtidos e nos permite encarar o futuro com algum optimismo.

2.3 — Área de mercados

2.3.1 — Mercado monetário interbancário e mercado cambial:

Em consequência do aumento da sua base de clientes, com o natural efeito no volume de negócios, o Finibanco reforçou, substancialmente, o seu relacionamento com os seus correspondentes, no país e no estrangeiro.

Com efeito, a necessidade de responder, adequadamente, às solicitações dos seus clientes, bem como a de gerir eficazmente as suas disponibilidades, tiveram como consequência uma muito maior intervenção do Banco nos mercados monetário interbancário e cambial.

Norteado pelo mesmo objectivo e visando melhorar a sua capacidade de intervenção nestes mercados, o Finibanco tem em construção uma nova sala de mercados, que deverá estar em pleno funcionamento durante o 2.º semestre de 1995.

2.3.2 — Mercado de capitais:

A actividade desenvolvida no mercado de capitais, durante o ano de 1994, assumiu expressão relevante.

O Finibanco participou na montagem, colocação e tomada firme de várias operações do mercado de capitais, sendo de destacar:

A montagem e integral colocação de empréstimos obrigacionistas próprios, num total de 595 000 contos;

A montagem, colocação e tomada firme de empréstimos obrigacionistas de clientes e de emissões de papel comercial, que rondaram os 2,3 milhões de contos;

A participação, como tomador firme e colocador, nas operações de privatização da Cimpor e do Banco de Fomento e Exterior;

A participação na tomada firme e na subscrição de empréstimos sindicados em regime de leilão de taxas de juro;

A montagem e colocação integral da operação de aumento de capital do Finibanco de 5000 milhares de contos para 7510 milhares de contos.

Cumpre-nos ainda salientar, no quadro das melhorias de funcionamento introduzidas ao longo do exercício em análise, a implementação de medidas visando a adequada gestão global dos recursos e aplicações, tendo o Finibanco passado a dispor de informação previsual de apreciável fiabilidade.

2.4 — Área de serviços financeiros

O Finibanco tem, entre os seus objectivos, o de reforçar a sua actividade no mercado dos serviços financeiros, razão pela qual o ano de 1994 ficou marcado por um conjunto de iniciativas nesse sentido.

Assim e apostando numa abordagem global dos projectos empresariais, o Finibanco colocou à disposição dos seus clientes, não só os seus próprios serviços como os de outras entidades nacionais e internacionais, com as quais tem acordos de cooperação e cujas competências são complementares das do Banco.

Dentro desta estratégia, foi obtida a credenciação, junto da Direcção-Geral da Indústria, no âmbito do programa Retex, englobando o consórcio C4, juntamente com a Associação Industrial do Minho, a G. Tournier, S. A., o Idite Minho e a TQ, S. A., cuja actuação conjunta se tem mantido no âmbito do PEDIP II.

No âmbito do ACS II, procedeu-se ao pedido de credenciação, junto da Direcção-Geral do Comércio, para os projectos integrados no PROCOM, conjuntamente com a G. Tournier, S. A., a GTM, S. A. e a TQ, S. A.

No quadro dos objectivos definidos para este segmento do mercado, o Finibanco integra um agrupamento, com duas outras instituições, de reconhecido prestígio, que se apresentou, já no início do ano de 1995, ao concurso de pré-selecção de entidades que poderão proceder à elaboração de estudos de avaliação económico-financeira de empresas do sector público, bem como prestar assistência técnica nas operações de privatização.

2.5 — Área de operações, organização e sistemas de informação

O ano de 1994 correspondeu a um período de profundas alterações na estrutura e organização interna do Banco, em resposta às necessidades acrescidas dos nossos clientes e ao alargamento do leque de produtos e serviços colocados à sua disposição, como já tivemos ocasião de referir, noutros pontos deste relatório.

Em consequência, procedeu-se a um vasto trabalho de redefinição de circuitos, métodos e procedimentos, bem como ao substancial reforço da capacidade de resposta do Banco no domínio da informática, área onde continuarão a ser realizados, durante o ano de 1995, significativos investimentos.

Também nas áreas da informação para gestão e controlo da actividade houve lugar a importantes transformações, no quadro de um processo que visa a melhoria permanente dos instrumentos indispensáveis ao acompanhamento e controlo da actividade do Banco, aos diferentes níveis da organização.

A adaptação das estruturas e métodos a uma realidade em permanente mutação exige uma grande flexibilidade por parte das organizações e uma atenção constante à evolução dos mercados, postura que o Finibanco continuará a adoptar no futuro.

3 — Recursos humanos

O quadro de pessoal do Finibanco, excluindo o seu conselho de administração, era em 31 de Dezembro de 1994, composto por 54 elementos, dos quais 39% eram licenciados e 9% tinham formação superior.

Num quadro de pessoal que procura efectuar uma correcta simbiose entre experiência e juventude, é de realçar a sua baixa média etária, que se situava nos 31 anos.

O reforço da área comercial e técnica do Finibanco, ocorrido já no decurso do segundo semestre do ano, com particular incidência no 3.º trimestre, absorveu metade dos 20 colaboradores que ingressaram na Instituição em 1994.

Com o objectivo de melhorar o nível de conhecimentos sobre a actividade bancária, em particular dos trabalhadores que integram as áreas operacionais, foram ministrados pelo Instituto de Formação Bancária, nas instalações do Finibanco e em horário pós-laboral, dois cursos na área de operações bancárias gerais e operações bancárias de estrangeiro.

Paralelamente, foram promovidos cursos básicos e avançados de informática, na óptica do utilizador, frequentados por trabalhadores das áreas administrativa e técnica, bem como por alguns quadros directivos, visando proporcionar-lhes o reforço dos seus conhecimentos nesta área, tão essencial ao desenvolvimento da sua actividade.

4 — Análise do balanço e da conta de exploração

4.1 — Balanço

O activo líquido do Finibanco totalizava 33,5 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1994, valor que significava um crescimento de cerca de 17 milhões de contos, equivalentes a mais 103%, relativamente ao ano anterior.

Na base da evolução ocorrida esteve o comportamento do activo financeiro, cujo acréscimo ultrapassou os 15 milhões de contos, merecendo particular destaque a rubrica de crédito sobre clientes, cuja progressão rondou os 80%, relativamente a 1993.

Contudo, a citada evolução da rubrica de crédito sobre clientes, em cerca de 6 milhões de contos, não impediu a diminuição do seu peso relativo no total do activo, o qual passou de 48% em 1993 para 42,6% em 1994.

Em oposição, a carteira de títulos, que totalizava 5,1 milhões de contos, viu aumentado o seu peso relativo, em relação ao activo total, em consequência do crescimento ocorrido na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

No que respeita às operações passivas, merece destaque a evolução da rubrica de débitos para com clientes, que registou um crescimento superior a 9 milhões de contos, totalizando cerca de 11,2 milhões de contos. Relativamente ao total do passivo financeiro, anote-se que o seu crescimento se efectuou, essencialmente, por via do aumento dos débitos a prazo, da ordem dos 10,8 milhões de contos, os quais passaram a financiar o activo líquido total em cerca de 56%.

Comparação das rubricas de balanço

(Em milhares de contos)

Rubricas	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Caixa e depósitos em bancos centrais	16	600	584	3 733,32
Crédito sobre instituições de crédito	3 380	9 185	5 805	171,78
Crédito sobre clientes (bruto)	8 085	14 524	6 439	79,64
Títulos de rendimento fixo (bruto)	1 641	4 191	2 549	155,29
Activo financeiro (bruto)	13 122	28 499	15 377	117,19
Activo bruto	17 068	34 401	17 333	101,55
Activo líquido	16 558	33 533	16 975	102,52
Débitos à vista	382	1 583	1 201	314,90
Débitos a prazo	7 977	18 792	10 815	135,58
Débitos representados por títulos	2 360	2 455	95	4,03
Passivo financeiro	10 719	22 830	12 112	113,00
Fundos próprios	5 393	9 604	4 211	78,07

A evolução dos fundos próprios do Finibanco merece particular destaque, apesar da redução da sua importância relativa no financiamento do activo líquido total.

O acréscimo de 4,2 milhões de contos, correspondente a cerca de 78% dos fundos próprios do Finibanco, está associado ao aumento de capital, realizado em Agosto de 1994.

No que diz respeito ao *ratio* de solvabilidade do Finibanco, é de realçar o seu elevado valor, 33,3%, relativamente à média do sistema bancário, estando, assim, asseguradas as condições para o sustentado crescimento da instituição.

4.2 — Conta de exploração

O ano de 1994 fica marcado pelo substancial agravamento da concorrência, no sector bancário, bem como pela forte turbulência ocorrida nos mercados financeiros no período de Maio a Julho.

Em consequência, assistiu-se em Portugal a uma quebra generalizada das margens de intermediação e em particular da margem financeira, facto a que o Finibanco não foi, naturalmente, imune.

Actuando num segmento de mercado onde se verifica uma maior vulnerabilidade à intensificação da concorrência, é neste contexto que deve ser entendida a evolução da margem financeira do Banco.

Por seu turno, os outros resultados correntes, que atingiram 534 000 contos, tiveram um comportamento muito positivo, face ao ano de 1993 (+ 426%). Os resultados em operações financeiras contribuíram decisivamente para o bom desempenho daquela rubrica, sendo igualmente de destacar os outros proveitos de exploração que na sua componente de prestação de serviços de consultoria averbou uma facturação de cerca de 165 000 contos.

O *ratio* de outros resultados correntes/activo financeiro (1,87% em 1994) subiu 1,1 pontos percentuais, valor tanto mais expressivo se tivermos em consideração que, o activo financeiro registou um acréscimo superior a 117%.

O produto bancário do exercício, que ascendeu a 1,1 milhões de contos, reflecte o crescimento da actividade no exercício de 1994, consubstanciada numa acrescida intervenção do Finibanco no mercado de capitais e de prestação de serviços.

5 — Proposta de aplicação de resultados

O Finibanco obteve um lucro do exercício de 41 399 518\$60.

Considerando a existência de projectos ambiciosos para o crescimento do Finibanco que recomendam e requerem um reforço dos seus fundos próprios, o conselho de administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para o fundo de reserva legal (10%): 4 139 952\$;

Para reservas livres (90%): 37 259 566\$60.

6 — Nota final

Concluído mais um exercício que se traduziu em mutações importantes na vida da instituição, num acréscimo de potencialidades para o futuro e também no enfrentar de novos desafios, o conselho de administração do Finibanco deseja expressar o seu agradecimento e muito apreço:

Às entidades tutelares pelo espírito de cooperação e diálogo que muito contribuiu para o desenvolvimento da instituição;

Aos nossos clientes, pela preferência com que nos distinguiram e que muito nos honrou;

Aos nossos accionistas, pelo apoio que nos prestaram e pelo interesse com que acompanharam a actividade do Banco;

Ao conselho fiscal e auditores, pelo muito interesse com que acompanharam a instituição;

Aos nossos colaboradores, pelo inextinguível empenhamento, dedicação e entusiasmo com que exerceram as suas funções.

Porto, 31 de Janeiro de 1995. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Informação sobre as participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que durante o exercício de 1994 nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deteve acções do Finibanco, S. A.

2 — Lista de accionistas a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nos termos e para os efeitos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, passamos a referir o accionista que em 31 de Dezembro de 1994 detinha mais de 10% do capital social do Finibanco, S. A., e respectiva participação:

VIC — SGPS, S. A. — 66,6%.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1994			1993 (líquido)
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	599 684	—	599 684	15 644
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 727 456	—	1 727 456	145 634
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	7 457 570	—	7 457 570	3 234 000
4 — Créditos sobre clientes	14 524 051	242 956	14 281 095	7 952 054
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4 190 507	24 222	4 166 285	1 629 105
a) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de emissores públicos ...	1 618 017	—	1 618 017	266 558
b) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de outros emissores	2 572 490	24 222	2 548 268	1 362 547
(Dos quais: obrigações próprias)	(100 100)	(100)	(100 000)	(201 000)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	1 125 209	148 792	976 417	482 627
7 — Participações	411 330	—	411 330	55 245
8 — Partes do capital em empresas coligadas	1 527 720	—	1 527 720	1 527 720
9 — Imobilizações incorpóreas	212 922	140 126	72 796	194 695
10 — Imobilizações corpóreas	1 295 410	311 748	983 662	742 970
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(517 259)	(72 999)	(444 260)	(447 510)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	72 000	—	72 000	—
13 — Outros activos	607 008	—	607 008	402 192
15 — Contas de regularização	650 196	—	650 196	176 191
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	34 401 063	867 844	33 533 219	16 558 077

PASSIVO

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
1 — Débitos para com instituições de crédito	9 214 939	6 230 413
a) À vista	61 474	7 266
b) A prazo ou com pré-aviso	9 153 465	6 223 147
2 — Débitos para com clientes	11 160 152	2 128 120
a) Depósitos de poupança	25 685	2 110
b) Outros débitos	11 134 467	2 126 010
ba) À vista	1 521 483	374 262
bb) A prazo	9 612 984	1 751 748
3 — Débitos representados por títulos	2 455 000	2 360 000
a) Obrigações em circulação	2 455 000	2 360 000
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	732 742	174 781
5 — Contas de regularização	366 767	271 694
6 — Provisões para riscos e encargos	309 312	156 163
a) Provisões para pensões e encargos	—	—
b) Outras provisões	309 312	156 163
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	7 510 000	5 000 000
10 — Prémios de emissão	1 506 000	—
11 — Reservas	236 907	74 013
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	41 400	162 893
<i>Total do passivo</i>	33 533 219	16 558 077

Rubricas extrapatrimoniais

	1994	1993
1 — Passivos eventuais	2 051 752	288 902
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—	—
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos	1 650 000	1 800 000
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	—	—

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — A Técnica de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	1 480 993	1 011 200
2 — Comissões	23 817	19 182
3 — Prejuízos em operações financeiras	120 682	27 763
4 — Gastos gerais administrativos	511 007	319 785
a) Custos com o pessoal	280 777	177 246
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(217 181)	(134 219)
(— encargos sociais)	(63 596)	(43 027)

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Dos quais:		
(— com pensões)	(30 000)	(24 340)
b) Outros gastos administrativos	230 230	142 539
5 — Amortizações do exercício	127 526	75 170
6 — Outros custos de exploração	5 898	2 333
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	482 454	190 751
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	(123 506)	(252 655)
11 — Perdas extraordinárias	24 038	18 366
13 — Impostos sobre lucros	25 000	88 000
14 — Outros impostos	7 964	2 921
15 — Lucro do exercício	41 400	162 893
<i>Total</i>	2 850 779	1 918 364

CRÉDITO

	1994	1993
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	2 069 447	1 576 435
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(274 361)	(379 671)
2 — Rendimento de títulos	3 393	855
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	3 393	855
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	61 925	23 932
4 — Lucros em operações financeiras	428 042	33 809
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	66 064	167 873
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financ., a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	199 084	95 935
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	22 824	19 525
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	2 850 779	1 918 364

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — A Técnica de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

(Valores expressos em contos)

1 — Não foram efectuados ajustamentos relativamente aos valores publicados no exercício anterior.

2 — Não se verificam situações em que valores classificados numa rubrica do balanço pudessem eventualmente ser classificados noutra rubrica.

3 — Principais critérios contabilísticos:

a) *Geral.* — Os activos e passivos foram avaliados de acordo com os critérios valorimétricos e regras estabelecidas no capítulo VI do Plano de Contas do Sector Bancário.

b) *Especialização do exercício:*

b1) Registo de juros:

Os juros de operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados. Porém, quando existem dúvidas a respeito da cobrabilidade de um crédito, suspende-se a contagem dos respectivos

juros, sendo apenas registados se e quando recebidos. Para além disso, os juros de crédito sem garantias reais, não liquidados três meses após o vencimento, são anulados, procedendo-se ao seu registo nas rubricas extrapatrimoniais.

b2) Outros proveitos e custos:

Em geral, os outros proveitos e outros custos são também reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

c) *Operações de títulos:*

c1) Títulos — negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não deverá exceder seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são escriturados pelo valor de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de cotação, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos.

As diferenças negativas ou positivas, que resultam da aplicação dos critérios anteriores, são registados como custos ou proveitos.

Verificando-se cobrança de juros, estes são levados a crédito da respectiva conta de títulos negociação, operando-se deste modo, a actualização para o novo valor de mercado.

Os títulos de rendimento variável são registados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor destes títulos, calculado de acordo com os princípios valorimétricos acima referidos, é lançada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou ganhos potenciais.

c2) Títulos — investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda, mas cuja detenção, em regra, ultrapassa os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao valor de aquisição.

Os juros corridos são contabilizados na conta de proveitos a receber, sendo a periodificação destes feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período.

O prémio ou desconto verificado aquando da compra, é repercutido nos resultados de modo escalonado pelo período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão, excepto se se tratar de títulos de dívida pública.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados) for inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão.

c3) Método de custeio na venda de títulos:

Nas vendas de títulos de negociação de rendimento variável, de títulos de investimento e de mobilizações financeiras foi utilizado como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

d) *Participações e partes do capital em empresas coligadas.* — Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo está valorizado ao custo de aquisição, reavaliado nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 49/91 e 264/92. As amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes e em regime de duodécimos. Nos termos da lei, uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultantes das reavaliações registadas pelo banco não é considerada como custo para fins fiscais.

f) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com aumentos de capital são amortizados num período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes.

g) *Provisões para crédito, títulos e juros vencidos.* — São constituídas provisões para crédito vencido que se destinam a cobrir os riscos da não cobrança de crédito com prestações de capital ou juros vencidos e não regularizados. A constituição destas provisões é efectuada em função do período decorrido após o respectivo vencimento, conside-

rando eventuais garantias reais existentes, nos termos do aviso n.º 13/90, de 4 de Dezembro, do Banco de Portugal. Estas provisões são aceites como custo para fins fiscais.

h) *Provisões para depreciação de títulos.* — Constituídas pela diferença entre o valor de cotação e o valor de aquisição, destinam-se a cobrir os riscos da correspondente depreciação. (Tendo em conta a valorimetria adoptada para os títulos de negociação de rendimento fixo, estas provisões não lhe são obviamente aplicáveis.)

i) *Provisões para riscos gerais de crédito.* — No âmbito desta rubrica, o banco, constituiu uma provisão para riscos gerais de crédito, a qual é, igualmente, aceite como custo para fins fiscais. Trata-se de uma provisão de natureza geral, que corresponde a 2% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales, mas excluindo o crédito vencido.

j) *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Sempre que estas operações conduzem a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descrevem de seguida.

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base no diferencial das taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

A conversão para escudos dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas estrangeiras são convertidos para escudos no final de cada mês, com base no câmbio oficial de divisas, do dia, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

4 — Não há derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Nada a referir.

6 — O Finibanco detém participações iguais ou superiores a 20% no capital das seguintes sociedades:

(Em contos)

Empresa	Participação			Capitais próprios (a)	Resultados de 1993	Valor proporcional nos capitais próprios	Diferença entre o valor das participações e o valor proporcional nos capitais próprios
	Quan-tidade	Custo	Percen-tagem				
	1	2	3	4	5	6 = 3x4	7 = 2-6
Finigest — SGPS, S. A., Rua Júlio Dinis, 143-B, 1.º, 4000 Porto	1 000 000	1 040 220	100	1 008 156	491	1 008 156	32 064
Construtora de Cambra, S. A., Armental, Codal 3730 Vale de Cambra	5 000	487 500	100	2 912	— 920	2 912	484 588

(a) Não inclui o resultado do exercício de 1994.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

O montante dos elementos da rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vencem no ano de 1995 é de 874 504 contos.

8 — Créditos sobre empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de participação:

	Rubrica do activo				Totais
	2	3	4	5	
Em que o Finibanco participa	—	—	—	750 000	750 000
Que participam no Finibanco	—	—	—	—	—

9 — Créditos sobre empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de coligação:

	Rubrica do activo				Totais
	2	3	4	5	
Em que o Finibanco participa	—	—	1 182 329	—	1 182 329
Que participam no Finibanco	—	—	1 000 000	—	1 000 000

10 — Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 1994:

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Valor de balanço
A) Títulos — negociação:	
Títulos de rendimento fixo — emitidos por não residentes:	
De organismos financeiros internacionais	1 109 958,00
Valores de rendimento variável:	
Emitidos por residentes:	
Acções	177 520 400,00
B) Títulos — investimento:	
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos:	
De dívida pública portuguesa:	
A médio e a longo prazos	1 616 007 613,00
De outros emissores públicos nacionais:	
A médio e a longo prazos	2 009 439,00
De rendimento fixo — de outros emissores:	
Emitidos por residentes:	
A médio e a longo prazos	2 449 275 032,63
Valores de rendimento variável	
Emitidos por residentes:	
Acções	925 135 498,00
Títulos de participação	12 435 545,00
Unidades de participação	12 257 520,00
Títulos próprios:	
De rendimento fixo:	
A médio e a longo prazos	100 100 000,00
De rendimento variável:	
Acções	72 000 000,00
C) Imobilizações financeiras:	
Participações:	
Em outras empresas no País	411 330 000,00
Partes de capital em empresas coligadas:	
Em outras empresas no País	1 527 720 000,00
Total	7 306 901 005,63

11 — Mapa de movimentos e saldos de bens do activo imobilizado destas notas:

Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 1994:

									(Em contos)
Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 1994
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Aqui- sições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	36 647	18 205	3 892	—	—	7 317	—	—	15 017
Custos plurianuais	116 488	77 557	646	—	83	17 675	—	—	21 985
Despesas de investig. e desenvolvim.	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratam. autom. de dados	43 770	2 560	10 320	—	—	15 996	—	—	35 534
Despesas em edif. arrendados	102 515	6 487	—	—	96 028	—	—	—	—
Outras	837	753	323	—	83	63	—	—	261
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	511 028	63 519	2 204	—	—	8 986	3 533	—	444 260
Obras em edifícios arrendados	—	—	23 512	—	96 028	13 798	—	—	105 742
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	318 698	141 338	79 009	—	—	52 329	2 561	1 075	200 404
Património artístico	111 880	—	85 221	—	—	—	—	—	197 101
Imobiliz. em regime de loc. financ.	—	—	—	—	—	10 251	23 388	—	13 137
Outras imobilizações corpóreas	13 006	6 785	—	—	—	1 111	14	—	5 124
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobiliz. ...	—	—	17 893	—	—	—	—	—	17 893
Totais	1 254 869	317 204	223 020	—	—	127 526	24 374	1 075	1 056 458

12 — O Finibanco detém na sua carteira de títulos-investimento 5000 obrigações de caixa subordinadas Macaulease/93, 100 obrigações de caixa subordinadas Cargest/93 e 100 obrigações de caixa Banco Cisl/93 — 2.ª série.

13 — Não existem activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — Os montantes dos créditos desdobrados em função da sua duração residual, incluídos nas rubricas a seguir discriminadas, são os seguintes:

Rubrica do balanço	Prazo residual					Totais
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	5 471 570	365 000	1 582 000	39 000	—	7 457 570
4 — Créditos sobre clientes	6 293 494	3 539 413	2 405 162	2 285 982	—	14 524 051

15 — Movimentos das reservas de reavaliação:

15.1 — Durante o exercício de 1994 não houve qualquer movimento relacionado com reservas de reavaliação.

15.2 — Imobilizações corpóreas ventiladas pelo custo histórico, reavaliações efectuadas e amortizações acumuladas:

Contas	Custos históricos líquidos	Efeito líquido da reaval.	Valor bruto reavaliado	Amortizações acumuladas	Valor líquido reavaliado
Imóveis	467 441	82 561	643 287	93 285	550 002
Mobiliário e material	57 558	5 907	146 604	83 139	63 465
Máquinas e ferramentas	6 176	22	14 555	8 357	6 198
Equipamento informático	77 365	—	119 276	41 911	77 365
Instalações interiores	21 235	899	47 829	25 695	22 134
Material de transporte	25 541	—	48 100	22 559	25 541
Outras imobilizações corpóreas	10 615	211	19 761	8 935	10 826
Património artística	197 101	—	197 101	—	197 101
Imobilizado em locação financeira	13 137	—	41 004	27 867	13 137
Imobilizações em curso	17 893	—	17 893	—	17 893
Totais	894 062	89 600	1 295 410	311 748	983 662

16 — A conta de despesas de estabelecimento inclui, à data de 31 de Dezembro 1994, 40 539 contos referentes a despesas de constituição e de transformação da Finindústria — Sociedade de Investimentos e de Financiamento Industrial, S. A., em Finibanco, S. A.

17 — Nada a referir.

18 — Os montantes dos débitos, desdobrados em função da sua duração residual, incluídos nas rubricas a seguir discriminadas, são os seguintes:

Rubrica do balanço	Prazo residual					Totais
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	
1.b) — Débitos para com instituições de crédito:						
A prazo ou com pré-aviso	7 693 465	1 460 000	—	—	—	9 153 465
2.a) — Débitos para com clientes:						
Depósitos de poupança	8 410	17 275	—	—	—	25 685
2.b) — Débitos para com clientes:						
Outros débitos	10 000 655	1 133 812	—	—	—	11 134 467
2.bb) — Débitos para com clientes:						
A prazo	8 479 172	1 133 812	—	—	—	9 612 984

19 — No que se refere à sub-rubrica 3.a) do passivo, não existem elementos que se vençam no ano de 1995.

20 — Débitos a empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de participação.

	Rubrica do passivo				Totais
	1	2	3	8	
Em que o Finibanco participa	—	1 560	—	—	1 560
Que participam no Finibanco	—	—	—	—	—

21 — Débitos a empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de coligação:

	Rubrica do passivo				Totais
	1	2	3	8	
Em que o Finibanco participa	—	137 514	—	—	137 514
Que participam no Finibanco	—	10 676	—	—	10 676

22 — O Finibanco não apresenta quaisquer valores subordinados classificáveis na rubrica 8 do passivo.

23 — Os compromissos assumidos, existentes à data de 31 de Dezembro são como se segue:

Por garantias e avales prestados	1 878 439
Compromissos perante terceiros	1 650 000
<i>Total</i>	<u>3 528 439</u>

24 — Compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas:

Tendo em conta o estudo actuarial levado a efeito pela Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., reportado a 31 de Dezembro de 1994, as responsabilidades desta instituição por serviços passados são de 155 577 contos. O montante da cobertura àquela data era de 117 735 contos, a que corresponde uma percentagem de 75,6%.

25 — Movimento das provisões no exercício de 1994:

Contas	Saldo em 31 de Dezembro de 1993	Aumento	Utilização	Anulação e reposição	Saldo em 31 de Dezembro de 1994
Para crédito vencido	144 035	225 654	40 076	64 653	264 960
Para depreciação de títulos negociação:					
De rendimento variável	—	2 140	—	—	2 140
Para depreciação de títulos investimento:					
De rendimento fixo	1 390	2 117	—	1 291	2 216
De rendimento variável	47 380	99 273	—	—	146 653
Para riscos gerais de crédito	156 163	153 269	—	120	309 312
<i>Totais</i>	<u>348 968</u>	<u>482 453</u>	<u>40 076</u>	<u>66 064</u>	<u>725 281</u>

26 — O critério seguido para o enquadramento dos títulos, em títulos de negociação ou de investimento, é o preconizado pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário, quanto à intenção de negociabilidade ou não na data de aquisição e respectivo prazo previsível.

27 — Saldos das contas de regularização em 31 de Dezembro de 1994:

Despesas com custo diferido	13 473
Proveitos a receber	426 281
Receitas com proveito diferido	76 787
Custos a pagar	271 344

28 — Outras informações relativas aos títulos:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso — 56 804;

Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso — 33 332.

b) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado:

Valor contabilizado dos títulos de investimento	2 978 540
Valor de mercado desses títulos	2 846 399
Diferença	132 141

c) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

Valor contabilizado dos títulos de negociação	1 110
Valor ao custo de aquisição	1 004
Diferença	106

29 — Este Banco aumentou em 1994 o capital de 5000 milhares de contos para 7510 milhares de contos pela emissão de 2 510 000 novas acções ao valor nominal de 1000\$.

O capital social encontra-se representado por 7 510 000 acções nominativas.

30 — Nada a referir.

31 — Desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos:

Elementos patrimoniais que integram as seguintes rubricas:

Rubrica 13 — Outros activos:

Devedores	236 434
Aplicações por recuperação de créditos	367 475
Outras disponibilidades	3 099
Total	607 008

Rubrica 4 — Outros passivos:

Credores	684 472
Outras exigibilidades	48 270
Total	732 742

32 — Não existem fundos administrados por conta de outrem.

33 — Nada a referir.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço durante o ano, por categorias:

Administração	5
Direcção	8
Técnicos	15
Administrativos	17
Outros	5

35 — Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

Conselho de administração	48 040
Conselho fiscal	1 544
Mesa da assembleia geral	630
Total	50 214

36 — Os proveitos por serviços de gestão e de representação não assumem dimensão significativa.

37 — Saldo em moeda estrangeira e posição cambial.

Activo:

Disponib. à vista sobre instituições de crédito	88 850
Outros créditos sobre instituições de crédito	141 570
Créditos sobre clientes	235 677
Contas de regularização	2 348
Total	468 445

Passivo:

Débitos a instituições de crédito	293 465
Débitos a clientes	27 571
Contas de regularização	1 370
Posição cambial	146 039
Total	468 445

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B3, B4 e B7 da conta de ganhos e perdas foram obtidos em Portugal continental.

39 — Principais componentes das rubricas:

A) Custos:

6 — Outros custos de exploração:

Quotizações e donativos	5 546
Outros	352
Total	5 898

11 — Perdas extraordinárias:

Multas e outras penalidades legais	1 337
Menos-valias na realiz. de valores imobilizados	742
Perdas relativas a exercícios anteriores	20 154
Outras perdas extraordinárias	1 805
Total	24 038

B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração:

Proveitos pela prestação de serviços diversos	166 501
Reembolso de despesas	12 819
Outros	19 764
Total	199 084

9 — Ganhos extraordinários:

Recup. de juros e despesas de crédito vencido	8 944
Mais-valias na realiz. de valores imobilizados	593
Indemnizações por incumprim. de contratos	11 250
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 652
Outros ganhos extraordinários	385
Total	22 824

40 — Não houve lugar a encargos deste tipo em virtude da não existência de passivos subordinados.

41 — Diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios:

	1992	1993	1994
Estimativa de impostos	174 000	88 000	25 000
Imposto pago	174 199	89 780	—

42 — O imposto sobre os lucros incide de forma proporcional sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários dado que nestes últimos não existe qualquer parcela com tratamento diferenciado para fins fiscais.

43 — O Finibanco consolida com a VIC — SGPS, S. A., cuja sede se encontra em Armental Codal, 3730 Vale de Cambra.

44 — O Finibanco não possui empresas filiais fora do País.

45 — Imobilizado em regime de locação financeira:

Com a entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 1994, da nova metodologia de contabilização dos contratos de locação financeira, procedeu esta instituição ao respectivo ajustamento contabilístico.

Assim, o valor dos bens locados foi contabilizado na rubrica de imobilizações, estando o valor em dívida às empresas de *leasing* relevado na conta de fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira.

O valor global dos contratos em regime de locação financeira à data de 31 de Dezembro de 1994 era de 41 004 contos.

Deste modo, e atendendo à sua menor relevância, considerou-se desnecessário introduzir qualquer ajustamento nos valores referidos a 1993 para fins da comparabilidade das contas.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — A Técnica de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Finibanco, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados dos documentos que evidenciam um total de 33 533 219 contos e um total, de capital próprio de 9 294 307 contos, incluindo um resultado líquido de 41 400 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a da aplicabilidade ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco, S. A., em 31 de Dezembro de 1994, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Porto, 10 de Fevereiro de 1995. — Mendes, Borda e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Manuel Borda Rodrigues*, revisor oficial de contas.

Parecer do conselho fiscal

1 — No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, o conselho fiscal continuou a acompanhar atentamente a actividade do

Banco, reunindo periodicamente com representantes do conselho de administração e apreciando sistematicamente a informação disponível, quer a produzida pelos serviços, quer a recolhida, na sua acção específica, pelo signatário revisor oficial de contas.

Em todas as suas diligências, o conselho fiscal encontrou o melhor acolhimento tanto do conselho de administração como dos serviços.

No fim do exercício foi apreciado o relatório de gestão e as contas que o acompanham.

2 — Precedido de um intróito de enquadramento macroeconómico, o relatório de gestão contempla exaustivamente e em termos que ao conselho fiscal se afiguram pertinentes a actividade desenvolvida e as circunstâncias que a condicionaram.

As contas, elaboradas em conformidade com as normas vigentes e certificadas sem qualquer reserva pelo signatário revisor oficial de contas, exprimem com fidelidade a situação em 31 de Dezembro de 1994 e a formação do resultado do exercício findo na mesma data.

3 — Tudo ponderado, o conselho fiscal recomenda à assembleia geral:

1.º Que aprove o relatório do conselho de administração e as contas que o acompanham, bem como a proposta contida naquele;

2.º Que ratifique a sua confiança no conselho de administração e em cada um dos seus membros.

Porto, 13 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Fiscal: *Manuel Duarte Baganha* — *José Manuel Borda Rodrigues*, em representação de Mendes, Borda e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas — *Luís Fernando de Almeida Freitas*.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 341.º, do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da empresa Finibanco, S. A. Estes documentos compreendem o relatório de gestão, o balanço em 31 de Dezembro de 1994 que evidencia um total de 33 533 219 contos e um total de capital próprio de 9 294 307 contos, incluindo um resultado líquido de 41 400 contos, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço e à demonstração de resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita à suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 13 de Fevereiro de 1995. — Assunção, Oliveira e Sá e Cambão — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Alípio de Oliveira e Sá*, revisor oficial de contas.

3000210905

II SÉRIE

**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 7,44

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa